

Zaira Regina Zafalon
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo
Martha Suzana Cabral Nunes
Organizadoras

PERCURSOS DE PESQUISA
EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO
formação e prática profissional

Abecin
EDITORA

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Zaira Regina Zafalon
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo
Martha Suzana Cabral Nunes
(Organizadoras)

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
formação e prática profissional**

São Paulo
Abecin Editora
2021

©2021 by Zaira Regina Zafalon, Márcia Ivo Braz, Alessandra dos Santos Araújo e
Martha Suzana Cabral Nunes (organizadoras)
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P429 Percursos de pesquisa em Ciência da Informação : formação e prática profissional / Zaira Regina Zafalon, Márcia Ivo Braz, Alessandra dos Santos Araújo e Martha Suzana Cabral Nunes (org.). – São Paulo: Abecin Editora, 2021.
277 p.

e-ISBN: 978-65-86228-07-6.

Inclui referências.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Ciência da Informação. 2. Formação profissional. 3. Prática profissional. I. Zafalon, Zaira Regina, org. II. Braz, Márcia Ivo, org. III. Araújo, Alessandra dos Santos, org. IV. Nunes, Martha Suzana Cabral, org.

CDU: 02(05)

CDD: 020

Ficha catalográfica: Melissa dos Santos Araújo – CRB-1 3426/DF.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Aldinar Martins Bottentuit (UFMA)	José Antonio Frías (USAL, Espanha)
Alessandra dos Santos Araújo (UFS)	José Antonio Moreira González (UC3M, Espanha)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Manuela Moro Cabero (USAL, Espanha)
Aurora Cuevas-Cerveró (UCM, Espanha)	Márcia Ivo Braz (UFPE)
Célia Regina Simonetti Barbalho (UFAM)	Márcio Bezerra da Silva (UNB)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marta Lúgia Pomim Valentim (UNESP)
Dunia Llanes Padrón (UH, Cuba)	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Helen Beatriz Frota Rozados (UFRGS)	Naira Christofoletti Silveira (UNIRIO)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Paulina Szafran (UDELAR, Uruguai)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Samile Andréa de Souza Vanz (UFRGS)
Isidoro Gil Leiva (UM, Espanha)	Valéria Martin Valls (FESP/SP)
Ivana Lins (UFBA)	

Normalização: Autores

Diagramação, Editoração, Revisão e Capa: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora Abecin. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
<i>Zaira Regina Zafalon, Márcia Ivo Braz, Alessandra dos Santos Araújo e Martha Suzana Cabral Nunes</i>	
CAPÍTULO 1 – Repositórios digitais como ambientes de atuação do arquivista	16
<i>Alexandre Fernal e Fernando Luiz Vechiato</i>	
CAPÍTULO 2 – As seleções públicas para cargos de Arquivista no Brasil	30
<i>Karina Xavier Holstein e Moisés Rockembach</i>	
CAPÍTULO 3 – Bibliotecas especiais: informar, acolher e humanizar	40
<i>Sheila Silveira e Evanda Verri Paulino</i>	
CAPÍTULO 4 – As escolhas e trajetórias acadêmico-profissionais de bibliotecários que atuam como docentes	51
<i>Ágata Nelza Gomes de Souza e Valéria Martin Valls</i>	
CAPÍTULO 5 – Formação e desenvolvimento de habilidades informacionais no contexto das disciplinas de fontes de informação	63
<i>Cláudio César Pereira e Adriana Rosecler Alcará</i>	
CAPÍTULO 6 – Abordagens e tendências da gestão da informação e do conhecimento nos currículos dos cursos de Biblioteconomia	82
<i>José Domingos Padilha Neto e Emeide Nóbrega Duarte</i>	

CAPÍTULO 7 – Práticas de preservação digital em repositórios digitais: uma proposta de abordagem nacional 95

Marco Aurélio Alencar de Mesquita e Simone da Rocha Weitzel

CAPÍTULO 8 – Formação do bibliotecário e o desenvolvimento de competências e habilidades na gestão de dados de pesquisa 114

Marcelle Costal de Castro dos Santos e Marianna Zattar e Luana Farias Sales

CAPÍTULO 9 – Quais os critérios que os bibliotecários utilizam para a seleção de livros nas bibliotecas universitárias? 141

Daniela Eugenia Moura de Albuquerque e Antônio de Souza Silva Júnior

CAPÍTULO 10 – O jardim como patrimônio verde: reflexões sobre os Jardins do Palácio Piratini 155

Daniela do Amaral da Silva e Ana Carolina Gelmini de Faria

CAPÍTULO 11 – Diálogos com a arte contemporânea: a exposição sob o viés museológico 165

Aline Vargas de Vargas e Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

CAPÍTULO 12 – Premissas da gestão de documentos no contexto digital 180

Virgínia Vendramini e Diana Vilas Boas Souto Aleixo

CAPÍTULO 13 – Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação 191

Nádia Dévaki Pena Garcia e Ana Célia Rodrigues

CAPÍTULO 14 – Sistema de arquivos: elementos introdutórios sobre a noção na experiência brasileira 206

Lohayne Emerick Soares e Clarissa Schmidt

CAPÍTULO 15 – Considerações acerca de recenseamento arquivístico: uma análise a partir dos conjuntos orgânicos de documentos das unidades da Reitoria e Pró-Reitorias da UFPB 217

Indalécia de Andrade dos Santos e Julianne Texeira e Silva e Clodemir da Costa Nascimento

CAPÍTULO 16 – Análise das tipologias documentais da atividade fim do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba 230

Fernanda Ferreira de Souza Ladislau e Julianne Teixeira e Silva

CAPÍTULO 17 – Proposta de aplicabilidade do marketing de serviços no contexto da Arquivologia 242

Eduardo Baldini Dorico e Rosangela Formentini Caldas

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES .. 255

APRESENTAÇÃO

Este livro é um marco tanto para a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin) quanto para a Abecin Editora! Quando, no final de 2020, surgiu a ideia de darmos visibilidade aos estudos desenvolvidos nos cursos de graduação e publicarmos pela Abecin Editora as pesquisas que haviam sido premiadas nas várias edições do Concurso TCC Abecin em uma coletânea, também vimos uma oportunidade de comemorar os 20 anos da Abecin!

O Concurso TCC Abecin teve sua primeira edição em 2002 e, depois de um intervalo, voltou a acontecer continuamente a partir de 2012. Ao longo destes anos, ocorreram 10 edições do Concurso e 72 pesquisas foram premiadas!

Uma dimensão do significado desta ação anual da Abecin na promoção do Concurso junto às instituições pode ser notada a partir de alguns números sobre as premiações: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi laureada em 13 ocasiões (sendo cinco vezes no curso de Biblioteconomia, outras cinco no de Museologia e três para o curso de Arquivologia); a Universidade Federal Fluminense (UFF), em 8 momentos (seis para o curso de Arquivologia e duas para o de Biblioteconomia); a Universidade Estadual de Londrina (UEL), 7 vezes (quatro em Biblioteconomia e três em Arquivologia); com seis oportunidades cada, conquistaram o prêmio a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com quatro premiações no curso de Arquivologia e duas em Biblioteconomia, e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), sendo quatro em Biblioteconomia e duas em Arquivologia; duas outras instituições, cada qual premiada em 5 edições, são a Universidade de Brasília (UnB), premiada três vezes no curso de

Biblioteconomia e duas no curso de Museologia, e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP), no curso de Biblioteconomia; a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi vencedora quatro vezes no curso de Gestão da Informação; o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) venceu três vezes; com duas conquistas cada, foram premiados os cursos de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP/SP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e, com premiações no curso de Biblioteconomia e no curso de Gestão da Informação, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com uma vitória, no curso de Biblioteconomia, estão a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP/RP); e no curso de Museologia, a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Alguns docentes também foram premiados em mais de uma ocasião: Denise Fukumi Tsunoda (UFPR), Emeide Nóbrega Duarte (UFPB), Julianne Texeira e Silva (UFPB), Moisés Rockembach (UFRGS), Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (Unesp), Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS), Silvana Drumond Monteiro (UEL) e Valéria Martin Valls (FESP/SP).

Desta feita, decidimos entrar em contato com discentes e docentes de 67 pesquisas premiadas, haja vista que notamos que, dentre os trabalhos contemplados na edição de 2002, dois dos, então, discentes, hoje já são doutores, e outro, mestre, e que dois estudos da edição de 2012 já haviam sido publicados pela Abecin Editora. Dentre os convidados tivemos o retorno de 58 pesquisadores!

Nesta coletânea estão reunidos 17 trabalhos, com temática atinente à formação e prática profissional.

No primeiro capítulo desta coletânea, intitulado *Repositórios digitais como ambientes de atuação do arquivista*, Alexandre Fernal e Fernando Luiz Vechiato estudam as relações entre os repositórios digitais e os princípios arquivísticos no bojo de discussões resultantes das ideologias de movimentos importantes, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos ou *Open Archives Initiative* (OAI) e o Movimento de Acesso Aberto ou *Open Access* (OA). A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sul, na edição de 2013 do Concurso de TCC.

No capítulo 2 – *As seleções públicas para cargos de Arquivista no Brasil*, Karina Xavier Holstein e Moisés Rockembach pesquisam as questões aplicadas em concursos públicos em Arquivologia com a finalidade de identificar as relações entre os principais assuntos de conhecimentos específicos exigidos pelos atuais concursos públicos para o cargo de Arquivista no Brasil e o referencial teórico arquivístico. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sul, na edição de 2017 do Concurso de TCC.

Sob o título *Bibliotecas especiais: informar, acolher e humanizar*, Sheila Silveira e Evanda Verri Paulino, no terceiro capítulo, propõem um cenário de Biblioteca Especial, focada nos Consumidores de Informação em Saúde onde, além de uma proposta informacional, técnica e arquitetônica, destacam a necessidade de contar com um quadro de funcionários psico-

emocionalmente capazes de lidar e tratar sem distinções as pessoas que passam pelas mais diversas enfermidades, tornando concreto o anseio de humanizar tratamentos e prover interação entre pacientes através da informação. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional São Paulo, na edição de 2015 do Concurso de TCC.

Ágata Nelza Gomes de Souza e Valéria Martin Valls, no quarto capítulo, intitulado *As escolhas e trajetórias acadêmico-profissionais de bibliotecários que atuam como docentes*, discutem, sob a perspectiva de vinculação com o tempo presente, a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil e o reconhecimento dos grandes bibliotecários que se empenharam no processo de construção da profissão e na disseminação do ofício pelo nosso país, o que permitiu a aproximação com as histórias profissionais, as escolhas de carreira e de vida de cada um dos bibliotecários que atuavam como docentes na FaBCI/FESPSP. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional São Paulo, na edição de 2016 do Concurso de TCC.

Em *Formação e desenvolvimento de habilidades informacionais no contexto das disciplinas de fontes de informação*, Cláudio César Pereira e Adriana Rosecler Alcará, no quinto capítulo, descrevem, diante da necessidade constante de formação e desenvolvimento de habilidades para que as pessoas possam lidar adequadamente com a informação, características de disciplinas de fontes de informação que contribuem para a

formação de habilidades informacionais dos estudantes e, conseqüentemente para a sua competência em informação. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Sul, na edição de 2016 do Concurso de TCC.

Com vistas a colaborar para a discussão sobre a gestão da informação e a gestão do conhecimento, José Domingos Padilha Neto e Emeide Nóbrega Duarte, no capítulo 6 – *Abordagens e tendências da gestão da informação e do conhecimento nos currículos dos cursos de Biblioteconomia*, apresentam como a temática tem sido abordada nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil para discutir a formação curricular do curso de Biblioteconomia. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Nordeste, na edição de 2018 do Concurso de TCC.

Marco Aurélio Alencar de Mesquita e Simone da Rocha Weitzel, no capítulo 7 – *Práticas de preservação digital em repositórios digitais: uma proposta de abordagem nacional*, a partir da experiência de discussão das estratégias de preservação digital inseridas nos processos de gestão dos Repositórios Institucionais (RIs) e de que maneira estas ações estariam formalizadas como política, descrevem a experiência de produzir um trabalho acadêmico desta natureza que, muitas vezes, não consegue apresentar os desafios e questões que atravessam a propositura do estudo tendo em vista a urgência de garantir a formatura e de vivenciar, o mais breve possível, as experiências profissionais. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão

de curso, apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Sudeste, na edição de 2015 do Concurso de TCC.

No capítulo 8 – *Formação do bibliotecário e o desenvolvimento de competências e habilidades na gestão de dados de pesquisa*, Marcelle Costal de Castro dos Santos, Marianna Zattar e Luana Farias Sales apresentam tópicos de gestão de dados a serem desenvolvidos no âmbito da formação do bibliotecário no Brasil, diante dos inúmeros desafios atuais da gestão de dados de pesquisa (GDP). A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Sudeste, na edição de 2020 do Concurso de TCC.

No capítulo 9 – *Quais os critérios que os bibliotecários utilizam para a seleção de livros nas bibliotecas universitárias?*, Daniela Eugenia Moura de Albuquerque e Antônio de Souza Silva Júnior identificam os critérios de seleção de livros que são implementados no processo de seleção das bibliotecas universitárias públicas do Brasil e destacam que a principal variável decorre das avaliações do MEC e do Conselho Estadual de Educação que interferem no uso desse critério. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Nordeste, na edição de 2020 do Concurso de TCC.

No capítulo intitulado *O jardim como patrimônio verde: reflexões sobre os Jardins do Palácio Piratini*, o décimo da coletânea, Daniela do Amaral da Silva e Ana Carolina Gelmini de

Faria estudam como um patrimônio perecível, dinâmico e vivo se insere nas políticas de manutenção de um espaço que é parte de um conjunto tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Museologia, da Regional Sul, na edição de 2014 do Concurso de TCC.

Aline Vargas de Vargas e Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, no capítulo 11 – *Diálogos com a arte contemporânea: a exposição sob o viés museológico*, contextualizam a exposição museológica diante das dinâmicas expográficas, dos estudos teóricos e fazeres práticos a partir da exposição *Áspera Melodia: Carlos Asp, 70 anos*, que ocorreu na Pinacoteca Ruben Berta em Porto Alegre/RS. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Museologia, da Regional Sul, na edição de 2020 do Concurso de TCC.

No décimo segundo capítulo, intitulado *Premissas da gestão de documentos no contexto digital*, Virgínia Vendramini e Diana Vilas Boas Souto Aleixo exploram a gestão de documentos arquivísticos como estratégia que garante a organização e a preservação das informações presentes nos documentos. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso em Arquivologia, apresentado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), e foi premiado como melhor trabalho nacional na edição de 2020 do Concurso de TCC.

No capítulo 13 – *Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das*

políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação, Nádia Dévaki Pena Garcia e Ana Célia Rodrigues estudam, a partir da identificação da necessidade de políticas públicas voltadas para a gestão de documentos e de que o atendimento aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação depende da recuperação e acesso aos documentos públicos, as políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sudeste, na edição de 2018 do Concurso de TCC.

No capítulo intitulado *Sistema de arquivos: elementos introdutórios sobre a noção na experiência brasileira*, o décimo quarto deste livro, Lohayne Emerick Soares e Clarissa Schmidt abordam os pontos básicos da noção de sistema de arquivos e como isso é entendido pela Arquivologia brasileira e destacam que, apesar das questões terminológicas, não se trata de sistemas eletrônicos de arquivos, *softwares* ou documentos digitais, mas de uma ferramenta para a organização de arquivos e para a gestão de documentos. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sudeste, na edição de 2019 do Concurso de TCC.

No capítulo 15 – *Considerações acerca de recenseamento arquivístico: uma análise a partir dos conjuntos orgânicos de documentos das unidades da Reitoria e Pró-Reitorias da UFPB*, Indalécia de Andrade dos Santos, Julianne Texeira e Silva e Clodemir da Costa Nascimento apresentam, diante do fato de a instituição ainda não contar com uma política institucional de

gestão de documentos e, tampouco, de ter conhecimento das unidades de custódia de documentos existentes nos seus *campi*, o recenseamento das unidades arquivísticas e conjuntos orgânicos de documentos da Reitoria e Pró-reitorias da UFPB. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Nordeste, na edição de 2018 do Concurso de TCC.

Fernanda Ferreira de Souza Ladislau e Julianne Teixeira e Silva, no capítulo 16 – *Análise das tipologias documentais da atividade fim do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba*, estudam as tipologias documentais do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e identificam gêneros, espécies, tramitações e funcionalidades desses documentos na instituição e destacam a relevância deste acervo diante das atividades desenvolvidas pelo comitê. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Nordeste, na edição de 2019 do Concurso de TCC.

No último capítulo desta coletânea, sob o título *Proposta de aplicabilidade do marketing de serviços no contexto da Arquivologia*, Eduardo Baldini Dorico e Rosangela Formentini Caldas, diante da percepção de que o campo da Arquivologia necessita realizar constantes estudos em prol do atendimento às necessidades da sociedade quanto à guarda, manutenção, organização e conservação informacional, analisam estratégias de marketing aplicado aos serviços arquivísticos de uma empresa do ramo da construção civil e meio ambiente, do Estado de São Paulo. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de

curso, apresentado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional São Paulo, na edição de 2013 do Concurso de TCC.

Esperamos que aproveitem a leitura, do mesmo modo que nós nos orgulhamos em organizar esse material!

Zaira Regina Zafalon, Márcia Ivo Braz,
Alessandra dos Santos Araújo e
Martha Suzana Cabral Nunes

Organizadoras

CAPÍTULO 1

REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA

Alexandre Fernal

Fernando Luiz Vechiato

1 INTRODUÇÃO

Os periódicos científicos são um dos principais canais de comunicação científica, tendo em vista que propiciam o acesso e a disseminação dos resultados das pesquisas científicas. Porém, no final do século XX, as revistas científicas elevaram substancialmente os custos das assinaturas. (SHINTAKU; MEIRELES, 2010).

Nesse cenário, como uma alternativa frente ao modelo adotado no processo de comunicação científica, surgem os repositórios digitais, resultantes das ideologias de movimentos importantes, como a Iniciativa dos Arquivos Abertos ou *Open Archives Initiative* (OAI) e o Movimento de Acesso Aberto ou *Open Access* (OA) (SHINTAKU; MEIRELES, 2010).

Com base nas políticas pré-estabelecidas, os repositórios digitais permitem o auto-arquivamento pelos pesquisadores de sua produção científica, o que contribui para uma maior agilidade na divulgação dos resultados de uma pesquisa e sua apreciação pelos pares da comunidade científica de uma determinada área do conhecimento. Esses ambientes têm sido utilizados pelas instituições públicas de ensino e pesquisa para divulgação do que é produzido no âmbito científico e também podem incluir os

documentos administrativos, contribuindo para a preservação da memória institucional.

Entende-se que os repositórios digitais podem ser ambientes de atuação do arquivista, sendo possível relacioná-los aos princípios arquivísticos, posto que estes constituem a base da teoria dos arquivos, que orientam todas as intervenções arquivísticas. Ademais, os repositórios digitais armazenam, preservam e disseminam os arquivos digitais, propiciando a centralização desses documentos.

Desse modo, este capítulo objetiva refletir a respeito das relações entre os repositórios digitais e os princípios arquivísticos.

2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

O primeiro repositório digital surgiu no início da década de 1990 no laboratório nacional de física nuclear de Los Alamos, Novo México, nos Estados Unidos da América (EUA), o qual foi denominado ArXiv e que abrange as áreas da ciência da computação, física, matemática e ciências não lineares. O repositório ArXiv foi desenvolvido experimentalmente como uma alternativa ao modelo adotado no processo de comunicação científica, propiciado pela crise das revistas científicas (ALVES, 2008).

Os repositórios digitais distribuem-se em dois tipos principais: os repositórios temáticos e os repositórios institucionais. Os repositórios temáticos são constituídos por um agrupamento de pesquisas científicas de uma determinada área do conhecimento, que são acessíveis por meio da *internet*. Esses repositórios temáticos se utilizam de tecnologias abertas e da iniciativa dos arquivos abertos, os quais propiciam acessibilidade

aos resultados das pesquisas científicas e à discussão entre os seus pares. (CAFÉ; MELO; BARBOZA; NUNES; MÁRDERO ARELLANO, 2003).

Em relação aos repositórios institucionais, Sanchez e Melero (2006, p. 3, tradução nossa) afirmam que:

Os repositórios institucionais surgem como uma resposta das instituições, principalmente as acadêmicas contra as políticas inflacionistas das revistas científicas tradicionais que sempre tendem a elevar constantemente os preços e as necessidades das instituições de conservar, preservar e disponibilizar para sua comunidade acadêmica e pesquisadores seu patrimônio intelectual.

Portanto, os repositórios digitais propiciam, por intermédio do movimento do acesso livre, uma alternativa ao monopólio dos grandes editores científicos em vista de que possibilitam o acesso livre ao seu conteúdo científico produzido no âmbito de uma área do conhecimento (repositório temático) ou no âmbito de uma instituição (repositório institucional). O acesso à literatura científica é essencial para os cientistas e pesquisadores no desenvolvimento de suas pesquisas.

Para implementar os repositórios digitais, existem várias ferramentas e *softwares* disponíveis, tais como: *Eprints*, *Fedora*, *DSpace*. O *DSpace*, especificamente, foi desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pela *Hewlett Packard* (HP), e configura-se como um *software* livre e de código aberto (*Open Source*) para a implementação de repositórios digitais.

Nessa direção, com base na investigação acerca dos repositórios digitais, especialmente aqueles desenvolvidos com o

DSpace, faz-se importante a investigação dos princípios arquivísticos, que fornecerão subsídios para a compreensão dos repositórios digitais como ambientes de atuação do arquivista, de acordo com a análise realizada de suas relações e aplicações.

3 ARQUIVOS: DEFINIÇÕES E PRINCÍPIOS

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) (BRASIL, 2005, p. 19), os arquivos são um “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva ou privada, pessoa, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes.”

Nota-se que, na conceituação do DBTA (BRASIL, 2005), a composição do conjunto documental poderá ser constituída por documentos produzidos ou acumulados por uma instituição pública, ou seja, aqueles documentos de carácter oficial, por uma organização de âmbito privado, documentos pessoais e documentos de família, em qualquer suporte. Os arquivos são constituídos de um conjunto documental produzido, recebido e acumulado por instituições públicas ou privadas no desempenho de suas funções, nas quais a arquivística aplicará sua teoria e método para atingir seus objetivos (BELLOTTO, 2002).

Nesse sentido, os canadenses Rousseau e Couture (1998) definem os arquivos como um conjunto de informações, independentemente do período, suporte, organicamente e automaticamente acumuladas por uma pessoa física ou jurídica, para atender seus objetivos e funções, preservados a priori por seu valor primário, isto é, administrativo, legal e probatório, os quais são, posteriormente, conservados por seu valor secundário, de testemunho.

Os princípios arquivísticos encontram-se na fundamentação da teoria arquivística, os quais representam o marco primordial que diferencia a arquivística e outras ciências documentárias. São princípios arquivísticos: proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade ou integridade arquivística e a cumulatividade (BELLOTTO, 2002).

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79) o princípio da proveniência:

É a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja a sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base arquivística, a saber o fundo de arquivo.

O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à arquivística, uma vez que esta tem por objetivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa.

Para Bellotto (2002, p. 23) o princípio da organicidade é a “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora em suas relações internas e externas.”

A unicidade segundo Bellotto (2002, p. 21) é o princípio que “Não obstante forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivos conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos.”

Sendo assim, Bellotto (2002, p.21) considera o princípio da

integridade arquivística da seguinte forma: “Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio é derivado do princípio da proveniência.”

A cumulatividade ainda de acordo com Bellotto (2002, p. 21) é o princípio segundo qual o arquivo “É uma formação progressiva, natural e orgânica.

4 RELAÇÕES DOS REPOSITÓRIOS DIGITAIS COM OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Os repositórios digitais construídos com o *DSpace*, amplamente utilizados inclusive no Brasil, são organizados em comunidades, subcomunidades e coleções, as quais relacionam-se com a arquivologia, posto que se percebe a equivalência da estrutura dos termos empregados nos ambientes de repositórios digitais que utilizam o *software DSpace* com os ambientes de arquivo.

O termo comunidade corresponde aos grupos ou seções; as subcomunidades, aos subgrupos; e as coleções às séries documentais (FERREIRA, 2007), conforme apresentado no quadro 1 que segue.

Quadro 1: Equivalência dos termos utilizados nos repositórios digitais e na arquivologia.

Arquivologia	Repositórios <i>DSpace</i>
Fundo	Repositório
Grupo	Comunidade
Subgrupo	Subcomunidade
Série	Coleções

Fonte Adaptado de Ferreira (2007).

De acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) (2000, p. 15), o fundo de arquivo é definido como um “Conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e utilizado por um indivíduo ou entidade coletiva no decurso das suas atividades”

Nesse sentido, Rousseau e Couture (1998, p. 95) afirmam que “Não se pode, pois, desempenhar tarefa de arquivista sem recorrer ao princípio da proveniência, sem o qual não pode haver fundo de arquivo.”

O DBTA (BRASIL, 2005) define grupo em um plano de classificação como a subdivisão da subclasse e o subgrupo como subdivisão do grupo. A ISAD(G) (CIA, 2000) diz que o termo grupo igualmente entendido por seção é conceituado como uma subdivisão de um fundo de arquivo, o qual faz parte de um conjunto de documentos que possuem relações que equivalem às subdivisões administrativas de uma determinada instituição ou divisão geográfica, cronológica e funcional. Desta forma, se as estruturas hierárquicas do produtor dos documentos são de elevado grau de complexidade, cada seção poderá dispor de várias subdivisões de acordo com as necessidades, para que se represente as estruturas hierárquicas das unidades administrativas primárias às quais são subordinadas.

A série documental é definida pela ISAD(G) como: “Documentos organizados de acordo com um sistema de arquivamento, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 16).

Nota-se que o termo coleções adotado na nomenclatura

dos repositórios digitais refere-se às séries documentais, logo se compreende que o termo possui uma distinção notória no entendimento da arquivologia sob a definição de coleções, que segundo Schellenberg (2006) podem ser naturais ou orgânicas e artificiais.

As coleções naturais ou orgânicas são:

Aglomerados de materiais documentários que se formam no curso normal dos negócios ou da vida de entidades privadas, individuais ou coletivas como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações. Tais coleções tem certas características bem definidas. Cada qual é comumente oriunda de uma única fonte e reunida concomitantemente com as ações a que se refere (SCHELLENBERG, 2006, p. 270).

As coleções artificiais são formadas após o transcurso das atividades com que se relacionam. Derivando-se de fontes variadas, as quais representam fielmente uma coleção, várias peças são colecionadas, isto é, agrupadas (SCHELLENBERG, 2006).

Logo, os princípios arquivísticos constituem-se na base do fazer arquivístico e norteiam todas as ações nos arquivos. Dessa forma, compreende-se que os repositórios digitais apresentam uma conexão com ambientes informacionais dos arquivos, posto que se verifica a possibilidade de relacionar os princípios arquivísticos com os repositórios digitais.

Quadro 2: Relações entre os princípios arquivísticos e os repositórios digitais.

Princípios Arquivísticos	Repositórios Digitais
Proveniência	Propiciam a convergência dos documentos arquivísticos digitais. Essa centralização resguardará os documentos produzidos por uma determinada instituição ou pessoa para que não sejam misturados aos arquivos de outros fundos.
Organicidade	Apresentam uma estruturação hierárquica, que representa as estruturas administrativas e atividades organizacionais.
Unicidade	Cada arquivo encontra-se depositado em um determinado local específico, o qual faz parte da estrutura documental.
Integridade arquivística	Favorece a preservação dos documentos arquivísticos digitais.
Cumulatividade	Formação progressiva, natural e orgânica.

Fonte: Fernal (2012).

Entende-se que os repositórios digitais se relacionam com o princípio da proveniência ao favorecer a convergência dos documentos arquivísticos digitais, o qual não permite a dispersão documental e que não sejam misturados a outros fundos.

Nesse sentido, os repositórios digitais propiciam a centralização dos documentos arquivísticos digitais, os quais se encontram em grande parte dispersos. Essa centralização por meio dos repositórios digitais favorece a preservação digital, que vem de encontro com os principais princípios arquivísticos tais como: proveniência e organicidade.

Dessa forma, a organicidade associa-se ao contexto dos repositórios digitais ao relacionar os arquivos digitais com a estrutura e as funções das instituições que produziram os

arquivos, o qual estabelece a relação orgânica entre os arquivos digitais armazenados em um repositório digital.

A unicidade une-se ao contexto dos repositórios digitais, posto que se reporta a associação de cada arquivo com a função ou atividade que gerou o arquivo no cumprimento de sua missão.

Observa-se que o princípio da cumulatividade nos ambientes dos repositórios apresenta-se na estruturação hierárquica dos repositórios, a qual fornecerá a formação progressiva, natural e orgânica dos arquivos.

Constata-se que o papel do arquivista como gestor da informação orgânica configura-se como indispensável na gestão dos repositórios digitais, posto que suas competências de atuação nos ambientes informacionais tradicionais já estão estabelecidas. Porém, percebe-se que o arquivista deve estar em consonância com o desenvolvimento das TIC, preparando-se para atender a novas demandas informacionais exigidas pela sociedade da informação e do conhecimento no contexto dos ambientes digitais.

Os arquivistas que detiverem os conhecimentos essenciais relacionados às TIC conjugado com a arquivologia poderão exercer suas atividades plenamente nesse contexto, visto que os repositórios digitais podem ser entendidos como arquivos, os quais envolvem inúmeras práticas que estão relacionadas com os fazeres arquivísticos tais como: o fluxo documental baseado nas políticas institucionais, as estratégias e os metadados para preservação digital, as tecnologias para implementação de arquivos digitais e a abordagem dos princípios arquivísticos nesse contexto. Portanto, esses ambientes informacionais digitais podem representar-se como um segmento de atuação do

arquivista, no qual este profissional torna-se fundamental no processo de gestão dos repositórios digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da teoria dos arquivos propiciou estabelecer as relações entre os princípios arquivísticos, tais como proveniência, organicidade, unicidade, integridade arquivística e cumulatividade, com os ambientes dos repositórios digitais.

Constatou-se que os repositórios digitais se associam ao princípio arquivístico da proveniência e organicidade ao dispor da centralização dos arquivos digitais, que considera as estruturas, funções e atividades dos produtores dos arquivos.

Percebe-se que a acumulação de documentos concebida por meio de uma atividade ou função possibilitará reconhecer os objetivos do produtor deste documento, por meio da relação orgânica existente entre os documentos.

Essas reflexões outorgaram como os repositórios digitais relacionam-se com os princípios arquivísticos, posto que esses constituem a base da teoria dos arquivos que orienta todas as intervenções arquivísticas.

Verificou-se que os repositórios digitais surgiram com o objetivo de propiciar uma alternativa ao processo de comunicação científica. Todavia, ao longo do período de sua criação desde o primeiro repositório digital, notou-se que os repositórios digitais são extremamente versáteis, isto é, que possuem características de arquivos e que contemplam os princípios arquivísticos.

Dessa forma, os repositórios digitais podem ser

entendidos como ambientes informacionais de arquivo já que dispõem dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das práticas arquivísticas, configurando-se como uma possibilidade de atuação do arquivista, que necessita estar alinhado com o desenvolvimento das TIC.

Considera-se que os repositórios digitais se configuram como um arquivo de proporções monumentais, ou seja, um gigantesco arquivo, um colosso documental. Entretanto, nem todo repositório digital existente poderá ser entendido como um arquivo, uma vez que para aplicar os princípios arquivísticos aos ambientes dos repositórios digitais se faz necessária a adoção de políticas informacionais pré- estabelecidas no momento de sua criação ou para a implementação posterior dessas políticas e diretrizes no contexto dos repositórios digitais arquivísticos digitais (RDC-arq), conforme a resolução nº 39 de, 29 de abril de 2014 (BRASIL, 2014) e resolução nº 43 de, 04 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015), do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) , do Arquivo Nacional (AN).

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. B. A. *Open archives: via verde ou via dourada?*. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 2, p. 127-137, ago/set. 2008.
Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172> . Acesso em: 26 mar. 2021.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). *Dicionário Brasileiro de*

terminologia arquivística (DBTA). 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014*. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol_conarq_39_repositorios.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015*. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

CAFÉ, L; MELO, B. A; BARBOZA, E. M. F; NUNES, E. M. A; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 26. 2003, Belo Horizonte. *Anais [...]* Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). *Norma geral internacional de descrição arquivística* (ISAD(G)). 2001. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

FERNAL, A. *Repositórios digitais como ambientes de atuação do arquivista: um estudo dos princípios arquivísticos e da*

preservação digital nesse contexto. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FERREIRA, A. M. J. F. C. *Repositório da universidade aberta à terceira idade (UNATI) da Unesp de Marília*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANCHEZ, G. B. S.; MELERO, M. R. *La denominación y el contenido de los repositorios institucionales en acceso abierto: base teórica para la ruta verde*. 2006. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/1487/1/OA2rm.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SHINTAKU, M.; MEIRELES, R. *Manual do DSpace administração de repositórios*. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace%282%29.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CAPÍTULO 2

AS SELEÇÕES PÚBLICAS NOS CARGOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Karina Xavier Holstein

Moisés Rockembach

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo abordará o tema relativo às seleções públicas para arquivista, com base em uma pesquisa realizada sobre as questões aplicadas em concursos públicos em Arquivologia.

Os concursos públicos são, para muitos, um objetivo na vida profissional devido aos diversos atrativos que apresentam. A estabilidade, os planos de carreira e a possibilidade de receber uma remuneração superior à média logo após a graduação são apenas alguns dos benefícios que fazem milhões de pessoas investirem tempo e dinheiro na preparação para concorrer ao tão almejado cargo público, e essa realidade se repete para boa parte dos profissionais formados em Arquivologia.

Para tanto, definiu-se como problema de pesquisa a identificação das relações entre os principais assuntos de conhecimentos específicos exigidos pelos atuais concursos públicos para o cargo de Arquivista no Brasil e o referencial teórico arquivístico. A intenção principal foi identificar e analisar as características mais relevantes na concepção das questões. Também foi elaborada crítica referente aos tópicos mais recorrentes e às razões pelas quais alguns outros são negligenciados.

Compete à administração pública a gestão de sua documentação governamental e as providências para franquear sua consulta, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o arquivista desempenha papel fundamental nesse processo. Ademais, em 2011 a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11) passou a regular os procedimentos que visam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, exigindo sua execução em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e evidenciando ainda mais a importância do profissional responsável pelos arquivos.

2 O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA

Nem sempre a Arquivologia foi tratada nas universidades da mesma maneira como é hoje no Brasil em termos de currículo. Entre as décadas de 1970 e 1980 houve movimentos internacionais propondo uma harmonização entre as formações da Arquivística, Biblioteconomia e Ciência da Informação, fato que não obteve sucesso devido à pouca aplicação e ao surgimento, nos anos 90, de pesquisas sobre a atividade profissional específica do arquivista que fortaleceram a área (MENNE-HARITZ, 1992 apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999).

Outra mudança bastante significativa é referente ao próprio objeto de estudo da disciplina, o qual já havia sido modificado anos antes com o surgimento do conceito de *records management*, passando a abarcar não somente a documentação de arquivos históricos, mas a intervenção do arquivista na fase de produção e tramitação documental (SILVA et al., 1998).

Os tópicos listados abaixo são o resultado de uma análise

da literatura da área e foram selecionados a partir da união de temas afins citados por autores da Arquivologia, baseada na relevância para com o objeto de estudo. Primeiro, como Arquivística pura, foram elencados:

- Fundamentos de Arquivologia
- História arquivística
- Terminologia
- Gestão documental
- Classificação e avaliação
- Arranjo e descrição
- Políticas arquivísticas
- Legislação arquivística
- Gestão Institucional
- Normatização
- Difusão
- Perfil profissional
- Aquisição
- Arquivos específicos

As áreas definidas na lista de Arquivística pura são uma compilação baseada nos estudos de Bellotto (2014), Jardim (2012) e Couture, Martineau e Ducharme (1999), três importantes referências da literatura arquivística no Brasil. Cada um dos grandes temas indicados possui subdivisões que orientam o estudo acadêmico e cada subdivisão pode ser interpretada a partir de conceitos distintos de acordo com o autor escolhido.

Dentre as Disciplinas conexas, a seguinte delimitação pode ser estabelecida, com base na literatura arquivística:

- Preservação, conservação e restauração
- Documentos digitais

- Digitalização
- Ciências da Informação
- Estatística
- Paleografia
- Diplomática
- Microfilmagem

É fundamental destacar que os argumentos para a classificação dos tópicos como “Arquivística pura” ou “Disciplinas conexas” obedeceram a critérios que consideram tanto a importância quanto a origem de tais atividades no contexto arquivístico. Por exemplo, temas como “Preservação, conservação e restauração”, “Documentos digitais” e “Digitalização”, por exemplo, ainda que possuam forte relação com as atividades do Arquivista, foram aqui definidos como “Disciplinas conexas” porque não possuem sua origem na Arquivologia e seus conceitos na conjuntura dessa pesquisa estão muito mais relacionados aos seus conteúdos fundamentais do que às suas intersecções com a área. Já tópicos como “Gestão institucional” e “Perfil profissional”, ainda que possam estar relacionados à Administração e Psicologia, respectivamente, encontram-se voltados especificamente a temas da Arquivologia

3 CONCURSOS PÚBLICOS PARA ARQUIVISTA

A pesquisa coletou e analisou todos os arquivos constantes na base de dados do *website* PCI Concursos (2017), datados de janeiro de 2014 a junho de 2016. O levantamento dos arquivos foi realizado em 08 de junho de 2016 e ao todo foram selecionadas 68 provas, com um total de 1847 questões. Após a classificação de todas as questões foi possível identificar quais

definições são mais utilizadas pelas bancas que elaboram as questões de Arquivologia.

Para o levantamento das provas que foram analisadas neste trabalho foi utilizado o critério ‘nome do cargo’, tendo a pesquisa sido feita com as palavras ‘Arquivista’ e ‘Arquivologista’ – sendo esse segundo termo empregado devido à falta de uniformização observada. Isto resultou em 61 provas para o cargo de Arquivista e sete provas para o cargo de Arquivologista. De forma genérica, os subtópicos que aparecem nas provas, em cada um dos tópicos citados no capítulo anterior, foram:

- Fundamentos da Arquivologia: noções gerais dos arquivos corrente, intermediário e permanente, características da Arquivologia, dos arquivos e do documento arquivístico, ciclo vital dos documentos, princípios arquivísticos, paradigmas, conceitos básicos da disciplina.

- História arquivística: arquivos de outras nações, história dos arquivos no Brasil, bibliografia arquivística, origens da Arquivologia e dos arquivos, influências da Revolução Francesa e de outros marcos históricos no desenvolvimento da área.

- Terminologia: conceitos de palavras e expressões definidos por autores, leis, normas específicas da área e pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

- Gestão documental: atividades dos arquivos corrente e intermediário, protocolo, características, fases e objetivos da gestão documental, massas documentais acumuladas, programas de gestão documental,

- Classificação e avaliação: características e objetivos da classificação e avaliação, valor documental, plano de classificação, tabela de temporalidade, comissões de avaliação de documentos, eliminação de documentos, métodos de

arquivamento, prazos de guarda.

- Arranjo e descrição: atividades do arquivo permanente, normas de descrição, instrumentos de pesquisa, elementos de descrição, descrição multinível, arranjo documental, indexação, pontos de acesso.

- Políticas arquivísticas: acesso à informação, critérios de acesso, gerenciamento da informação nos arquivos, políticas e sistemas de arquivo, redes de arquivo.

- Legislação arquivística: arquivos de interesse público e social, atribuições do arquivista, avaliação e recolhimento de documentos públicos, características e competências do CONARQ, do SIGA e do SINAR, determinações legais diversas, eliminação de documentos públicos, grau de sigilo, Lei de Acesso à Informação, microfilmagem, prazos de restrição de acesso.

- Gestão institucional: diagnóstico da situação arquivística, fases da organização dos arquivos, planejamento do programa de gestão arquivística.

- Normatização: objetivos e características das normas de descrição e de gestão arquivística, pontos de acesso, registro de autoridade, requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, requisitos de metadados.

- Difusão: atividades e função da difusão, programas didáticos, exposições, divulgação do conteúdo do acervo.

- Perfil profissional: atribuições do arquivista, características do profissional, Código de Ética do Arquivista.

- Aquisição: dação de documentos.

- Arquivos específicos: trata de características pontuais de determinados arquivos institucionais (geralmente aqueles da instituição para qual a prova estava sendo aplicada).

- Preservação, conservação e restauração: acondicionamento, armazenamento, características e técnicas de

conservação, preservação e restauro, conservação preventiva, fatores de degradação, materiais de qualidade arquivística, preservação digital, resgate de acervos danificados, temperatura e umidade relativa.

- Documentos digitais: assinatura digital, autenticidade, características dos documentos digitais, certificação digital, sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, gestão de documentos digitais, metadados, preservação digital, repositório digital confiável.

- Digitalização: recomendações para digitalização, lei de digitalização, sinaléticas.

- Ciências da informação: Biblioteconomia, Museologia, centros de informação e documentação, informação, comunicação.

- Estatística: arquivometria, desvio padrão, distribuição de frequência.

- Paleografia: análise paleográfica, formas de escrita.

- Diplomática: análise diplomática, análise tipológica, elementos extrínsecos, estrutura do documento.

- Microfilmagem: características da microfilmagem, eliminação de documentos microfilmados, microfilmagem de documentos permanentes, microfilmagem de substituição microfilmagem de preservação, processo de microfilmagem, sinaléticas, vantagens da microfilmagem.

No total, os sete temas de destaque especificados acima foram identificados em 73,17% dos tópicos encontrados, enquanto os outros 15 assuntos juntos correspondem a 26,83% dos resultados.

As questões referentes a Legislação, Fundamentos de Arquivologia, Terminologia, Gestão Documental, Arranjo /

Descrição, Classificação / Avaliação e Documentos Digitais foram identificadas como sendo as mais recorrentes no conjunto de provas analisadas. Outras temáticas, como preservação e difusão não tiveram a mesma frequência nas questões, apesar do papel central que o acesso à informação e a respectiva difusão possui na existência dos arquivos e na essência da profissão arquivística (ROCKEMBACH, 2015). Acredita-se que esse resultado se dá devido à fundamentalidade que alguns temas têm para a adequada execução do trabalho do Arquivista, contudo, sem considerar toda a gama de habilidades que compõem a profissão e que deve ser constantemente atualizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que algumas provas cobram temas referentes a outros campos do saber e que não condizem com os conhecimentos específicos adquiridos nos cursos de Arquivologia – refletindo a realidade de que nem sempre o conhecimento sobre a disciplina é tido como relevante para que se obtenha uma boa classificação na seleção – outras demonstram o contrário, explorando temas da Arquivologia que não apresentam tanto destaque e que são fundamentais ao desempenho da profissão. Essa segunda situação retrata o caso dos tópicos “Arquivos específicos” e “Aquisição”, os quais não apresentaram respaldo na revisão de literatura desenvolvida neste trabalho, mas se mostraram necessários no decorrer da análise das questões, indicando, assim, que é fundamental o entendimento da arquivística como um todo para se obter um bom resultado no processo seletivo.

Ao mesmo tempo em que a necessidade de inclusão desses dois tópicos foi identificada no decorrer da análise, há

outros temas cuja importância para a disciplina é incontestável e que, apesar disso, não apresentaram uma frequência que represente tal relevância, como foram os casos dos temas “Preservação / conservação / restauração” e “Difusão”.

As atividades de preservar, conservar e restaurar acervos, ainda que devam preferencialmente ser exercidas por um Conservador-Restaurador, fazem parte do currículo de formação do Arquivista e é fundamental que seus conceitos e técnicas básicas sejam de conhecimento desse profissional. Da mesma forma, as técnicas de difusão se mostram igualmente importantes no sentido de possibilitar às instituições a divulgação de suas atividades de modo a estimular a procura pelo arquivo e o interesse pelos documentos. A difusão é o mecanismo utilizado no contexto arquivístico para promover os arquivos e tornar conhecidas as possibilidades que eles têm a oferecer, sendo essencial que os Arquivistas saibam desenvolver programas de divulgação apropriados ao seu público e ao ambiente no qual estão inseridos.

Há diversas pesquisas que poderão vir a se utilizar dos dados e conclusões aqui apresentados e dar continuidade a estudos que envolvam como as seleções públicas vêm sendo realizadas no Brasil. É importante que as investigações que relacionem o Arquivista com o seu mercado de trabalho sejam incentivadas e tenham visibilidade para fazer com que o profissional possa conhecer cada vez mais as suas opções e, assim, identificar eventuais necessidades e reconhecer oportunidades, contribuindo para a evolução da área e o reconhecimento da profissão.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 16 mar 2021

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999. 190 p.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153

ROCKEMBACH, Moisés. *Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional*. *Informação Arquivística*, 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manoel. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CAPÍTULO 3

BIBLIOTECAS ESPECIAIS: INFORMAR, ACOLHER E HUMANIZAR

Sheila Silveira

Evanda Verri Paulino

1 INTRODUÇÃO

Há tempos as bibliotecas têm sido consideradas um refúgio para a recuperação da informação correta. Neste propósito, em todas as áreas do conhecimento, seu papel é de grande valia, com destaque para aquelas com especificações próprias, como as bibliotecas da área médica.

Assim como existem diferentes segmentos de bibliotecas no ramo da saúde, os bibliotecários também recebem diferentes denominações conforme o local de atuação. Aqueles que atuam na área médica são denominados “bibliotecários em ciências da saúde”, mas Azevedo (2009) destaca o bibliotecário-médico que atua em Bibliotecas Universitárias em Faculdades de Medicina, o bibliotecário-clínico que, em Bibliotecas Especializadas, atua junto a equipes de profissionais de saúde, como médicos e especialistas e o informacionista clínico que se diferencia dos demais por atuar na indústria, geralmente farmacêutica.

Com este panorama, propõe-se um cenário de Biblioteca Especial, focada nos Consumidores de Informação em Saúde onde, além de uma proposta informacional, técnica e arquitetônica, é preciso um quadro de funcionários psicoemocionalmente capazes de lidar e tratar sem distinções as

pessoas que passam pelas mais diversas enfermidades, tornando concreto o anseio de humanizar tratamentos e prover interação entre pacientes através da informação.

Embora não tenham sido localizadas nomenclaturas para bibliotecários em Bibliotecas Especiais, é importante lembrar que todo prestador de serviços deve ter atributos como simpatia, criatividade, confiança, atenção e boa comunicação. Assim, os bibliotecários que, prestando um bom atendimento e realizando sua missão de levar informação a quem precisa, não podem ser considerados meros mediadores de informação, mas sim, referências de respeito e acolhimento.

2 CONSUMO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Devido à diversidade de fontes de informação, o paciente tem um perfil questionador pela facilidade em localizar informações sobre uma enfermidade.

De Marco (2012) discorre sobre como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm influenciado a relação entre médicos e pacientes, alterando o perfil dos Consumidores de Informação em Saúde que têm a oportunidade de melhor interagir com seu médico, e questioná-lo. Este perfil de paciente deve ser visto pela perspectiva de alguém que adquiriu confiança e habilidades para desenvolver uma relação de parceria com os profissionais da saúde ao longo de seu tratamento, e assim, melhorar sua qualidade de vida a partir dos conhecimentos que adquiriu.

Siqueira (2010) afirma que “o paciente mal informado é vítima de fontes de informação pouco confiáveis, até porque, em sua maioria, a população não tem capacidade crítica, nem critério

de aferição da qualidade das informações que recebe”. Acrescenta que o mais grave dos problemas da má informação está nas promessas de sites que fazem afirmações e propagandas mirabolantes, visando apenas o lucro nas vendas de medicamentos e tratamentos.

Este panorama reforça a necessidade da atuação de um profissional com habilidades no trato com o ser humano, de desvendar as dúvidas sobre saúde de forma precisa e que selecione materiais cujas fontes são verídicas. Esta figura pode ser encontrada no papel do bibliotecário que tem em sua formação e vivência profissional a experiência necessária para desenvolver este trabalho de educação e formação continuada junto ao Consumidor de Informação em Saúde.

O consumo de informação em saúde tem sido denominado como o uso de “qualquer informação que capacite os indivíduos a compreender e tomar decisões relacionadas à sua saúde e de sua família” e não diz respeito apenas à educação de pacientes, mas também a seleção e disponibilização de informações. A principal questão é compreender o papel do profissional da informação que deve ajudar os indivíduos a manter o controle psicológico e emocional por meio de informação segura (SMITH, 2008).

Os bibliotecários têm um importante papel nos domínios do consumo de informação em saúde e da educação de pacientes, e uma das razões para tal é a promoção da mudança bem-sucedida de comportamento deste consumidor (SMITH, 2008). Os profissionais médicos e da informação devem ter senso de observação acurado para notar o conhecimento prévio do Consumidor de Informação em Saúde, bem como suas reações frente às informações recebidas. Torna-se necessária uma via de

comunicação eficiente entre Consumidores de Informação em Saúde, equipe multidisciplinar de saúde e da informação, via esta em que não se subestime a capacidade de assimilação da informação por parte de quem a busca e que não quebre a autoridade do corpo clínico na tomada de decisão sobre o tratamento.

2.1 A importância do acesso a informação segura

Galvão (2012) afirma que os profissionais dos diversos segmentos da saúde não estão plenamente capacitados a lidar com as TICs no dia-a-dia clínico. Dessa forma, se os próprios profissionais da saúde, embora conheçam as fontes seguras de informação técnica, têm dificuldades no uso das TICs para a seleção de informações pertinentes, o mesmo acontece com os Consumidores de Informação em Saúde que contam com a dificuldade na seleção e averiguação de informações.

O Consumidor de Informação em Saúde tem o direito de ser informado e o médico o dever de informar. A falta de informações pode afetar o estado emocional tanto quanto seu excesso ou a forma inadequada de transmissão. O mediador da informação deve trabalhar de forma que a informação transmitida seja instrumento de conscientização sobre a responsabilidade do indivíduo pelos cuidados com sua saúde.

Cada necessidade de informação é diferente, tornando necessário um serviço de disseminação seletiva de informação bem estruturado. A Biblioteca Especial dará aos Consumidores de Informação em Saúde um quadro geral do assunto buscado, cabendo ao profissional de saúde informar e sanar com maior profundidade e detalhamento as dúvidas surgidas ao longo da consulta médica, reforçando que a Biblioteca Especial não é

substituta da consulta, mas o primeiro passo ou o complemento da busca e seleção de informações.

Diversas fontes de informação estão disponíveis a qualquer indivíduo com acesso a um dispositivo em rede *online*. Com as numerosas possibilidades de fontes de informação, as necessidades tornam-se mais seletivas e refinadas, e o risco de localizar e utilizar as informações de maneira indevida, visto que não há fiscalização dos conteúdos publicados na rede, torna-se alto. A experiência de estar diante do acúmulo de informações não verificadas afeta o sentido psicológico do Consumidor de Informação em saúde, que se vê diante de um quadro de ansiedade de informação. Wurman (2005) contextualiza afirmando que esta não acontece apenas quando estamos diante de informações que não dizem o que queremos saber, ela assume várias formas, dentre as quais a frustração pela incapacidade de nos inteirarmos por completo do montante de dados que nos são expostos, frustração por estar diante da qualidade daquilo que nos é oferecido e não compreendido e o sentimento de culpa por não estarmos mais informados e não sermos capazes de acompanhar o volume de dados considerados informação. Todavia, não basta simplificar o processo de acesso à informação; é preciso esclarecê-lo acerca de seus benefícios e infortúnios. Wurman (2005) discorre que “se o produto da Era Digital é a informação, a *internet* é seu meio de transporte, o que significa mais desinformação, porque a informação errada pode ser transmitida tão facilmente quanto a certa”.

Lidar com uma enfermidade requer uma série de escolhas e decisões, sejam elas com relação ao diagnóstico ou tratamento. Faz-se necessário que o paciente e aqueles que com ele estão envolvidos munam-se de informações e que procurem por

profissionais dispostos ao diálogo e que estejam aptos também a ouvir e entender suas questões emocionais (ISMAEL, 2002).

Para Ashton e Oermann (2014) a educação de pacientes é entendida como auxílio para que estes adquiram as competências necessárias ao seu cuidado com autonomia. O desenvolvimento de ações envolvendo a leitura e a educação de pacientes proporciona uma atitude diferenciada quando em situação hospitalar, pois lhe confere conforto e apoio emocional e psicológico, além de uma atitude mais racional ao longo de seu tratamento. A informação correta torna o paciente mais autônomo, pois permite o exercício da reflexão e da tomada de decisões, trazendo liberdade e amplitude de perspectiva.

Segundo Boeger (2008), a humanização é resultado da equação entre hospitalidade, humanismo e acolhimento. É considerada como fator estratégico nas instituições, pois influencia em questões como a relação médico e paciente, comunicação e acesso à informação. A humanização “depende da capacidade de falar, ouvir e de expressar os sentimentos das pessoas envolvidas” e visa ao aprimoramento das relações humanas sem distinção de níveis hierárquicos ou de formação. Seu processo não resolve o problema da dor ou do medo, mas “ajuda a diluir este sentimento”, portanto está ligado a modificações comportamentais, requerendo aprendizagem por parte do prestador de serviços, uma vez que estará em constante interação com o consumidor de serviços em saúde. Humanização é respeitar alguém em situação fragilizada, com naturalidade, respeito e igualdade, adquirindo atos sociais polidos e afáveis, garantindo que a dignidade e os direitos dos envolvidos sejam garantidos (VIEGAS, 2007).

2.2 Bibliotecas em Saúde

De acordo com Henn (2011), existem cinco tipos de bibliotecas: escolar, universitária, especializada, pública e nacional. Destaca-se aqui a Biblioteca Especializada, definida pelo autor como “aquela que foca em alguma área ou público específico”. Embora as Bibliotecas Especiais também se caracterizem pelo público e tipo de informação que oferecem, estas se diferenciam das Bibliotecas Especializadas pelo nível da informação disponibilizada. Bibliotecas Especiais visam o público leigo, disponibilizando informações não técnicas e informações técnicas com linguagem adaptada, mas podem ser consideradas especializadas em uma determinada área, por fazerem parte de uma organização cujas características demandem literatura e serviços personalizados dessa unidade de informação aos seus clientes (BENEDUZI, 2004).

Na área da saúde, pode-se considerar a existência de três tipos distintos de bibliotecas: Universitária, Especializada, também chamada de Hospitalar, e Especial. Sobre a Biblioteca Especial, tanto sua localização, seus usuários e sua coleção tem características especiais. Este tipo de biblioteca, além de disponibilizar informações seletivas, como em Bibliotecas Especializadas, visa proporcionar bem-estar aos pacientes e demais Consumidores de Informação em Saúde (BENEDUZI, 2004).

A informação médica geralmente é complexa e escrita em linguagem técnica. Os bibliotecários devem avaliar o nível da informação médica a fim de que esteja de acordo com as necessidades de seus usuários, pois, apesar de a *internet* estar contribuindo para a disponibilização de informações, os Consumidores de Informação em Saúde continuam necessitando

de auxílio para a seleção de material pertinente às suas dúvidas (CHOBOT, 2010).

Com vistas à facilitar a compreensão de informações médicas, foi desenvolvida uma técnica para tradução deste conteúdo aos Consumidores de Informação em Saúde. *Plain Language* consiste em uma linguagem de fácil compreensão ao público leigo em geral. Nenhuma técnica a define, contudo, define-se por seus resultados: fácil de ler, entender e usar. O movimento *Plain Language* busca contemplar diversas áreas cujos termos técnicos dificultem a interpretação dos conteúdos publicados, e na área da saúde auxilia na compreensão do problema a ser enfrentado bem como os procedimentos tomados e sua importância (PLAIN LANGUAGE ACTION AND INFORMATION NETWORK, 2011). Existem fontes de informação eletrônicas que disponibilizam informação em saúde para leigos em formato *plain language*. Diversas instituições no exterior já têm em prática projetos de bibliotecas digitais para Consumidores de Informação em Saúde. Por outro lado, existem também bases de dados especializadas em saúde com espaços especiais de informação para pacientes. A biblioteca digital ClinicalKey e a UpToDate, plataforma de medicina baseada em evidências, são exemplos de ferramentas *online* que disponibilizam informações técnicas ao público leigo em formato *plain language*, contudo ambas as plataformas necessitam de assinatura para seu acesso, o que demonstra que ainda há barreiras entre o acesso à informação e a comunidade de Consumidores de Informação em Saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que bibliotecas são especiais por natureza é certa. Isso se torna ainda mais relevante no contexto de prestação

de serviços à saúde, onde serão atendidos visitantes em estado físico, mental ou emocional fragilizados. A Biblioteca Especial deverá estar preparada nos aspectos de estrutura e equipe para acolher aquele que está em busca de refúgio, alívio de tensões e informação compreensível que ajude a melhor lidar com seu momento carregado de dúvidas e incertezas.

O bibliotecário especial será o “buscador humanizado”, pois além de dominar as técnicas de busca e conhecer as fontes de informações, agrega o fator humano de poder ouvir o consultante e adaptar sua busca para atender de forma pontual os problemas levantados.

Considera-se então que a Biblioteca Especial é uma unidade de informação que deverá agregar fontes de informação segura, humanização, hospitalidade, cultura e lazer, contudo, sempre com foco na disseminação seletiva de informação. A informação, neste ambiente, deverá ser o principal produto a ser oferecido para auxiliar, integrar e tornar mais agradável a permanência no ambiente hospitalar, seja em condição de paciente ou de visitante. É direito de todo cidadão ter acesso à informação, saúde e educação. Quando estes elementos são agregados, atinge-se o objetivo de tratamento humanizado.

REFERÊNCIAS

ASHTON, K.; OERMANN, M.H. Patient education in home care. *Home healthcare nurse*, Hagerstown, v.32, n.5, p. 288-294, May 2014.

AZEVEDO, A. W. *Formação e competência informacional do bibliotecário-médico brasileiro*. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

BENEDUZI, A. C. *Bibliotecas Especiais: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alance do paciente*. 2004. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOEGER, M. A. *Gestão em hotelaria hospitalar*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 101 p.

CHOBOT, M. C. *The challenge of providing consumer health information services in public libraries*. Washington, DC: AAAS, 2010.

DE MARCO, M. A. *Psicologia médica: abordagem integral do processo saúde-doença*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GALVÃO, M. C. B. Informação clínica: do prontuário do paciente às bases de evidências. 23 ago. 2012. In: ALMEIDA JÚNIOR, O. F. *Infohome*. Londrina: OFAJ, 2012. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod701. Acesso em: 28 maio 2014.

HENN, G. *Apostila de auxiliar de biblioteca*: livro post. 2011. Disponível em: <http://biblioteconomiaparaconcursos.com/2011/12/23/auxiliar-de-biblioteca-livro-post/>. Acesso em: 05 maio 2014.

ISMAEL, J. C. *O médico e o paciente*: breve história de uma relação delicada. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

PLAIN LANGUAGE ACTION AND INFORMATION NETWORK. *Plain language: improving communication from the Federal Government to the public*. 2011. Disponível em: <http://www.plainlanguage.gov/index.cfm>. Acesso em: 25 out.

2014.

SILVA, F. C. C. *Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais*. Brasília: Thesaurus, 2005. 264 p.

SIQUEIRA, E. *O paciente informado e seu novo papel*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/ethevaldo-siqueira/2010/09/04/o-paciente-informado-e-seu-novo-papel/>>. Acesso em: 08 maio 2014.

SMITH, C. A. Consumer health information. *In*: WOOD, M. S. *Introduction to health sciences librarianship*. New York: Haworth Press, 2008. p. 429-458.

VIEGAS, D. Humanização hospitalar. *In*: VIEGAS, D. *Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização*. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2007. p. 47-52.

WURMAN, R. S. *Ansiedade de informação 2: um guia para quem comunica e dá instruções*. São Paulo: Cultura, 2005. 299 p.

CAPÍTULO 4

AS ESCOLHAS E TRAJETÓRIAS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS DE BIBLIOTECÁRIOS QUE ATUAM COMO DOCENTES

Ágata Nelza Gomes de Souza

Valéria Martin Valls

1 INTRODUÇÃO

Visitar um trabalho escrito há alguns anos gera um processo de rememoração ímpar: lembranças sobre a escolha do tema, sobre as inquietações (que atravessam todo pesquisador), as escolhas de rotas, as descobertas documentais, os indivíduos que, direta e indiretamente, fizeram parte do processo de redação de cada um dos capítulos, a defesa das conclusões alcançadas...

Sobre essa questão, Sá (2005, p. 65), esclarece que a “[...] memória humana não é uma reprodução das experiências passadas e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente”. É com essa perspectiva de vinculação com o tempo presente que sintetizamos, nas páginas a seguir, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Como o bibliotecário se torna professor? Análise das trajetórias acadêmico-profissionais dos docentes de Biblioteconomia da FaBCI/FESPSP” (SOUZA, 2015). Ele foi defendido na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) que, desde 2020, passou a se chamar Sociologia e Política - Escola de Humanidades.

Naquele contexto, já era possível identificar a carência de pesquisas que se debruçassem sobre a análise do bibliotecário que atua nas salas de aula no ensino superior. Cenário esse que, infelizmente, não se transformou de maneira significativa desde então. Por isso, a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil e o reconhecimento dos grandes bibliotecários que se empenharam no processo de construção da profissão e na disseminação do ofício pelo nosso país se mostrou relevante. Além disso, a pesquisa propiciou uma oportunidade de aproximação com as histórias profissionais, as escolhas de carreira e de vida de cada um dos bibliotecários que atuavam como docentes na FaBCI/FESPSP naquele momento. Sem dúvida, uma experiência enriquecedora para uma jovem formanda em Biblioteconomia.

2 BREVE EXPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa em questão apresentou como objetivo geral o desenvolvimento de uma reflexão sobre as trajetórias acadêmico-profissionais realizadas pelos bibliotecários que atuam como docentes na FaBCI/FESPSP, ao longo do ano de 2015 e, para isso, foi organizado em oito capítulos. Apresentaremos uma breve descrição dos seis primeiros e, em seguida, daremos enfoque aos dois últimos que apresentam os resultados e as conclusões de pesquisa.

Os dois primeiros capítulos do TCC foram destinados às considerações introdutórias e à apresentação dos objetivos de pesquisa. As especificidades metodológicas foram apresentadas no terceiro capítulo que, de forma geral, explicitou a escolha do método misto como escopo principal de pesquisa. Ou seja, aplicou-se, de forma concomitante, as perspectivas quantitativas

– com uma pesquisa de levantamento de dados secundários – e qualitativas – com a realização de entrevistas semiestruturadas. Descreveu-se, também, o espaço amostral definido.

O quarto capítulo – intitulado “O ensino de Biblioteconomia no Brasil: uma breve retrospectiva histórica” apresenta uma sucinta exposição – com viés histórico – sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil. Denota os primórdios do ensino biblioteconômico no país, relacionando-o à presença religiosa no Brasil colonial e sua relação com a prática da “guarda do saber”. Trata também do processo de transformação ocorrido nas bibliotecas e sobre seu ensino humanista – sobretudo, no ambiente da Biblioteca Nacional –, que aos poucos é substituído por um enfoque mais técnico – oriundo da conjuntura norte-americana.

Já o quinto capítulo, nomeado “O ensino de Biblioteconomia em São Paulo: um retrato da FaBCI/FESPSP”, traz à tona um recorte mais específico sobre a prática paulistana no ensino de Biblioteconomia. Há uma reconstrução do desenvolvimento institucional da FaBCI/FESPSP desde sua fundação em 1940, conferindo, entretanto, maior atenção aos fatos relacionados aos anos de existência do curso de Biblioteconomia na instituição.

No sexto capítulo, denominado “Profissionalização docente no ensino superior”, são englobadas as discussões acerca do termo profissão, além da análise do processo de profissionalização da docência. Há uma breve apresentação do perfil dos docentes da educação superior no Brasil, com enfoque aos requisitos legais necessários à atuação. Neste capítulo, buscou-se também, discutir a necessidade de uma formação multidimensional para o bibliotecário que atua no ensino

superior, englobando as dimensões de conteúdos, de habilidades didáticas e de relações situacionais, de acordo com os pressupostos trazidos por Vilarinho (1985) e Libâneo (1990).

Enfim, alcançamos os capítulos finais. No sétimo capítulo, intitulado “Como o bibliotecário se torna professor? A voz dos docentes da FaBCI/FESPSP em análise” a análise dos dados obtidos durante a pesquisa e os resultados são apresentados. Retratou-se o perfil geral do bibliotecário-professor da FaBCI/FESPSP e apontou-se, por meio da análise dos depoimentos, as nuances relativas ao processo de escolha pela docência no ensino superior, bem como, os caminhos formativos trilhados. Já o oitavo capítulo foi destinado às “Considerações Finais”. Ele traçou o desfecho da pesquisa desenvolvida com a concatenação dos conceitos teóricos estudados e das motivações para a escolha do magistério superior e das trajetórias acadêmico-profissionais. Além disso, as possibilidades de formação profissional para o aprimoramento do processo de ensino biblioteconômico foram retomadas e brevemente discutidas. E, é sobre esses dois últimos capítulos, que nos debruçaremos a seguir.

3 COMO O BIBLIOTECÁRIO SE TORNA PROFESSOR? PANORAMA DE DADOS E RESULTADOS DE PESQUISA

De modo geral, a prática docente e a discussão curricular são temáticas exploradas com significativa frequência no campo acadêmico. Entretanto, o ato de debruçar-se sobre as pesquisas que enfocam o indivíduo docente e os aspectos que o caracterizam tende a ser uma realidade menos comum,

sobretudo, quando se trata de um grupo específico de docentes do ensino superior – os de Biblioteconomia.

O “olhar temático” da pesquisa em questão esteve centrado sobre o indivíduo – o bibliotecário-docente da FaBCI/FESPSP. Nesse sentido, apresentaremos uma síntese da visão que eles têm de si mesmos, suas escolhas acadêmicas e profissionais, suas motivações, as diferentes compreensões do mundo da Biblioteconomia e do mundo docente, concomitantemente.

Antes de iniciar esse panorama, cabe salientar que grande parte dos dados quantitativos foi extraído por meio da análise dos *Currículos Lattes*¹ do grupo em questão. Essa fonte de informação gerou uma diversidade de dados, como por exemplo: ano de formação em Biblioteconomia, instituição de obtenção do título de graduação, intervalo entre a conclusão do curso de Biblioteconomia e o início da docência, formação acadêmica do momento, cursos *Lato sensu* realizados, realização de cursos de formação complementar voltados à docência, tempo total de atuação na docência do Ensino Superior etc. Já os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, ou seja, um modelo em que o entrevistado esteve relativamente livre para se expressar.

Considerando a diversidade de dados que foram coletados / analisados – sejam eles, quantitativos ou qualitativos – convém apresentá-los em estrutura de tópicos, facilitando assim, a exposição.

¹ Trata-se de um currículo acadêmico-profissional, preenchido de acordo com as diretrizes da Plataforma Lattes, gerenciada pelo CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.

a) Definição de gênero e faixa etária

Uma das primeiras características analisadas dizia respeito ao gênero majoritário dos profissionais analisados. O perfil encontrado não difere do que ocorre com o magistério de maneira global. O quadro docente estava composto, em sua maioria (cerca de 82%), por profissionais do sexo feminino.

Os dados inferem uma relação clara entre o exercício profissional da docência e da Biblioteconomia: a feminização. Nesse sentido, as duas profissões “[...] continuam a ser essencialmente femininas, pelo que se pode inferir que os motivos históricos de ingresso continuam a ser válidos para a manutenção da feminização” (MARTUCCI, 1996, p. 243). Essas motivações históricas estão relacionadas ao paradigma do ser puro, abnegado, maternal, que necessitava de uma profissão com cargas horárias menores e compatíveis com as funções domésticas e que se submetia à aceitação de salários mais baixos já que sua renda era vista como complementar à renda principal do marido etc. (MARTUCCI, 1996). Entretanto, hoje, a mulher já ocupa espaços profissionais de destaque em vastos campos de atuação e com perfis salariais em ascensão. Mas, a marcante feminização – que se faz presente nas duas profissões – ainda parece existir.

Já os dados etários apontam que o grupo possuía, no ano de 2015, em média, aproximadamente, 50 anos de idade. Assim, os bibliotecários-docentes da instituição tinham idades que variavam entre 37 e 63 anos, ratificando assim, uma significativa disparidade etária no grupo. Esse dado é importante, pois indicava potenciais diferenças entre as trajetórias acadêmicas e profissionais percorridas por cada um dos indivíduos em questão – o que possibilitaria trocas de experiências no próprio ambiente

de trabalho.

b) Contexto de escolha pelo curso de Biblioteconomia

Para aprofundar a análise do grupo em questão, coube investigar o contexto de escolha pela realização do curso de Biblioteconomia, considerada assim, como um dos primeiros pontos da trajetória profissional. Pela análise das vozes dos entrevistados e por meio de dados qualitativos, identificou-se que havia a presença marcante de uma influência externa nessa escolha. Os dados qualitativos apontaram uma clara influência de outros profissionais bibliotecários na escolha pela graduação em Biblioteconomia, o que se mostrou majoritário no grupo. Entretanto, também foi possível identificar relatos da influência de professores e familiares.

c) Ano e Instituição de formação em Biblioteconomia

Com relação ao período e local de formação, os dados mostraram que quase metade dos professores, cerca de 45,5%, formou-se após os anos 2000. Outro traço marcante é instituição formadora: a FaBCI/FESPSP. Ou seja, foi possível perceber que alguns entrevistados se graduaram e assumiram cargos de docência na própria instituição formadora, conferindo assim uma significativa vivência do espaço, como lugar de formação inicial e lugar de formação pelo trabalho.

d) Contexto de atuação como docente do ensino superior e suas temporalidades associadas

Trataremos aqui, especificamente, sobre o problema de pesquisa delimitado. Ele buscava elucidar “Como o bibliotecário se torna professor?” e não encontrou apenas uma resposta. Os dados qualitativos indicaram que essa inserção do bibliotecário

no mundo educacional no ensino superior se deu de três formas distintas: por uma escolha pessoal, por uma aceitação após direcionamento dos antigos professores ou, então, por uma aceitação de oportunidade após enfrentamento de um dilema pessoal.

Primeiramente, a escolha intencional pela docência foi um processo que, em sua maioria, se deu durante o curso de graduação. O exercício das práticas de monitorias e/ou tutorias despertou a possibilidade de uma futura atuação no magistério. E, após a conclusão do curso de Biblioteconomia, diante do surgimento de oportunidades concretas, a opção foi posta em prática.

Já no segundo grupo, a percepção do campo de atuação docente só se deu por um direcionamento explícito durante o curso de graduação. Nesse grupo, os bibliotecários-professores foram conduzidos por seus antigos professores ao reconhecimento do magistério como possibilidade profissional. No geral, eram alunos que apresentaram ótimo rendimento durante o curso e detinham um bom perfil comunicativo.

O último grupo, diferentemente dos anteriores, vivenciou um dilema pessoal antes de realizar o aceite para a atuação docente. Muitos, não se identificaram inicialmente com a profissão. No entanto, o que antes se configurou como um conflito interno, mostrou-se um caminho viável e profícuo.

Já a contabilização do tempo transcorrido entre a conclusão de curso de Biblioteconomia e o início da atuação como docente no ensino superior resulta em dados bastante curiosos. Os dados apontam, novamente, uma possível divisão da população em análise em dois grandes grupos: aqueles que se

formaram e, em menos de um ano, adentraram na docência e aqueles que só assumiram as salas de aula depois de um longo período – entre 6 e 15 anos – após a formação inicial. As motivações estariam relacionadas às estratégias de investimento em educação continuada – analisadas a seguir.

e) Formação acadêmica e investimento em formação continuada

O nível formativo dos bibliotecários-docentes estava levemente centrado na modalidade *stricto sensu*, ou seja, na realização de cursos de mestrado e doutorado. Em 2015, dos onze docentes em análise, seis deles (aproximadamente, 54,6% do campo amostral) estavam no intervalo daqueles que possuíam mestrado em andamento até o doutorado concluído.

De outro lado, ao analisarmos o grupo daqueles que só assumiram as salas de aula depois de um longo período, percebe-se que esse intervalo de tempo foi dedicado à realização de cursos de pós-graduação e/ou formação continuada e, também, destinado à fixação no mercado de trabalho por meio das diferentes possibilidades de atuação bibliotecária. Postergando assim, a atuação docente.

O que não significa que o primeiro grupo – aqueles que adentraram na docência logo em sequência à formação – não investiu na vida acadêmico-profissional. Muitos se tornaram, concomitantemente, docentes nos cursos de Biblioteconomia e alunos nos cursos de pós-graduação.

Pode-se perceber, também, um considerável interesse por cursos da modalidade *lato sensu*, vistos como de mais fácil conciliação com os papéis desenvolvidos. A pesquisa demonstrou que, mesmo dentre aqueles que eram alunos de mestrado ou

doutorado em 2015, em algum momento da trajetória acadêmica, houve o direcionamento do olhar para os cursos de especialização.

É interessante perceber que alguns desses cursos foram voltados para o aprimoramento da própria ação docente, como por exemplo: Sócio-psicologia, Psicopedagogia e Metodologia do Ensino. Essa presença demonstrou uma preocupação com o desenvolvimento de habilidades que iriam além do aprofundamento do conteúdo ministrado aos discentes, mas também englobavam questões relacionadas ao fazer-pedagógico da ação docente.

Além disso, percebeu-se que, de forma geral, o grupo buscou outros cursos formativos de curta duração – que não se caracterizavam como cursos de especialização –, com destaque para aqueles relacionados ao magistério no ensino superior.

f) Experiência no ensino superior e projeção de atuação profissional futura

Assim como já foi visto na análise etária dos bibliotecários-docentes da FaBCI/FESPSP, o quesito experiência docente também é bastante heterogêneo.

Alguns docentes estavam no início da carreira (em 2015, cerca de 36% do grupo tinha até 5 anos de magistério), enquanto outros já possuíam uma trajetória profissional de longas décadas (cerca de 27% do grupo já possuía mais de 20 anos de atuação no magistério). Essa diferenciação promovia a possibilidade de troca de informações entre os docentes, trazendo à tona pontos de vista de gerações diferentes.

Por fim, à época, havia certa concordância nas

perspectivas para o futuro próximo. Parecia que, mesmo diante das dificuldades (as entrevistas expuseram diversos dilemas, renúncias, conflitos e incertezas relacionadas à carreira), o caminho da docência continuaria a ser trilhado pela maioria do grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser bibliotecário e docente de Biblioteconomia vai muito além de contribuir com a formação teórica aplicada do corpo discente. Para além disso, é propagar “[...] valores civilizatórios da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da justiça e da tolerância, hoje consagrados no ideário universal” (BIBLIOTECONOMIA..., c2020, p. 65).

Considerando esse multifacetado papel do bibliotecário-docente, espera-se que a pesquisa aqui sintetizada, se configure não só como um documento à memória institucional da FaBCI/FESPSP em si, mas também, possa ser uma expressão de reconhecimento desse amplo corpo de profissionais que atuam no Ensino de Biblioteconomia no Brasil. O saber-fazer desses profissionais tem contribuído cotidianamente, ao longo de décadas, na facilitação do acesso à conteúdos técnicos e humanos, promovendo efetivamente, transformações de realidades individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECONOMIA: passado e futuro de uma profissão. São Paulo: Sociologia e Política, c2020. 84 p. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/00010/000010fb.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação, *Perspec. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.225-244, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/642/430>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: SÁ, Celso Pereira de (org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 63-86.

SOUZA, Ágata Nelza Gomes de. *Como o bibliotecário se torna professor?: análise das trajetórias acadêmico-profissionais dos docentes de Biblioteconomia da FaBCI/FESPSP*. 2015. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/00002/000002d0.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. *Didática: temas selecionados*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

CAPÍTULO 5

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DAS DISCIPLINAS DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Cláudio César Pereira

Adriana Rosecler Alcará

1 INTRODUÇÃO

Em vários contextos, seja de trabalho, de estudo ou ainda para atender uma simples curiosidade pessoal sempre precisamos de informações e em certos momentos nos deparamos com problemas informacionais, os quais requerem um conjunto de habilidades para buscar, selecionar e usar a informação de forma consciente e reflexiva. Também vale enfatizar que o ambiente informacional atual é caracterizado por uma constante e volumosa produção, disponibilização e compartilhamento de informações, que se apresentam de diferentes formas e por meio de uma diversidade de recursos digitais. Aliado a isso, também há muita informação irrelevante e, que por vezes, interfere no processo de busca e seleção de fontes que atendam as nossas demandas informacionais.

Essa breve contextualização aponta para a necessidade constante de formação e desenvolvimento de habilidades para que as pessoas possam lidar adequadamente com a informação. Em se tratando do contexto universitário, espera-se que os estudantes utilizem, saibam refletir criticamente e se apropriem desses recursos informacionais de forma ética, já que são ações

determinantes para suas práticas de aprendizagem. A formação dessas habilidades vem sendo discutida no âmbito da competência em informação, que é definida por Belluzzo (2005, p.38) como um “[...] processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência [...].”

Nesse sentido, refletindo especificamente sobre os cursos de graduação em Biblioteconomia, vale destacar que em suas matrizes curriculares há ofertas de diferentes disciplinas voltadas à formação das habilidades informacionais dos estudantes. Algumas dessas disciplinas tratam da competência em informação e outras, tais como as disciplinas de fontes e recursos informacionais, também se constituem em ambientes que promovem o desenvolvimento das habilidades em informação. É um fato que as fontes de informação vêm sendo modificadas devido às tecnologias, sendo que as respectivas disciplinas também vêm sendo adaptadas para acompanharem as novas exigências para preparar os estudantes a recuperar e utilizar a informação no meio digital.

Assim sendo, neste capítulo pretendemos expor parte dos resultados da pesquisa intitulada: “Formação e desenvolvimento das habilidades informacionais e digitais: um estudo a partir das disciplinas de Fontes de Informação”, desenvolvido no âmbito de um trabalho de conclusão de curso. Para tanto, o objetivo consiste em descrever algumas características de disciplinas de fontes de informação que contribuem diretamente para a formação de habilidades informacionais dos estudantes e, conseqüentemente para a sua competência em informação.

2 HABILIDADES PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Conforme já mencionamos, diante da realidade atual e dos desafios que vão surgindo precisamos levar em consideração que são requeridas diferentes habilidades para a resolução dos problemas informacionais. Dudziak (2008) já alertava que ter habilidade para lidar com a informação não é um diferencial, mas uma necessidade. Assim, continuamente precisamos de oportunidades para a promoção de atividades e ações que desenvolvam tais habilidades, evidenciando-se assim, a relevância da competência em informação.

A competência em informação vem do inglês *Information Literacy* e surgiu em 1974 nos Estados Unidos, tendo como precursor o bibliotecário Paul Zurkowsky. Na época foi utilizada para “[...] designar habilidades necessárias à utilização de bases de dados eletrônicas que estavam sendo comercializadas naquele país desde a década de 1960.” (CAMPELLO, 2006, p.65). A autora complementa que com o objetivo de apresentar os interesses dos produtores de bases de dados, Zurkowsky apresentou um relatório à *National Commission on Libraries and Information Science*, sendo que nesse documento mencionava-se “[...] a necessidade de preparar as pessoas para utilizar adequadamente esses produtos, já que seu número tendia a crescer em ritmo acelerado.” (CAMPELLO, 2006, p.65).

Vários pesquisadores, dentre eles Caregnato (2000), Dudziak (2001), Campello (2006), Bartalo, Di Chiara e Contani, (2011), Gasque (2012) e Righetto e Vitorino (2020) afirmam que as habilidades necessárias para lidar com a informação podem ser desenvolvidas e isso depende de ações específicas e varia de

pessoa para pessoa, conforme o contexto e outros fatores ali presentes.

Refletindo sobre a competência em informação e as ações que a pessoa precisa desenvolver para a busca e o uso da informação, destacamos a definição da *American Library Association* (1989, p.1, tradução nossa) que ressalta que “Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações [...]”. A ALA ainda complementa que com a competência em informação as pessoas sabem como encontrar informações e como usá-las de forma que outras pessoas possam aprender com elas. Nessa mesma direção, podemos mencionar a *Australian and New Zealand Institute for Information Literacy* (ANZIL) que elencou algumas características das pessoas com competência em informação, das quais evidenciamos: “[...] reconhecer a necessidade de informação, determinar a extensão da informação necessária, acessar a informação de forma eficiente, avaliar criticamente a informação e suas fontes [...].” (ANZIL, 2004, p.3, tradução nossa).

Bartalo, Di Chiara e Contani, (2011) afirmam que a competência em informação é o conjunto de habilidades que permite a pessoa identificar suas necessidades, buscar, avaliar, comparar e processar as informações que servem para atender uma demanda informacional. Algumas pessoas desenvolvem melhor essas habilidades do que outras, mas não existem pessoas incompetentes ou pessoas totalmente competentes. Nesse sentido, Santos (2017) enfatiza que a competência em informação possibilita condições para desenvolver nas pessoas “[...] as competências, habilidades e atitudes em informação que

não possuem e otimizar as que possuem. Não é uma ação excludente em que o debate consiste em ‘ser ou não ser’ competente: todos somos!”

Para Faria, Varela e Freire (2019) o desenvolvimento da competência em informação promove o empoderamento e o protagonismo social, onde as pessoas não se comportam apenas como usuários de informação, mas como agentes ativos nos processos informacionais. Do mesmo modo, Righetto e Vitorino (2020) observam que uma pessoa capaz de lidar com os desafios em tempo hábil diante de uma vasta gama de opções é também capaz de inovar no meio social em que vive. A partir do momento que consegue perceber que algo precisa ser modificado e tem condições e habilidades para provocar tais mudanças, o cenário e o contexto em que está inserida pode se tornar mais favorável.

Em síntese, o conjunto de habilidades proporcionado pela competência em informação influenciará nas ações das pessoas no contexto social em que se inserem. Sendo que tais pessoas serão capazes de interagir com os sistemas informacionais, de modo a localizar, compartilhar e também produzir informações, que atendam as suas necessidades e as de outras pessoas.

Refletindo mais especificamente sobre as fontes de informação e a competência em informação, Gomes e Dumont (2015, p. 141) salientam que “O entendimento por parte dos indivíduos sobre fontes torna-se essencial para que eles possam utilizá-las a fim de satisfazerem suas necessidades de informação em quaisquer que sejam suas atividades”.

A partir disso, fica evidente que por meio de ações e atividades específicas é possível promover o desenvolvimento das habilidades informacionais e, conseqüentemente, das

habilidades digitais. A formação almejada a partir das disciplinas da graduação em Biblioteconomia que abordam os recursos informacionais visa, entre outros aspectos, fornecer aos estudantes um preparo para identificar os requisitos das fontes de informação, conhecer as técnicas e estratégias que podem ser utilizadas para recuperar a informação e reconhecer os recursos que estão disponíveis nas fontes e que podem ser manuseados com a finalidade de atender suas necessidades informacionais.

É relevante enfatizar que para alguns estudantes essas disciplinas de fontes de informação representam uma primeira forma para promover suas habilidades informacionais, justificando-se assim a relevância de conhecermos como essas vem sendo desenvolvidas no contexto de alguns cursos de Biblioteconomia. Desse modo, na próxima seção serão descritos os procedimentos utilizados para a execução desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve cunho qualitativo e exploratório. Foi desenvolvida mediante coleta de dados disponíveis no meio digital acerca das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia, caracterizando-se nessa fase como delineamento documental. Posteriormente, também aplicamos um questionário *online* aos professores que ministravam as disciplinas de fontes de informação para complementar os dados obtidos com a coleta documental.

Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, a saber: 1) Pesquisa documental: estudo das matrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia da região sul do Brasil para identificar as disciplinas de fontes de

informação; 2) Envio de questionário para os professores que ministravam as disciplinas identificadas na etapa 1.

Quanto aos procedimentos, primeiramente levantamos no site da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) os cursos de Biblioteconomia no Brasil, depois na Região Sul do Brasil. Foram identificados 32 cursos e entre eles cinco na região sul brasileira, que constituíram a amostra desta pesquisa. Em seguida, a partir de uma pesquisa nos sites das universidades que ofertavam os cursos foram verificadas as matrizes curriculares, bem como os projetos pedagógicos para identificar as disciplinas de fontes de informação.

Após a organização e análise preliminar dos dados coletados na pesquisa documental, utilizamos um questionário digital, preparado no *Google Drive* que foi enviado por email aos 15 professores responsáveis pelas disciplinas identificadas. Vale mencionar que esse questionário foi construído após a realização da pesquisa documental visando levantar as ações e atividades desenvolvidas nas disciplinas e que não estavam descritas nos sites. Além disso, antes da aplicação do questionário foi realizado um pré-teste. Também antes de responder ao questionário os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o objetivo que consistiu em identificar nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia as disciplinas de fontes de informação e descrever algumas de suas características, tais como, carga horária, recursos utilizados e atividades que promovem o desenvolvimento de habilidades

informativos, construímos o quadro 1, onde estão listadas as disciplinas de acordo com as instituições de ensino superior (IES) dos cursos que integraram a amostra desta pesquisa e na sequência serão também apresentados os dados obtidos com a aplicação do questionário.

Além das cinco IES mencionadas no quadro 1, há também na região sul do Brasil a Universidade de Caxias do Sul (UCS) que tem graduação em Biblioteconomia na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que oferece o curso de Gestão da Informação, que embora ofertam disciplinas de fontes de informação não foram incluídas nesta pesquisa.

Como pode ser observado no quadro 1 todas as universidades selecionadas para a pesquisa ofertam disciplinas direcionadas para as fontes de informação. A maioria delas (quatro) oferece duas e até três disciplinas nessa temática. Levando em conta suas ementas, podemos visualizar que todas tratam de conteúdos que possibilitam os conhecimentos das fontes e seus recursos para a recuperação da informação, o que tende a promover as habilidades informativas e digitais dos estudantes.

1

Quadro 1 – Disciplinas de Fontes de Informação nos cursos de Biblioteconomia da região sul brasileira

Instituição	Disciplinas	Carga Horária	Ementas
Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Fontes de Informação I	30h	Introdução ao uso dos recursos informacionais, noções de procedimentos de busca e apresentação das principais fontes que serão utilizadas pelos estudantes.
	Fontes de Informação II	30h	Apresentação dos principais bancos de dados, repositórios institucionais, bibliotecas digitais e utilização dos principais recursos de recuperação da informação. Apresentação de técnicas e estratégias de busca em sistemas informatizados.
	Fontes de Informação Especializada	45h	Introdução e operação nas principais fontes especializadas, seus conceitos, funções e atribuições.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Fontes de Informação I	72h	Trata do controle bibliográfico universal e nacional. Apresenta a tipologia e finalidade das fontes de informação. Analisa e avalia as fontes de informação gerais.
	Fontes de Informação II	72h	Analisa e avalia as fontes de informação especializadas nas áreas de ciências puras e aplicada.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Fontes de Informação	72h	Tipologias, características, análise e avaliação de fontes de informação impressas ou eletrônicas. Domínio na utilização e orientação em fontes de informação gerais e especializadas. Produtores e provedores de bases de dados.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Fontes Gerais de Informação	30 h	Conceitos, tipologias e função das fontes gerais de informação. Identificação, análise e uso das fontes gerais de informação
	Fontes de Informação Bibliográficas	30 h	Conceitos, tipologias e função das fontes de informação bibliográficas. Pesquisa e acesso às fontes de informação bibliográficas
	Fontes de Informação Bibliográficas e Especializadas	60 h	Controle bibliográfico nacional e universal. Recursos e sistemas de recuperação da informação especializada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Fontes Gerais de Informação	60h	Introdução às fontes. Apresentação dos conceitos, dos métodos de armazenamento e técnicas de recuperação da informação. Principais bases de dados, repositórios e bibliotecas tradicionais e digitais.
	Fontes Especializadas	60h	Fontes de informação especializadas, suas características, funções e atribuições. Atributos de autoridade, confiabilidade, certificação, procedência e relevância das fontes especializadas.

As ementas, de um modo geral, se dividem em duas partes, sendo uma parte teórica e outra prática. A parte teórica basicamente prevê uma apresentação dos conceitos, tipologias das fontes e características dos recursos informacionais, bem como a evolução dos sistemas e suportes ao longo do tempo. Já a parte prática prevê o uso, experimentação e exploração dos recursos disponíveis para as estratégias e procedimentos de busca da informação dentro das diferentes fontes. Essa divisão em parte teórica e prática também ficou confirmada a partir da carga horária das disciplinas, que de forma geral distribuía-se em teórica e prática.

Já no intuito de averiguar quais eram as atividades e ações ligadas às referidas disciplinas e que visavam promover o desenvolvimento das habilidades informacionais e digitais, além do conteúdo observado a partir dos dados do quadro 1, conforme já mencionamos, os dados foram complementados com a aplicação de um questionário aos professores responsáveis pelas disciplinas. Dos 15 questionários enviados recebemos o retorno de seis professores. Vale enfatizar que foi identificado um número maior de professores quando comparado ao número total de disciplinas, já que algumas disciplinas eram ministradas por mais de um professor.

De forma geral, a partir das respostas dos professores, identificamos que as disciplinas de fontes de informação são ministradas de modo que os conceitos, as definições e as metodologias são apresentadas aos estudantes em aulas expositivas dialogadas. Uma estratégia comumente utilizada pelos docentes é ministrar os conteúdos e ir dialogando com os estudantes, consultando o que sabem a respeito do que está sendo apresentado, indagando sobre suas experiências

anteriores, suas expectativas, entre outras. Depois, em forma de atividades individuais ou em grupos, solicitam que os estudantes desenvolvam seminários, *workshop's* e dinâmicas para expor aos colegas o que aprenderam.

Também ficou evidente, a partir das respostas, a importância das atividades práticas com as fontes de informação. Tais atividades, segundo os participantes da pesquisa, são imprescindíveis para o aprendizado porque é o momento em que os estudantes manuseiam e exploram as fontes. As dúvidas surgem com mais frequência com o uso, sendo que a prática pode revelar pontos não cobertos completamente pelas aulas teóricas. Nesse sentido, um dos professores mencionou que: *“É comum observarmos silêncio ou uma concordância muito ampla por parte dos alunos quando questionamos se o que ministramos teoricamente está claro para eles. Embora, peço que relatem suas experiências ou digam o que não entenderam, muitas vezes não há questionamentos ou comentários. Porém, quando os levamos para um exercício prático com as fontes digitais, por exemplo, é o momento em que o ensinamento é posto à prova. E observamos claramente aqueles alunos que apreenderam algumas instruções, aqueles que não conseguiram e aqueles que não se interessaram. Nos exercícios com as fontes é que surgem as dúvidas e, também, a oportunidade de saná-las.”*

Ainda sobre as atividades práticas nas disciplinas, outro participante afirmou que realiza atividade de manuseio das fontes (impressas e digitais) com o objetivo dos estudantes compreenderem seu arranjo, interface e recursos para a busca e navegação nas informações. Disse ainda que primeiramente solicita aos estudantes uma análise dos pontos fortes e fracos do sistema e quando há mais fontes com o mesmo propósito,

buscam compará-las em termos de funcionalidade, explorando os recursos oferecidos e a interface. O professor destacou que: *“Exemplifico e demonstro as fontes com pesquisas pré-formatadas como um primeiro ponto de contato com a fonte de informação, porém para as atividades em sala busco explorar todas as etapas que o serviço de referência envolveria, ou deixar os estudantes livres para pesquisarem temas de interesse (como, por exemplo, relacionados ao TCC). Tenho ampliado o uso de estudos de caso (baseado na estratégia de personas) em que trago situações que possivelmente eles encontrariam no dia-a-dia de uma unidade de informação, para que os estudantes possam fazer a análise da necessidade de informação do usuário, extraíam os termos de busca, selecionem as fontes adequadas para cada caso, elaborarem estratégias, e selecionem os resultados relevantes”*.

As ações citadas pelos participantes podem ser visualizadas como oportunidades de formação para a competência em informação, já que promovem a reflexão e criticidade do estudante sobre a busca e o uso das fontes de informação. O ato de pesquisar, segundo Gasque (2012), envolve o uso de um conjunto de habilidades. Essas habilidades podem não ter sido adequadamente desenvolvidas nos anos anteriores de ensino formal. Dessa maneira, as disciplinas de fontes nesse momento da sua formação acadêmica podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades informacionais e digitais.

Os professores ainda listaram outras ações que promovem no contexto das disciplinas de fontes de informação, tais como, palestras com convidados externos, como por exemplo, professores, profissionais e especialistas que atuam com fontes de informação diversificadas. Segundo os professores, muitas

vezes, ouvir os relatos e as demonstrações de experiências práticas desses convidados tem sido ações que motivam e promovem o interesse dos estudantes. Complementar a isso, os participantes informaram que continuamente incentivam os estudantes a participarem de eventos técnicos e científicos que tenham relação com as fontes e recursos informacionais, como mais uma forma de aprendizado.

As visitas técnicas em bibliotecas para conhecer o funcionamento de repositórios e bibliotecas digitais também foram elencadas pelos participantes como ações para a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, um deles declarou que: *“Recentemente levou uma de suas turmas para conhecer como funcionava uma biblioteca digital. Qual era a equipe que trabalhava nos registros, quais as principais técnicas e estratégias que utilizavam no armazenamento. [...] os estudantes tiveram a oportunidade de acompanhar como eram lançados os registros no sistema e como poderiam utilizar as ferramentas para recuperar os conteúdos ali armazenados. Realizaram pequenos testes. Foi praticamente um minicurso prático.”*

Outro aspecto investigado foi sobre os recursos utilizados pelos professores para a comunicação e compartilhamento do conteúdo com os estudantes. Eles apontaram que predominantemente se utilizam de material disponível em meio digital, como por exemplo, *e-books*, artigos de periódicos *online*, sites institucionais, *blog’s*, repositórios, entre outros. Quanto aos equipamentos, além dos computadores nos laboratórios de informática, são utilizados *notebooks*, *smartphones* e *tablet’s*. Também mencionaram o uso de redes sociais para a comunicação com os estudantes, em especial *Facebook*, *whatsApp* e *email*.

Alguns professores citaram outras plataformas, tais como o *Moodle*, *Pertoo*, *Classroom*. Além do *Skype* e *Snapchat*.

Pelo exposto podemos afirmar que as ações e atividades desenvolvidas pelos docentes vão além dos limites físicos das salas de aula. Cada vez mais estão em busca de ampliar as possibilidades de ministrar os conteúdos. As aulas deixaram de ser meramente expositivas, o que demonstra claramente uma preocupação dos professores em levar em consideração a individualidade, as necessidades e os conhecimentos prévios dos estudantes. Inclusive, dois participantes revelaram que sempre se dispõem a auxiliar os estudantes em atividades em horários alternativos quando estes não conseguem acompanhar os conteúdos ministrados nas disciplinas. Também aconselham àqueles que não têm conhecimentos prévios que se matriculem em cursos de informática básica, por exemplo, para facilitar as atividades práticas com as fontes digitais

O estudo encontrou respostas que estão de acordo com o que afirmou Bartalo, Di Chiara e Contani, (2011) e Santos (2017), pois segundo eles as habilidades podem ser desenvolvidas e melhoradas desde que as pessoas sejam capacitadas para tal atividade. Buscar a informação corretamente, selecionando as melhores fontes e, posteriormente, utilizando-as para desempenhar um papel na sociedade depende do preparo dos estudantes por meio de ações e atividades com esta finalidade, ou seja, criando condições para desenvolver as habilidades. Também está em concordância com o que defende Belluzzo (2005) que, dentre outras coisas, afirma que as soluções tecnológicas estão cada vez mais presentes e há mudanças nas perspectivas das pessoas. Com isso, passam a existir também exigências de habilidades diferenciadas, como saber "navegar" na

internet com sua enorme variedade de recursos, inserir-se em comunidades virtuais e conhecer as linguagens que são utilizadas no meio digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os cursos de Biblioteconomia se propõem a contribuir para a formação de profissionais que irão atuar junto à sociedade no que diz respeito à disponibilização e acesso à informação, conseguimos evidenciar como as ações e atividades desempenhadas nas disciplinas de fontes de informação promovem de fato um aperfeiçoamento dos estudantes. Também foi possível identificar uma preocupação por parte dos envolvidos no ensino em formar mais do que profissionais que lidam com informação, mas sim a preparar pessoas para refletir e inovar numa sociedade que não permite estagnação.

Assim sendo, acreditamos que as atividades realizadas no contexto das disciplinas de fontes de informação tendem a fortalecer as habilidades para a competência em informação. Isso porque oportunizam aos estudantes o conhecimento de diferentes recursos informacionais, a reflexão sobre suas características e a experiência prática em relação às estratégias de busca e recuperação da informação, que são parte do conjunto de ações que integra a competência em informação. O estudo serviu também como convite ao debate a respeito da temática em futuras investigações de modo a ampliar a amostra de pesquisa e a reflexão sobre o papel dos agentes envolvidos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 22 fev. 2021.

AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND INSTITUTE FOR INFORMATION LITERACY (ANZIL). *Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice*. Austrália: ANZIL: 2004. 48 p.

BARTALO, Linete; DI CHIARA, Ivone Guerreiro; CONTANI, Miguel Luiz. Competência informacional: suas múltiplas relações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 24., 2011, Maceió. *Anais [...]*. Maceió, 2011.

BELLUZZO, Regina Célia B. O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em informação: um exercício de criatividade. In: PASSOS, R.; SANTOS, G. C. (Orgs.). *Competência em informação na sociedade de aprendizagem*. Bauru: Kayros, 2005.

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série*, São Paulo, v.2, n.2, p.63-77, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/18/6>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CAREGNATO, Sônia. Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das universidades no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Documentação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/99988>. Acesso em: 25 fev. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/publico/Dudziak2.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704>. Acesso em: 27 mar. 2021.

FARIA, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Ainda Varela; FREIRE, Isa Maria. Competência em informação para comunidades: empoderamento e protagonismo social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.24, n.1. p.4-24, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2614/2269>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021

GOMES, Marcos Aurélio; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. *Transinformação*, Campinas, v.27, n.2, p.133-143, maio/ago.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n2/0103-3786-tinf-27-02-00133.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação como movimento de inovação social. *Investigación Bibliotecológica*, México, v.34, n.82, p.29-52, ene./mar. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v34n82/2448-8321-ib-34-82-29.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SANTOS, Camila Araújo dos. O protagonismo social da competência em informação (CoInfo). *INFOhome*, out. 2017. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1089. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAPÍTULO 6

ABORDAGENS E TENDÊNCIAS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

José Domingos Padilha Neto

Emeide Nóbrega Duarte

1 INTRODUÇÃO

A Gestão da Informação (GI) e a Gestão do Conhecimento (GC), adotadas no curso de Biblioteconomia, como parte integrante de seus componentes curriculares, caracterizam-se como grandes aliadas da criação de competências gestoras nos futuros profissionais desta área, principalmente, no que diz respeito ao exercício de sua função profissional como gestores das unidades de informação.

É a partir da inclusão destas disciplinas no currículo do curso de Biblioteconomia, que o bibliotecário em formação poderá atingir a capacidade de desenvolver habilidades para a realização de ações voltadas ao conhecimento formal e informal, tácito e explícito, adquirindo, organizando e disseminando informações registradas nos diversos documentos, bem como potencializando a disseminação, troca e compartilhamento do conhecimento, que ainda está implícito e reservado em cada sujeito.

À vista disso, a pergunta que norteou a presente pesquisa

foi: quais são as abordagens e tendências da GI e da GC apresentadas nos currículos dos cursos de Biblioteconomia? Para responder a tal questionamento, a pesquisa teve como objetivo geral, apresentar as tendências nas abordagens da GI e da GC nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil.

É neste sentido, que o presente capítulo tem a intenção de discutir a formação curricular do curso de Biblioteconomia com enfoque na GI e GC, por meio da análise da abordagem dessas disciplinas e suas tendências de conteúdo. Apresenta como proposta, a adoção da GI e da GC nos currículos de Biblioteconomia, como aliadas ao conhecimento essencial para formação de profissionais bibliotecários conscientes de sua responsabilidade enquanto gestores.

2 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Em virtude da expansão do curso de Biblioteconomia no Brasil, desde a sua fundação no ano de 1911, na Biblioteca Nacional (BN), e o crescente debate que se desdobrou até meados da década de 1960, acerca da formação curricular destes cursos, surgiu-se a necessidade da criação de um Currículo Mínimo (CM) para a padronização das suas ementas e disciplinas em nível nacional. Tal padronização, tinha também, como objetivo, a conquista do reconhecimento legal da profissão de bibliotecário como de nível superior e privativa dos bacharéis e do registro dos diplomas na Diretoria de Ensino do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, uma comissão nomeada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) elaborou, no ano de 1962, o primeiro

CM do curso de Biblioteconomia no Brasil (ALMEIDA, 2012).

O CM aprovado pelo CFE era constituído de uma lista de 10 disciplinas e dividia-se entre um grupo de disciplinas de cunho técnico e outro de cunho cultural e humanístico, a dizer: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração das Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia (DIAS, 1963).

Com o passar dos anos, foi-se criando uma insatisfação com os programas de estudo que começaram a se inchar, à medida que eram introduzidas novas disciplinas numa tentativa de atualização do então CM, sem que, no entanto, algo fosse cortado. Isso levou as escolas a pleitear a reformulação do CM (MUELLER, 1988).

Dessa maneira, o CFE, em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação e professores de diversos cursos de Biblioteconomia, estabeleceu o 2º CM de Biblioteconomia em 1982, com disciplinas divididas em três grupos, sendo estes grupos os de matérias de fundamentação geral: Comunicação, Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo e História da Cultura; matérias instrumentais: Lógica, Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, e Métodos e Técnicas de Pesquisa; e matérias de formação profissional: Informação Aplicada à Biblioteconomia, Produção dos Registros do Conhecimento, Formação e Desenvolvimento de Coleções, Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento, Disseminação da Informação e Administração de Bibliotecas (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013; MUELLER, 1988).

Já em 1990, a educação nacional passou por consideráveis mudanças com a criação da Lei 9.394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, para o curso de Biblioteconomia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram estabelecidas em 2001 por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. O documento definiu o perfil dos formandos da área, enumerou as competências e habilidades necessárias ao egresso, direcionando o conteúdo curricular para que as universidades tivessem a liberdade de organizar da forma mais adequada às suas realidades (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

De acordo com a presente contextualização, podemos perceber que o curso de Biblioteconomia se preocupou, desde os seus primórdios, com uma formação do profissional bibliotecário como gestor do seu ambiente de trabalho, e isso se manifesta na abordagem das disciplinas sobre organização e administração de bibliotecas apresentadas nos CMs de 1962 e 1982. Essa necessidade de uma formação voltada para a gestão, também pode ser observada na habilidade “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos”, requerida pelas DCN de 2001 (BRASIL, 2001).

Dessa forma, Corrêa (2016) evidencia as fortes conexões entre a Biblioteconomia e a Administração dizendo ser muito claras as suas aplicações nas questões gerenciais de Unidades de Informação e que não é à toa que alguns cursos tenham diversas disciplinas voltadas aos estudos de Teorias Administrativas e a aspectos diversos de gestão de bibliotecas e unidades de informação.

No entanto, a abordagem da GI e da GC no currículo formacional de Biblioteconomia, surge a partir da necessidade de

rever, de acordo com as demandas sociais modernas, os modelos tradicionais de gestão de bibliotecas, tomando como base a informação e o conhecimento como fator imprescindível à inovação e à competitividade sustentável (SOUZA; DIAS; NASSIF, 2011).

3 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

No contexto organizacional e/ou institucional, onde dado, informação e conhecimento são os instrumentos de trabalho do bibliotecário, é imprescindível que este profissional esteja apto a gerenciar tais recursos para o eficiente funcionamento das atividades internas, fazendo com que a organização obtenha resultados benéficos, tanto para o crescimento dos profissionais que ali trabalham, quanto para obtenção de vantagem competitiva. A GI e a GC entram, então, como aliadas desse profissional para auxiliá-lo, como ferramenta, a desenvolver de forma eficiente tais atividades.

A GI pode ser considerada como um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação nos diferentes ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo (VALENTIM, 2004).

Quanto à GC, podemos considerar como o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos que são estratégicos na vida de uma organização (PACHECO, 2002).

Dessa maneira, é imprescindível, para aquisição da capacidade de uma empresa para criar conhecimento, disseminá-lo na organização e incorporá-lo a produtos, serviços e tomadas de decisões, permitindo a identificação e mapeamento dos ativos de conhecimento e informações ligados a qualquer organização, seja ela com ou sem fins lucrativos; apoiar a geração de novos conhecimentos, propiciando o estabelecimento de vantagens competitivas; e, aumentar a competitividade da organização por meio da valorização de seus bens intangíveis. (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

É neste contexto, que Ferreira (2003) apresenta características imprescindíveis, requeridas ao bibliotecário pelo mercado de trabalho. O autor afirma que se pode perceber que servem como base, os conhecimentos específicos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GI e de GC e que o mercado está buscando profissionais com características fundamentais que combinem a capacidade de gerenciamento com conhecimento técnico, que sejam experts na área de atuação, com uma visão ampla de negócios e competência na especialidade, aliada a uma cultura geral ampla. Além de tudo, devem ser confiáveis, éticos, criativos e honestos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa corresponde a um estudo de nível exploratório-descritivo, ressaltando-se como dimensões teóricas, a reflexão sobre os currículos dos cursos de Biblioteconomia por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). Possui abordagem quantitativa e qualitativa e caracteriza-se como um estudo do tipo documental realizado no ambiente da *web*.

Para o desenvolvimento dos resultados e análises, inicialmente identificamos a relação dos cursos de Biblioteconomia ativos no Brasil pela plataforma e-MEC, perfazendo um total de 41 cursos, conforme os dados obtidos nesta pesquisa realizada em 2017.

Após esta fase inicial, buscamos, por meio do acesso aos sites dos cursos e *e-mails* enviados às coordenações, pelos dados referentes aos documentos necessários para a análise de conteúdo, sendo estes: Projetos Políticos Pedagógicos, Projetos Políticos Curriculares, matrizes curriculares e/ou ementários. Esta fase objetivou identificar, por meio das nomenclaturas e ementas, as disciplinas que versam sobre as áreas da GI e GC, bem como os seus conteúdos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a análise dos documentos recuperados nos 41 cursos, foram identificadas 36 disciplinas com conteúdos que versam sobre a GI, a GC e a Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC) de forma integrada, conforme os dados obtidos nesta pesquisa realizada em 2017.

Dentre as 36 disciplinas, foram identificadas 12 disciplinas de GI, perfazendo um percentual de 33,33% do total; cinco disciplinas de GC, perfazendo um percentual de 13,90% do total; e 19 disciplinas de GIC, perfazendo um percentual de 52,77% do total.

Desta forma, percebemos uma tendência maior para a abordagem integrada da GIC pelos cursos de Biblioteconomia, isto porque, segundo Souza, Dias e Nassif (2011), a conjugação dos estudos da GI e da GC, formando a GIC, oportuniza o

entendimento da organização, por parte do discente em formação, planejada e organizada por meio de estruturas de informação e conhecimento, favorecendo o acesso, por parte dos usuários, a elementos que incitam estes, também, a desenvolverem práticas de informação e de conhecimento.

No entanto, entendendo a GI como um conjunto de estratégias para a identificação das necessidades informacionais em uma organização, como na visão de Valentim (2004), cabe aqui fazer uma abordagem das tendências apresentadas nos conteúdos das disciplinas que versam sobre GI e que contribuem para a formação do bibliotecário com o caráter de gestor da informação.

O Quadro 1 apresenta um compilado dos conteúdos identificados nas ementas das disciplinas de GI e foram agrupados de forma a não se repetirem entre si.

Quadro 1: Tendências dos conteúdos das disciplinas que versam sobre Gestão da Informação

Conceituação de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Informação: discussão conceitual e contextualização • Caracterização da informação
Gestão da Informação
<ul style="list-style-type: none"> • Administração da Informação • Gerenciamento da informação • Processos de gerenciamento da informação • Determinação do ciclo informacional como instrumento no gerenciamento de informações • Gestão da informação e tecnologia
Informação para as organizações
<ul style="list-style-type: none"> • Informação e estratégia competitiva • Informação e competitividade organizacional • Redes de informação

- Estratégia da informação
- Informação na empresa: identificação de necessidades, tipologia de informação, fluxos e usos
- Fontes, serviços e produtos de informação para negócios

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Desta maneira, os conteúdos listados no Quadro 1 caracterizam as tendências de abordagens das disciplinas de estudo da GI. Conteúdos estes que auxiliam em atender ao objetivo da GI, que é pautado no fazer com que as informações alcancem as pessoas que delas necessitam para o apoio das atividades cotidianas destas, bem como auxiliar tais pessoas na tomada de decisão acertada no ambiente organizacional (VALENTIM, 2004).

Todavia, em algumas das disciplinas, foram identificadas abordagens de conteúdos referentes apenas à GC. O Quadro 2 irá exibir as tendências de conteúdos abordados nas disciplinas que versam sobre a GC.

Quadro 2: Tendências dos conteúdos das disciplinas que versam sobre Gestão do Conhecimento

Gestão do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos e princípios • Referenciais teóricos
Metodologias da Gestão do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Métodos e técnicas em Gestão do Conhecimento • Ferramentas e modos de conversão
Gestão do Conhecimento para as organizações
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento, trabalho e competência de equipes em unidades de informação • Compartilhamento do conhecimento • Habilidades e competências dos profissionais • Formação e aprendizagem contínua para favorecer a qualidade do trabalho

- Gestão do conhecimento e inovação
- Interação Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É a partir do conhecimento e aplicação das abordagens da GC, como as demonstradas no Quadro 2, que os objetivos da própria GC são alcançados, nos quais, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), correspondem à identificação e o mapeamento dos ativos de conhecimento, o apoio da geração de novos conhecimentos para a vantagem competitiva e o aumento da competitividade da organização pela valorização dos bens intangíveis.

Entrementes, a conjugação dos estudos da GI e da GC em GIC, bem como suas tendências de abordagens de conteúdos, poderão ser observadas no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Tendências dos conteúdos das disciplinas que versam sobre Gestão da Informação e do Conhecimento

Gestão da Informação e do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da informação e do conhecimento nas organizações • Sociedade da informação e do conhecimento
Gestão da Informação
<ul style="list-style-type: none"> • Processos da gestão da informação • Cultura informacional • O gestor da informação
Gestão do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Perfil do gestor na era do conhecimento • Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional
Gestão da informação e do conhecimento para as organizações
<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de informação e conhecimento organizacional • Inteligência competitiva organizacional • Criação, compartilhamento e uso do conhecimento nas organizações • O papel da informação e do conhecimento no processo

decisório

- Redes de informação

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Após a leitura dos dados apresentados nesta seção, foi possível identificar os conteúdos referentes às disciplinas GI, GC e GIC nos cursos de Biblioteconomia do Brasil e constatar uma incidência maior na abordagem da GIC por estes cursos (52,77%). Acreditamos, então, que tais resultados se apresentam como pontos positivos na formação do bibliotecário diante das exigências do mercado de trabalho, no qual Ferreira (2003) afirma que são os conhecimentos sobre os métodos, técnicas e as ferramentas de GI e de GC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as disciplinas analisadas, a pesquisa buscou identificar as tendências de abordagens de conteúdos, sendo a GIC abordada em mais de 50% das disciplinas. Já a GI, como disciplina isolada, foi a segunda abordagem mais incidente nos conteúdos das disciplinas aqui analisadas. A GC, como disciplina isolada, foi a menos incidente dentre as outras aqui mencionadas. Dessa forma, podemos inferir que, dentre as Instituições de Ensino Superior que possuem disciplinas voltadas para a GI e para a GC, existe uma tendência maior da abordagem da GIC de forma integrada.

Para que o ensino da GIC evolua cada vez mais no cenário da educação bibliotecária, propomos, para além do desenvolvimento de pesquisas sobre a temática, como a presente pesquisa, que professores da área de GIC dos cursos de Biblioteconomia, possam buscar meios de compartilhar as experiências da docência da referida disciplina com outros

discentes que não estão a par da importância da área para a formação bibliotecária, a fim de que se possa debater a sua ampliação nos cursos de Biblioteconomia brasileiros.

Vale ressaltar a importância da formação acadêmica do bibliotecário abastecida por disciplinas voltadas a instruir este futuro profissional da informação acerca da gestão estratégica da própria informação, bem como o seu uso para a tomada de decisão nas organizações e, também, acerca da criação, gestão e uso de conhecimento coletivo para benefício da organização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F. *Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino*. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

ALMEIDA, N. B. F. BAPTISTA, S. G. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, Florianópolis, 2013. *Anais...* Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2013. p. 1-12.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior e-MEC*. 2017. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 abr 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais,*

Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 38.

CORRÊA, E.C.D. *Gestão de estoques de Informação: novos termos e novas posturas para um novo contexto*. São Paulo: FEBAB, 2016.

DIAS, A. C. *Tendências modernas do currículo no ensino de Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: MEC; Biblioteca Nacional, 1963. 28 p. (Coleção Biblioteconomia e Documentação).

FERREIRA, D. T. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr., 2003.

MUELLER, Suzana Machado Pinheiro. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e ciência da informação. *Ciência da Informação*, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PACHECO, F. F. *Gestão do Conhecimento: justificativa, conceito e práticas*. Curitiba: PUCPR, 2002.

SOUZA, E. D. de; DIAS, E. J. W.; NASSIF, M. E. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 55-70, jan./abr. 2011.

VALENTIM, M. L. P. *Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências*. Londrina: Infohome, 2004. 3 p.

CAPÍTULO 7

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM NACIONAL

Marco Aurelio Alencar de Mesquita

Simone da Rocha Weitzel

1 INTRODUÇÃO

Foi em meados de 2011, durante uma aula da disciplina Biblioteconomia Digital na UNIRIO, que floresceu o interesse sobre o tema políticas de preservação digital. A partir de então buscou-se resolver um grande desafio: construir um problema de pesquisa capaz de aliar o interesse pessoal com a utilidade da pesquisa para o campo da Biblioteconomia e assim contribuir, de alguma forma, com novas abordagens sobre o tema.

Então, delimitou-se como ponto central do problema: quais seriam as estratégias de preservação digital inseridas nos processos de gestão dos Repositórios Institucionais (RIs) e de que maneira estas ações estariam formalizadas como política?

A delimitação do problema de pesquisa foi uma etapa trabalhosa, precedida de muitas reuniões e exploração da literatura até a definição concreta do objeto de pesquisa. Esta e outras etapas da pesquisa que envolvem a construção da revisão de literatura para apoiar o objeto de pesquisa bem como o correspondente campo empírico seguindo as estratégias

metodológicas, foram passos muito importantes para a compreensão de como se faz uma pesquisa.

Estudantes que iniciam esta atividade enfrentam muita ansiedade e insegurança quando é chegada a hora de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Sendo o primeiro trabalho acadêmico como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel ou de licenciado em Biblioteconomia sua relevância é extraordinária tendo em vista seu papel para a iniciação à pesquisa.

Esta experiência é, portanto, fundamental para a(o) graduanda(o) pois, no final das contas, torna-se a base de pesquisas mais avançadas em sua carreira acadêmica. Quanto maior e intensa for a vivência na pesquisa, maior será a qualidade dos trabalhos futuros, seja pela oportunidade de estabelecer uma relação de troca entre orientador e estudante seja pelo exercício teórico, metodológico e epistêmico que a(o) estudante é desafiada(o) a empreender.

A ABECIN vem valorizando esses esforços de estudantes e professores ao premiar os melhores TCCs do país no campo da Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins e mais ainda agora, com a publicação desses trabalhos em forma de livro. Trata-se, portanto, de um reconhecimento do valor epistêmico dessas pesquisas bem como de seu papel na formação de novos pesquisadores.

O presente capítulo é um breve relato dos resultados descritos no TCC intitulado “Preservação digital em repositórios institucionais” (MESQUITA, 2014), apresentado em 2014 na UNIRIO e também do artigo publicado em revista científica (WEITZEL; MESQUITA, 2015). Como o texto já não era inédito, a

proposta do presente capítulo é, portanto, descrever essa experiência de produzir um trabalho acadêmico desta natureza que muitas vezes, não se consegue apresentar os seus desafios e questões tendo em vista a urgência de garantir a formatura e, o mais breve possível, vivenciar as experiências profissionais.

A ideia é apresentar cada etapa da pesquisa realizada no âmbito do TCC para encorajar outros estudantes, nestes primeiros passos, para realizar uma pesquisa acadêmica com menos ansiedade, natural dos neófitos, e mais segurança. Que esta experiência alicerçada no TCC elaborado possa servir de base para que as(os) estudantes, independente dos temas escolhidos, possam seguir os passos necessários para realizar uma pesquisa.

O capítulo está estruturado em cinco partes. A primeira é esta - a introdução trazendo a problemática da pesquisa. A segunda cobre os objetivos originais da pesquisa seguida do respectivo campo teórico e empírico e, finalmente, as considerações finais fazendo um balanço da pesquisa. Nesta última seção também foi verificado se os objetivos foram alcançados, sobretudo, os objetivos desta proposta de relato dirigida a todos aqueles que precisam enfrentar o momento de escrever o TCC.

2 OS OBJETIVOS ORIGINAIS DA PESQUISA

Retomando a etapa descrita acima que envolveu a delimitação do problema de pesquisa, especialmente a pergunta de partida da pesquisa, o momento seguinte foi definir os objetivos.

Como o problema de pesquisa foi bem delimitado logo no início do processo, não foi tão complexo visualizar os objetivos. O

objetivo geral consistiu, portanto, em identificar "as boas práticas de preservação digital aplicada aos repositórios institucionais das instituições públicas de ensino e pesquisa na região Sudeste do Brasil, a fim de contribuir com subsídios para a elaboração de uma política específica para os RIs" (WEITZEL; MESQUITA, 2015, p. 183). Portanto, partiu-se do pressuposto de que as instituições públicas de ensino superior e institutos de pesquisa estavam engajadas, de alguma forma, às práticas de preservação digital na gestão de seus respectivos repositórios. Com esse objetivo geral seria possível mapear essas práticas e analisá-las sob o ponto de vista das boas práticas recomendadas pela literatura.

Os objetivos específicos originais do TCC foram condensados aqui para demonstrar de forma mais consistente e integrada como são importantes para operacionalizar o objetivo geral garantindo maior concretude ao processo de pesquisa. Com isso, foi possível vislumbrar o que seria verificado na pesquisa, antecipando os primeiros esboços do campo empírico (WEITZEL; MESQUITA, 2015, p. 183):

a) Identificar se a política de preservação digital estava formalizada e caracterizá-la - isto é - se é uma política da unidade de informação; se é da organização ou de parte de uma rede de colaboração bem como suas interações com iniciativas de preservação digital.

b) Identificar as estratégias de preservação digital usadas – isoladamente ou combinadas – nos RIs das instituições públicas de ensino e de pesquisa a serem levantadas nas políticas, se houverem, e nos repositórios por meio de pesquisa documental, assim como entre os respectivos gestores por meio de questionários.

3 CAMPO TEÓRICO

Para alcançar os objetivos desejados foi necessário identificar na literatura as boas práticas de preservação digital aplicadas ao contexto dos Repositórios Institucionais. Dessa forma, seria possível verificar, no campo empírico, quais dessas ações eram de fato praticadas no país por meio da amostra a ser descrita mais adiante. Logo, é preciso ter em mente que a revisão de literatura tem um papel importante na construção do campo empírico. Este último deve ser um simulacro do que recomenda a literatura, como se fosse um reflexo de um espelho. Ter essa compreensão logo no início do processo de pesquisa foi muito importante para vislumbrar um desenho vivo da estrutura da pesquisa. Já era possível até vislumbrar como seriam apresentados os resultados da pesquisa!

O campo teórico consiste basicamente na construção da revisão de literatura tendo em vista o objeto de pesquisa. Isto quer dizer que a revisão de literatura tem que estar a serviço do objeto de pesquisa. Apesar do levantamento exaustivo realizado com o foco no problema de pesquisa, a busca na literatura resultou em baixa quantidade de textos sobre o assunto e menos ainda no idioma em português. Dos 32 textos levantados, 19 tinham como foco as estratégias de preservação, sendo 11 em português e 8 em inglês, entre artigos, capítulos de livros, teses e dissertações. Analisando a lista de referências desses textos foi verificado que cinco eram mais recorrentes, tal como os estudos de Sayão, Márdero Arellano e Santhanagopalan.

Cabe ressaltar que para o entendimento dos temas relacionados ao trabalho foram lidas uma outra dezena de textos que, seja por repetição de temas ou por complexidade técnica

que não cabia ao trabalho a ser desenvolvido, não foram citados no corpo do TCC. Este fato evidencia que o aprofundamento nos assuntos compreendidos no campo teórico da pesquisa devem ser realizados para além das citações que constarão no relatório final, as quais representam a contribuição efetiva para o desenvolvimento do texto do trabalho.

Os principais autores selecionados contribuíram fundamentalmente para a elucidação de questões iniciais e também serviram como um ponto de partida para a identificação das estratégias e práticas abordadas no trabalho de pesquisa. Da importância da adoção de padrões abertos aos tipos de estratégias de preservação digital (SAYÃO, 2005, 2017a, 2007b, 2010) passando por estratégias mais minuciosas como a preservação da sequência de Bits, da tecnologia e do objeto digital e das redes de preservação digital (MÁRDERO ARELLANO, 2004, 2008, 2012), a contribuição de cada um dos textos levantados foi essencial conforme pode ser demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Autores mais citados e selecionados com textos sobre Preservação Digital

Autor	Textos Selecionados	Assunto Abordado
SAYÃO	2005 2007a 2007b 2010	Conceito de PD Estratégias de PD Identificadores persistentes Estratégias de PD
MÁRDERO ARELLANO	2004 2008 2012	Estratégias de PD Política e Estratégias de PD Rede de PD
MÁRDERO ARELLANO; LEITE	2009	Acesso Aberto e PD

Autor	Textos Seleccionados	Assunto Abordado
SANTHANAGO PALAN; FOX; McMILLAN	2006	Iniciativa em PD (LOCKSS)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Assim, grande parte das referências levantadas sobre o assunto central do TCC (preservação digital) pertence a um grupo restrito de pesquisadores, com vasto trabalho e pesquisa no campo da preservação digital. De nenhuma maneira essa restrição significou uma limitação na pesquisa. Pelo contrário, a escolha - baseada no conhecimento do campo pesquisado e das autoridades no assunto - economizou tempo e possibilitou um enfoque amplo e realístico sobre o tema.

4 CAMPO EMPÍRICO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para alcançar os objetivos e responder a questão-problema proposta pelo TCC e suas questões secundárias, era preciso definir um campo empírico para possibilitar a observação, coleta e análise de dados e por fim a discussão dos resultados.

Esta é uma das etapas mais complexas, pois é aqui que verificamos a viabilidade da pesquisa. Temos que conjugar o problema de pesquisa, objetivos, teorias e métodos com o campo empírico e delinear as estratégias metodológicas.

4.1 Universo e Amostra

Tendo em vista que a proposta deste estudo estava baseada no levantamento das estratégias de preservação digital inseridas nos processos de gestão dos Repositórios Institucionais (RIs) e na observação de que maneira estas ações estariam formalizadas como política, o campo empírico necessariamente

deveria começar pelo levantamento de repositórios institucionais brasileiros de forma que fosse possível levantar o universo da pesquisa.

Por outro lado, não havia tempo hábil para analisar as dezenas de repositórios institucionais existentes no país. Além do grande número de repositórios a serem analisados, tinha outra dificuldade ainda maior: para levantar o número de repositórios institucionais brasileiros de forma exaustiva exigiria muito mais tempo de pesquisa que não existia naquele momento.

Um estudo posterior a esta pesquisa demonstrou que em 2017 existiam 101 repositórios institucionais brasileiros (WEITZEL, 2018). O estudo e os resultados comprovaram que a dificuldade de levantar o número exato de repositórios existentes no país era real.

Então, para garantir coerência e consistência dos dados a serem coletados, o ponto de partida para desenhar as estratégias do campo empírico foi baseado na delimitação de uma amostra de repositórios institucionais que pudesse ser homogênea, sem defasagens, seja pelas diferenças de aportes financeiros ou mesmo de funções das instituições.

Para isso, foi adotado os mesmos critérios utilizados no Edital FINEP/PCAL/XBDB 003/2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2009). Este edital visava o aporte de recursos para a criação de RIs em instituições públicas de ensino e pesquisa no país incentivando a implementação em massa de repositórios. Os critérios foram de seleção dos repositórios foram esses:

a) Ser uma Instituição Pública de Ensino e de Pesquisa com atuação em território nacional;

b) Manter de programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC/CAPES;

c) Ter o compromisso com o modelo de interoperabilidade Open Archives.

Considerando que era necessário ter um número representativo de repositórios institucionais e ao mesmo tempo garantir a observação aprofundada de cada repositório selecionado dentro do cronograma da pesquisa, a amostra foi definida por repositórios oriundos da região sudeste.

A partir destes critérios foram selecionadas 9 instituições que já possuíam seus repositórios em funcionamento naquele momento para o desenvolvimento da pesquisa.

As instituições não foram identificadas no estudo por questões éticas. A ideia da pesquisa era demonstrar uma forma de abordagem para estudar o tema e, quem sabe, contribuir para que a metodologia empregada pudesse ser aplicada em larga escala para mapear a situação no país e, por fim, contribuir para o fomento de políticas de preservação digital para repositórios institucionais brasileiros.

4.2 Métodos de coleta de dados

O estudo de caso foi adotado como principal método de caráter essencialmente descritivo. Como os repositórios institucionais são endereços web, era cabível, além do formulário do questionário a ser respondido pelo gestor do RI, uma pesquisa documental, feita pelo próprio discente.

A pesquisa documental teve como escopo a análise de seis aspectos dos RIs pesquisados, que visavam a obtenção de

respostas para variáveis construídas a partir dos objetivos e da revisão de literatura feita para o trabalho.

Quadro 2 - Variáveis da pesquisa documental

Variáveis	Descrição
Política de Preservação Digital (PPD) formalizada	Formalização da PPD como garantia de padronização dos procedimentos
Participação em redes de preservação	Parâmetros para o uso de redes de preservação compartilhada, como a Rede Cariniana ou LOCKSS.
Identificação do tamanho da coleção	Mensurar a complexidade e custos em termos de recursos técnicos, tecnológicos, humanos e financeiros destinados a PD para manter as coleções digitais
Indicação de Creative Commons	Uso de licenças Creative Commons permitindo a distribuição gratuita de obras protegidas por direitos autorais.
Relação dos formatos aceitos	Identificação dos arquivos de texto, áudio e vídeo aceitos para classificação em alto, médio e baixa adequação para preservação
Link permanente	Garantia de acesso ao objeto digital.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O *Corpus* da pesquisa para possibilitar a pesquisa documental seriam as políticas de preservação digital, devidamente formalizadas e estruturadas, dos RIs pesquisados. Tal documento é um dos principais recursos que uma instituição deve ter. Mais importante até que recursos tecnológicos de

ponta, a definição de uma política de preservação digital formalizada deve ser a base forte do projeto de criação e desenvolvimento de um RIs, pois visa demonstrar para os usuários e depositantes o empenho na continuidade do acervo para as futuras gerações. No entanto, apenas uma política foi encontrada na amostra, conforme será visto mais adiante. Dessa forma, o *Corpus* teve que ser complementado com informações coletadas também nos repositórios institucionais - quando estavam disponíveis.

O questionário foi o segundo método de coleta. Contendo 12 questões fechadas, o questionário foi encaminhado para os gestores dos RIs da amostra para possibilitar a identificação das práticas das instituições com relação à preservação digital complementando informações obtidas na pesquisa documental conforme as mesmas variáveis definidas no quadro 2.

A coleta com questionários sempre tem algumas limitações. Muitas pessoas não respondem e, por isso, foi necessário entrar em contato com os respondentes tanto para incentivar o preenchimento quanto para encontrar a pessoa certa para responder. Como a amostra era pequena, foi viável fazer isso caso a caso. O que não seria possível com uma população maior.

4.3 Resultados e discussões

Os resultados colhidos durante a pesquisa documental e o questionário foram analisados de forma conjunta viabilizando as condições necessárias para uma averiguação mais completa e real possível da amostra selecionada, além de permitir discussões, resultados práticos e identificação de padrões na preservação digital.

Os dados apurados pelas respostas do questionário apontaram para a falta de diversificação nas estratégias de preservação digital concentradas em apenas 03 (três) estratégias, a saber: 58% Backup; 34% Inclusão de metadados e 8% Preservação da tecnologia. Somente 2 (dois) RIs pesquisados declararam utilizar mais de uma estratégia como medidas complementares (inclusão de metadados e backup). Assim, é possível identificar que as estratégias de backup e inclusão de metadados estão profundamente difundidas nos RIs, representando, juntas, 92% das respostas colhidas.

Além disso, 89%, isto é 8 dos 9 RIs pesquisados, não possuíam uma política de preservação digital formalizada, e apenas 01 (um) RI pesquisado declarou ter uma política de preservação digital institucionalizada, que não foi enviada para avaliação. Por outro lado, 100% não explicitaram a indicação dos formatos autorizados para inclusão no RI.

Outro resultado importante aponta para que 78% dos repositórios (7 dos 9 RIs) não faziam parte de nenhuma rede de preservação digital compartilhada, o que implicaria automaticamente em uma política de PD padronizada com outras instituições.

Foram observadas algumas divergências ao analisar algumas variáveis sendo que duas merecem maior destaque: quanto ao tamanho do acervo e quanto à apresentação de link persistente.

A primeira se refere à divergência quanto ao tamanho do acervo em relação ao valor de itens identificados na pesquisa documental *versus* o informado no questionário. Os gestores informaram um número muito superior ao encontrado nos RIs em

toda a amostra. A segunda divergência, a apresentação de link persistente nos endereços dos objetos digitais, foi ainda mais discrepante. O questionário apurou que 50% dos respondentes declararam que não usaram nenhum tipo de suporte para *links* persistentes, enquanto que 30% declararam usar o *Handle System* e 20% o DOI. Entretanto, durante a pesquisa documental, foi possível identificar o uso de 100% do *Handle System* como método de identificação persistente aos objetos digitais, pelo uso do endereço “.../handle/” nas URLs dos objetos digitais depositados no RIs selecionados pela amostra. Essas discrepâncias sugerem que, de um lado, o respondente pode não ter os dados atualizados do número de itens do RI, e de outro, talvez não estivesse suficientemente informado sobre qual link persistente adota.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte final, além do balanço da pesquisa realizada em 2012 e da proposta do capítulo, foram destacados a importância da pesquisa para o compartilhamento de conhecimentos e o potencial de replicação dos dados da pesquisa.

Apesar do objetivo do TCC estar centralizado nas ações dos RIs da Região Sudeste - recorte necessário pela dificuldade geográfica e temporal do processo de produção de um TCC - todo o processo de pesquisa foi constituído para garantir o uso desta metodologia em diferentes regiões do Brasil. De fato, isso foi possível pois tanto os caminhos da pesquisa puderam ser refeitos com a atualização de alguns dados da Região Sudeste em 2021 quanto até mesmo ampliados por outra pesquisadora que cobriu a Região Sul do país conforme descrito a seguir.

Nesse exercício, foi possível fazer uma breve atualização de alguns dados coletados nos RIs em março de 2021. Daqueles nove repositórios da amostra original, apenas cinco estão online ainda hoje. Esses cinco repositórios somam 1.052.397 arquivos cadastrados distribuídos em 85 comunidades (forma como o DSpace separa as coleções). Na época da pesquisa eram 52.894 arquivos cadastrados, divididos em 106 comunidades. Apesar da redução no número de repositórios houve um aumento de pouco menos de 1 milhão de registros cadastrados em menos de 10 anos. Anteriormente, 11% dos RIs pesquisados (1 entre 9 pesquisados) disponibilizavam a sua política de preservação digital para os usuários, hoje esse número chega a 40% (3 dos 5 pesquisados).

Igualmente foi identificado um TCC, de Aline Macedo Brito (2017), que adotou parte da metodologia para levantar estratégias de preservação em repositórios institucionais das universidades públicas e privadas da Região Sul. Com uma amostra maior, 14 RIs, os resultados foram bastante parecidos, onde apenas 14,3% dos repositórios pesquisados (2 de 14) declararam ter uma política de preservação digital (PD) formalizada. Outros 35,7% declararam não ter uma PD formalizada e o resto 50% informaram que a mesma estaria em estudo ou fase de implantação (BRITO, 2017).

Outro dado semelhante do estudo de Brito (2017) é que a maioria dos RIs pesquisados no Sul do Brasil, 64,3% (9 de 14 RIs pesquisados), também não fazem parte de uma rede de PD, corroborando o longo caminho que os RIs têm para investir na padronização das políticas para a inclusão neste estágio de preservação compartilhada. Este dado é muito significativo pois a Rede Cariniana, projeto de preservação digital distribuída

capitaneada pelo IBICT, já existia neste momento facilitando as boas práticas em preservação digital no país por meio da adesão (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2016).

Assim como no TCC sobre a região sudeste, o backup e inclusão de metadados estão no topo da lista de métodos de PD utilizados na região sul. Da mesma forma, os números proporcionais na adequação (baixa, média e alta) entre os tipos de arquivos para texto, áudio e vídeo, acompanharam a mesma tendência da pesquisa de 2014 na região sudeste.

Foi muito importante constatar essa característica intrínseca da pesquisa: a comunicação e o compartilhamento de dados. Por isso, a publicação e disseminação dos resultados de um estudo também faz parte das etapas da pesquisa. Trata-se da base de produção do conhecimento científico de qualidade e a forma de compartilhar dados, métodos e teorias. Portanto, ainda é preciso ter um pouco mais de fôlego para transformar o TCC em um artigo mais dinâmico para difundir a pesquisa entre os pares de forma mais ampla conforme foi feito (WEITZEL; MESQUITA, 2015). Publicar é a única forma de proporcionar esse compartilhamento contribuindo com o fomento de novas pesquisas, tal como ocorreu com o TCC de Brito (2017).

No caso da pesquisa realizada para o TCC a decisão de lançar mão de pesquisa documental e do questionário permitiu a verificação de informações que, após avaliação criteriosa, possibilitou a dupla checagem de informações. Esta estratégia foi crucial para a identificação das iniciativas de preservação digital - objetivo principal do trabalho -, seus usos e combinações, além de permitir uma visão mais geral sobre os RIs pesquisados, atendendo aos objetivos específicos. Assim, o campo empírico foi

verificado satisfatoriamente de uma forma simples mas firme, sem abrir mão do rigor metodológico.

O cenário apresentado com a pesquisa não foi tão animador assim. Mas, a pesquisa seguiu coerente alcançando seus objetivos propostos: as práticas de preservação não são diversificadas e se concentram em back ups e metadados de preservação além do baixíssimo número de formalização de políticas de preservação e falta de padrão, conforme visto.

Da mesma forma, espera-se que o relato desta pesquisa neste formato - evidenciando cada passo e etapa - tenha sido útil para os próximos neófitos!

Por vezes os TCCs são vilanizados por discentes como o *castigo final do curso*. Entretanto, apresentam em si a oportunidade desenvolver a iniciação à pesquisa eficazes que contribuam para o desenvolvimento da Biblioteconomia e suas áreas correlatas. A ABECIN acerta ao incentivar os futuros pesquisadores já no seu TCC, buscando a formação de uma nova geração de pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BRITO, Aline Macedo. *Preservação digital em repositórios institucionais: estratégias e iniciativas implementadas nas universidades da Região Sul do Brasil*. 2017. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175293/0/01062215.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Lançado novo edital para estimular implantação de repositórios institucionais. 2009. Disponível em: <<https://ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/1347-lancado-novo-edital-para-estimular-implantacao-de-repositorios-institucionais>>, Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Cariniana: Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital. c2016. Institucional Cariniana. Disponível em: <<https://cariniana.ibict.br/index.php/institucional/cariniana>>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Preservação de documentos digitais. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27. maio/ago. 2004.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Critérios para a preservação digital da informação científica. 2008. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://btd.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 41, n. 1, p. 83-91. jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2127>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel; LEITE, Fernando César Lima. Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, Brasília. n. 35, p. 1-11. mar./jun. 2009.

Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4937>>.
Acesso em: 23 abr. 2014.

MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: estratégias, iniciativas e práticas na região sudeste do Brasil. 2014. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Escola de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2014.2/TCC1%20marco%20aurelio%20alencar.pdf/view>>.
Acesso em: 17 jan. 2021.

SANTHANAGOPALAN, Kamini; FOX, Edward A; McMILLAN, Gail. A prototype for preservation and harvesting of international ETDs using LOCKSS and OAI-PMH. In. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ELECTRONIC THESES AND DISSERTATIONS, 9., 2006. ,Québec, Canadá. Anais eletrônicos... Québec: NDLTD. 2006. Disponível em: <http://scholar.lib.vt.edu/theses/presentations/ETD_2006_Kamini_Santhanagopalan.doc>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SAYÃO, Luis Fernando. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In. MARCONDES, Carlos Henrique et al (Org.). Bibliotecas digitais: saberes e práticas. Salvador; Brasília: UFBA; IBICT. 2005. p. 115-146.

SAYÃO, Luis Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. In. GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (Org.). Conservação de acervos. Rio de Janeiro: MAST. 2007a. p. 181-204. (MAST Colloquia; 9). Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_9.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SAYÃO, Luis Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes -

URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL.
TransInformação, Campinas: v. 19, n. 1, p. 65-82. jan./abr.
2007b. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/621>>.
Acesso em: 10 set. 2014.

SAYÃO, Luis Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31. 2010.

WEITZEL, Simone da Rocha.; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região Sudeste do Brasil. *Liinc Em Revista*, v. 11, n.1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.778>. Acesso em: 03 mar. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 24, n. 54, p. 105-123, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2019v24n54p105 Acesso em: 19 mar. 2021.

CAPÍTULO 8

FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

Marcelle Costal

Marianna Zattar

Luana Sales

1 INTRODUÇÃO

As universidades são provocadas cada vez mais para que os conteúdos programáticos de suas disciplinas sejam adequados à resolução de problemas contemporâneos e à formação profissional. No escopo da Biblioteconomia, frente aos inúmeros desafios da gestão de dados de pesquisa (GDP), urge a necessidade de aprimorar as habilidades na formação e atuação do bibliotecário para lidar com a competência em dados.

A produção científica e as atividades de pesquisa, que passaram a ser desenvolvidas e difundidas no século XXI também em suporte digital, trouxeram à luz questionamentos com particularidades do próprio campo, bem como sobre o papel do bibliotecário frente a essas transformações. O crescimento exponencial dos dados de pesquisa nas chamadas “*Big Sciences*” como a Astronomia e a Física conduziu a um novo modelo de ciência, denominado por Hey, Tansley e Tolle (2009, p. 2, tradução nossa) de “quarto paradigma” ou “*e-science*”, que levou a novos

campos de estudo tais como a Astroinformática e a Biologia Computacional.

Este quadro traduziu a importância de os cientistas de diversas áreas trabalharem em conjunto para a resolução dos interesses mútuos envolvendo dados de pesquisa e a necessidade de entender qual a melhor forma de coleta, processamento, gestão, avaliação e uso de dados, a partir das ações de gestão de dados de pesquisa (GDP) e curadoria para uso futuro. Para Borgman (2010), a biblioteca, como instituição, e os bibliotecários, como profissionais da informação, possuem experiência e recursos essenciais para os problemas da curadoria, compartilhamento e acesso e reuso dos dados de pesquisa. Embora a experiência da gestão de materiais bibliográficos não seja a mesma a ser aplicada na GDP, pode ser adaptada e estudada para fomentar uma geração de bibliotecários e profissionais da informação com práticas e reflexões sobre as habilidades necessárias com dados de pesquisa.

A título de exemplo, no contexto da pesquisa acadêmica, docentes e discentes, ao mesmo tempo consumidores e produtores de dados, precisam superar os novos desafios trazidos pela pesquisa em formato eletrônico, e os (as) bibliotecários (as) podem orientá-los por meio de um currículo que englobe uma reflexão e prática sobre GDP, aliado à uma ciberinfraestrutura (CARLSON *et al.*, 2011).

Consultando o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior no Brasil, sobre os cursos de graduação em atividade da área de Biblioteconomia, em março de 2019, percebeu-se a incipiência de disciplinas que abordam a GDP e a competência em informação (CoInfo) e, por conseguinte, sua

correlação com a competência em dados.² O foco se volta para a Biblioteconomia na medida em que se percebe a possibilidade de formar pessoas em uma perspectiva prática, crítica e ética sobre o uso e o planejamento de dados de pesquisa, bem como a adequação da profícua base teórica da Biblioteconomia e da Organização do Conhecimento no desenvolvimento de boas práticas de gestão e curadoria de dados de pesquisa.

Pelo fato da ColInfo e da GDP serem temas em desenvolvimento nos currículos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, denota-se a necessidade de realizar uma pesquisa mais ampla em nível internacional no campo de estudos da informação, a fim de conhecer como se dá a formação do bibliotecário estadunidense no tocante ao desenvolvimento de competências e habilidades em dados de pesquisa. Desta

² Na base de dados “e-MEC”, identificou-se que apenas 25 cursos de graduação em Biblioteconomia trabalham temáticas de dados em seus currículos. Em 23 instituições a perspectiva se dava pelo planejamento e gestão de bases de dados bibliográficas. Entretanto, duas instituições apresentam disciplinas que podem trabalhar com assuntos relacionados aos dados de pesquisa. Neste caso, sob a perspectiva da gestão tem-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A UFMG sugere como título de disciplina uma optativa em “Tópicos em Tecnologia da Informação”, com as temáticas “noções de algoritmo e estrutura de dados”, “Gerência de Dados na Web” e “Preservação Digital”. A UFRGS oferece como optativa a disciplina “Curadoria Digital Fundamentos e Aplicações” a qual apresenta em sua ementa seu contexto histórico, partindo de princípios fundamentais que dizem respeito aos processos de seleção, preservação, descrição, manutenção, coleção e arquivamento de ativos ou dados digitais, considerando a continuidade e compatibilidade semântica e ontológica de conteúdo, na perspectiva de unidades de informação da internet. Outra optativa da UFRGS é a “Informação e Acesso Aberto”, que se propõe a delinear o sistema de comunicação científica para o acesso aberto, bem como a Estrutura política do sistema de acesso aberto, suas tecnologias e novos modos de publicação. Estas temáticas, ainda que as ementas não ofereçam muita informação, são aspectos da gestão de dados de pesquisa.

forma, este capítulo tem o objetivo de apresentar tópicos de gestão de dados a serem desenvolvidos no âmbito da formação do bibliotecário no Brasil, contribuindo para o aprimoramento desse profissional. Para a consecução do objetivo geral propõe-se como objetivos específicos a contextualização dos estudos sobre competência em informação e gestão de dados de pesquisa, bem como o mapeamento dos assuntos / temáticas em nível internacional. Esta pesquisa é o resultado do trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentado por Costal (2019).

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Com a oferta de informação ao alcance das pessoas no ambiente digital, surge a necessidade de desenvolver habilidades que possam auxiliar os indivíduos a manipular a informação em seus diferentes formatos. De acordo com Correa (2018), no ambiente universitário os conceitos da ColInfo encontram terreno fértil de aplicação na disciplina “Fontes de Informação”. São recursos teóricos e práticos na “[...] intervenção social do bibliotecário para a construção de uma sociedade mais bem informada, mais autônoma e competente na busca, assimilação e uso crítico da informação.” (CORREA, 2018, p. 38). Esta correlação traz a reflexão sobre o papel do bibliotecário como mediador e curador da informação. Em seu papel enquanto educador, atua não só no auxílio da recuperação da informação, mas no reconhecimento da práxis das dinâmicas informacionais.

Com base neste propósito, no ciclo de vida de uma pesquisa, os dados de pesquisa merecem destaque. É preciso reconhecer os fluxos da pesquisa orientada a dados desde o

planejamento até o seu compartilhamento e reuso. Faz-se indispensável identificar as suas características e os seus propósitos, pois o dado de pesquisa, quando contextualizado, reflete as necessidades da comunidade ou da pessoa que o gerou. De outro modo, é importante saber a forma mais apropriada de manipulá-los, quais as ferramentas disponíveis para facilitar a coleta, análise e gestão de dados, dentre outros aspectos que envolvem a integração com a Tecnologia da Informação, assim como com outros atores. Somado a isso, entender onde e como publicar dados, ou obter dados para o reuso e citá-los. Este é só um exemplo das questões que podem surgir concernentes à descoberta e à gestão de dados. Será que os dados que se deseja reutilizar foram bem documentados? Será que como pesquisador estou documentando a pesquisa de forma clara para que outros possam reusar os meus dados?—Assim, para este estudo serão contempladas as correlações entre CoInfo, GDP e a competência em dados no processo da gestão de dados de pesquisa.

2.1 Competência em Informação

Os primeiros trabalhos sobre CoInfo, em âmbito internacional e na língua inglesa com referência às atividades desenvolvidas nos Estados Unidos, tiveram sua origem na década de 1970. já na esfera nacional, tem-se como referência os anos 2000 (PELLEGRINI; VITORINO, 2016). Historicamente, o termo competência em informação começou a ser delineado com o termo *Information literacy* pelo educador e presidente da *Information Industry Association*, Paul Zurkowski, em 1974, em um relatório denominado “*The information servisse environment, relationship and priorities*” (ANZIIL, 2004 *apud* MELO; ARAÚJO, 2007). Este relatório trazia também o termo “*Information Skills*”

³, cunhado a partir da preocupação em elaborar um plano que pudesse preparar os estudantes no desenvolvimento de habilidades técnicas para lidar com o consumo da informação, para isso se utilizando de ferramentas tecnológicas e fontes relevantes.

No Brasil, de acordo com Dudziak (2003), o termo possui variadas traduções e definições para a língua portuguesa, dentre as quais estão letramento, alfabetização informacional, literacia e competência em informação. Neste capítulo, adotaremos o uso do termo competência em informação, em atenção ao *Overview of Information Literacy Resources Worldwide* (HORTON JUNIOR, 2014).

De acordo com Vitorino e Piantola (2009), é a partir de 1980 que os estudos sobre competência em informação ganham força sendo direcionados aos setores educacionais. Nesta fase inicial, as habilidades informativas se davam com base em modelos que descreviam o processo de aprendizagem a partir da busca e do uso informacional. A sua dimensão técnica era o centro das questões sobre competência, que procuravam elucidar a localização, avaliação e uso da informação. Durante essa década, com o desenvolvimento e a mudança nos sistemas de informação e nas bibliotecas, pelo movimento e difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o conceito de competência em informação ganhou outra dimensão: capacitação do uso da informação com ênfase na tecnologia e seus dispositivos. (DUDZIAK, 2003).

³ Esta expressão pode ser traduzida como “habilidades em Informação ou habilidades informacionais”.

A partir de um relatório da *American Library Association* (ALA, 1989), aparece pela primeira vez a definição do conceito, no qual ser competente em informação é “reconhecer quando uma informação é necessária, ter a habilidade de localizar, avaliar e utilizar efetivamente a informação”. Nesta interpretação, o aprendizado em competência em informação é um processo individual, no qual a habilidade é desenvolvida por intermédio do conhecimento sobre ambientes de busca e recuperação da informação.

Na década de 1990, uma perspectiva crítica sobre competência em informação toma contornos. Esta visão expressa não só a dimensão técnica em como saber usar as ferramentas e acessar a informação, mas também no seu contexto social, cultural e filosófico. Já nos anos 2000, desenvolve-se a consciência coletiva sobre o papel social do conceito, no que tange à percepção de como a sociedade é moldada pela informação, na construção de uma sociedade democrática. (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

Todavia, é somente em 2003 com a “Declaração de Praga” que a UNESCO se referiu pela primeira vez ao termo competência em informação (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Dentre outros marcos relatados pelas autoras estão a “Declaração de Alexandria” (2005), na qual a ColInfo está ligada ao aprendizado ao longo da vida e à capacidade de localizar, avaliar, e criar a informação de forma efetiva para usos particulares, sociais, entre outros, de forma inclusiva e para um benefício compartilhado a fim de promover o bem-estar e enfrentar os desafios propiciados pela TIC.

Na literatura nacional, o termo competência em informação vem se consolidando desde a Declaração de Maceió

Sobre Competência em Informação (2011), que conclama as instituições que se relacionam com a informação a fomentar uma oferta de atividades de formação contínua para o desenvolvimento humano e profissional, com ações de ColInfo que atendam as demandas contemporâneas. O Manifesto de Florianópolis (2013), é outro exemplo das ações de ColInfo como um recurso necessário para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Por intermédio de ações e recomendações, o manifesto procura elencar medidas e responsabilidades necessárias. Em 2014, a Carta de Marília destaca novamente a importância da competência em informação e a necessidade de compartilhar experiências aplicáveis à realidade brasileira. Para Zattar (2020, p. 8),

A Competência em Informação (ColInfo) é compreendida aqui como uma prática sociotécnica que permite reconhecer quando a informação é necessária e, a partir disso, saber localizar, avaliar e utilizar a informação de forma eficaz, crítica e ética. Trata-se, portanto, de uma ação complexa e contínua no universo informacional, que considera a tecnologia, para o aprendizado ao longo da vida a partir de experiências solidárias, coletivas, colaborativas e comunitárias em domínios do conhecimento.

Assim, é possível vislumbrar a ColInfo como um caminho fundamental para que os bibliotecários, no processo de ensino-aprendizagem, possam redefinir suas tarefas e até mesmo currículos. Não obstante, a ColInfo por si só não dá conta de cuidar de uma multiplicidade conceitual atribuída a mudanças nos mais variados ambientes e contextos de informação, sendo assim, a competência em dados torna-se uma nova dimensão da ColInfo (KOLTAY, 2015). Em vista disso, a

competência em dados, no que tange aos dados digitais, está conectada à CoInfo, uma vez que a competência em informação e as demais competências fornecem estruturas e atividades que ajudam a compreender o mundo digital, que também está sujeito à ação humana.

A competência em dados é uma destas tentativas de trazer uma nova faceta ao mundo da competência em informação na contribuição para tornar os indivíduos mais preparados para lidar com a gestão de dados de pesquisa.

2.2 Gestão de Dados de Pesquisa e a Competência em Dados

Dados de pesquisa são todas as informações necessárias para validar uma pesquisa. No entender de Rice e Southall (2016), são:

[...] dados, registros, arquivos ou outras evidências, independentemente do seu conteúdo ou forma (por exemplo, impresso, físico ou digital), que compreendem observações de pesquisa, descobertas ou resultados, incluindo materiais primários e dados analisados. (RICE; SOUTHALL, 2016, p. 20).

Vem sendo chamado de GDP as ações construídas coletivamente que transpassam todo o ciclo de vida dos dados de pesquisa (SAYÃO; SALES, 2016). É um processo que se propõe a consolidar padrões de ampla aceitação por uma determinada comunidade de práticas, com requisitos estabelecidos com base nas especificidades dos domínios disciplinares, pelos pesquisadores, profissionais da informação e, quando existentes, por diretrizes de alcance nacional e internacional, ou através de políticas institucionais. São processos da GDP tudo aquilo que se

refere à manipulação, organização, documentação e agregação de valor no tocante a facilitar o seu acesso, compartilhamento e reuso no futuro.

Por sua vez, a competência em dados são as ações construídas que auxiliam a compreender a GDP, o que envolve procedimentos, padrões, ferramentas, infraestruturas e a reflexão crítica e ética do uso de dados. O termo *data literacy*⁴ é definido em sua relação com *information literacy*⁵ e no desenvolvimento de habilidades ao longo da formação acadêmica sobre dados (KOLTAY, 2015). A competência em dados possui diferentes conceitos e terminologias, tais como *data information literacy* (CARLSON *et al.*, 2011, p. 2), *science data literacy* (QIN; D'IGNAZIO, 2010, p. [2]) e *research data literacy* (SHNEIDER, 2013, p. 134). No entanto ficamos com a reflexão terminológica feita por Koltay (2015, p. 403) sobre a definição dada por Calzada Prado e Marzal, bem como Mandinach e Grummer, na qual:

Podemos adotar a definição de Calzada Prado e Marzal (2013), na qual afirmam que a competência em dados permite que os indivíduos acessem, interpretem, avaliem criticamente, gerenciem, manipulem e usem os dados eticamente. O gerenciamento, nesta definição, compreende a preservação e curadoria. Podemos complementar o acima com o ponto de vista de Mandinach e Gummer (2013, p. 30), que definem competência em dados como “a capacidade de entender e usar os dados de forma eficaz para informar as decisões”. Eles acrescentam que é um conjunto de habilidades e base de conhecimento que nos permite transformar dados em informações e em última

⁴ Traduzido por estas autoras como competência em dados.

⁵ Traduzido por estas autoras como competência em informação (CoInfo).

análise, em conhecimento acionável. (KOLTAY, 2015, p. 403). (Tradução nossa).

Assim entendido, a competência em dados estimula o desenvolvimento de habilidades na formação e atuação do bibliotecário para que este possa ser um mediador dos processos da GDP. Para Carlson e colaboradores (2011), a competência em dados envolve a compreensão do contexto dos dados de pesquisa, incluindo habilidades sobre como ler gráficos e tabelas de forma adequada, tirar conclusões corretas dos dados e reconhecer quando os dados estão sendo usados de maneira enganosa ou inadequada. Deve-se levar em consideração a estrutura das habilidades de trabalho, tais como selecionar e sintetizar dados, combiná-los com outras fontes de informação do conhecimento, determinar quando os dados são necessários, como manipular, contextualizar, aplicar seus resultados na aprendizagem, dentre outros processos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho possui uma abordagem qualitativa, realizada a partir de um método exploratório e descritivo. Configura-se como exploratória à medida que seu “objetivo principal [concentra-se no] aprimoramento de ideias ou [na] descoberta de instituições” (GIL, 2002, p. 41), neste caso, no levantamento de informações. É descritiva, uma vez que a proposta está na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Deste modo, tem-se como objetivo principal apresentar tópicos de gestão de dados a serem desenvolvidos no âmbito da formação do bibliotecário no Brasil, contribuindo para o

aprimoramento desse profissional. Para tal, propõe-se como objetivos específicos a contextualização dos estudos sobre competência em informação e gestão de dados de pesquisa, bem como o mapeamento dos assuntos / temáticas com a finalidade de apresentar os tópicos de gestão de dados ensinados nos cursos de biblioteconomia dos Estados Unidos (EUA).

Em 2018, a partir do descritor “dados de pesquisa”, foi feito um levantamento inicial⁶, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)⁷, ocasião em que foram recuperados apenas 13 trabalhos que haviam sido incorporados à base desde a sua criação 1972 até julho de 2018. Num espaço de dois anos, retornando à Brapci em julho de 2020 com o mesmo descritor, percebe-se um salto de 13 para 44 publicações existentes na base, incorporadas principalmente no ano de 2019, sobre a temática. Esta evidência demonstra que o assunto está cada vez mais se tornando recorrente em artigos de periódicos e nos diálogos travados em congressos e conferências, já que paulatinamente reverbera uma demanda social pela prestação de contas e transparência sobre os dados de pesquisa. Entretanto, grande parte dos trabalhos remonta a pesquisas teóricas e à criação de políticas. Ainda é muito tímido o relato de práticas com *softwares* e infraestruturas para dados de pesquisa, sem mencionar a competência em dados.

A formação do bibliotecário também é tema central desta discussão. A partir de uma investigação no Cadastro Nacional de

⁶ Levantamento realizado pelas autoras deste trabalho no âmbito da execução e orientação do trabalho de conclusão do Curso em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, apresentado por Costal (2019).

⁷ Título atual: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), versão 4.3.20191109 beta, 2010-2021.

Cursos e Instituições de Educação Superior no Brasil, sobre os cursos de graduação ativos da área de Biblioteconomia, (BRASIL, 2019), constatou-se que, apesar de existentes, há uma incipiência de disciplinas e conteúdos disciplinares que abordem a CoInfo e a GDP. As disciplinas normalmente englobam gestão de banco de dados e base de dados bibliográficos.

Deste modo, com o objetivo de realizar uma pesquisa mais ampla no campo de estudos da informação, em nível internacional, fez-se um levantamento da literatura, tendo como fonte as bases de dados *Web of Science* (WoS) e *Scopus*. A pesquisa foi realizada em março de 2019 com o descritor “*data literacy*” e os Estados Unidos (EUA) destacou-se como o país que mais publica sobre esta temática. A partir deste resultado, decidiu-se investigar nos cursos estadunidenses de Biblioteconomia, credenciados pela *American Library Association* (ALA), que disciplinas abordavam a temática no âmbito da competência em informação (CoInfo, e a partir dela a competência em dados) e da GDP para a partir de suas ementas mapear os assuntos que irão compor o quadro de tópicos.

O campo de pesquisa configura-se em ambiente *web* e tem por finalidade examinar ementas de disciplinas dos cursos de mestrado⁸ estadunidenses que desenvolvam habilidades em dados de pesquisa. A consulta consistiu no acesso manual ao *website* de cada instituição estadunidense, para a identificação de áreas de concentração, ementas e disciplinas. O estudo tem como embasamento a análise de conteúdo por meio da construção de categorias (BARDIN, 1977). A construção de categorias

⁸ A escolha teve como objetivo os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

fundamenta-se nas ementas das disciplinas disponíveis nas páginas institucionais. Como critério para a criação de categorias foram destacados das páginas institucionais os conteúdos que mais se aproximaram da temática competência em dados.

4 RESULTADOS

A partir do Diretório de Ofertas de Instituições de Programas de Mestrado Credenciados pela *American Library Association* (ALA) (2019) em Biblioteca e Estudos de Informação⁹, em abril de 2019 foram recuperadas 61 instituições, das quais 52 são instituições americanas.

No Diretório, os programas de mestrado são listados pelo nome em ordem alfabética de instituição com as respectivas informações de contato, o nome do programa credenciado, a data em que ele foi credenciado, o status de licenciamento, oportunidades e áreas de concentração ou percursos de carreira dentro do programa. O status de credenciamento contínuo é concedido a programas credenciados que demonstrem com evidência sua conformidade com as normas da ALA.

4.1 Cursos Estadunidenses

Todos os programas de mestrado selecionados possuíam páginas na *web*, contudo, durante o processo de coleta, os cursos credenciados não apresentavam *menus* com ementas de forma clara e visível, o que demandou muita atenção na investigação. Outro fator que dificultou o processo de análise foi as inúmeras possibilidades de recorte temático que os cursos ofereciam, definidas por áreas de concentração em um determinado

⁹ Em inglês, *Directory of Institutions Offering ALA-Accredited Master's Programs in Library and Information Studies*.

assunto. Estas, quando acessadas, possuíam matrizes curriculares próprias e sem um padrão de acesso. Saliente-se que duas universidades não apresentaram uma grade curricular disponível. Para este caso procurou-se verificar fragmentos disciplinares na missão do curso. O mesmo aconteceu com a descrição das disciplinas, nem todas as universidades apresentaram.

Na tabela 1 é mostrado que dos 52 cursos, 75% possuíam disciplinas envolvendo habilidades práticas e teóricas com dados.

Tabela 1: Cursos estadunidenses licenciados pela ALA com disciplinas sobre dados

Total de cursos:	52	100%
Cursos com Dados como assunto	39	75%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na tabela 2 vê-se que quase 60% dos 52 cursos apresentavam a competência em informação como assunto, incluindo a instrução sobre recursos bibliográficos e de dados.

Tabela 2: Cursos estadunidenses credenciados pela ALA com disciplinas sobre ColInfo

Total de cursos:	52	100%
Cursos com ColInfo como assunto	31	59,62%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a análise das disciplinas sobre dados e sobre ColInfo, categorias foram criadas para agrupar os eixos temáticos que foram sintetizados em uma nuvem de palavras.

4.2 Categorias de Análise

As cinco categorias deste trabalho, segundo seus eixos temáticos coletados na investigação das disciplinas, estão dispostas no Quadro 1:

Quadro 1: Categorias e eixos temáticos com base na investigação das disciplinas

Categorias	Eixos temáticos
Estudos em GDP	Tópicos Especiais em Fundamentos da Cultura da Curadoria Digital; Projeto e Gestão de Banco de Dados; Política e Curadoria de Dados; Prática e Gestão de Dados de Pesquisa; Análise Qualitativa de Dados; Dados e Informações do Governo; Dados na Web; Biblioteconomia de Dados; Análise de Dados para Profissionais da Informação; Organização de Dados e Informações; Análise e Interpretação de Dados (com ênfase em competência em informação); Fundamentos da Curadoria de Dados; Preservação digital; Semântica de dados; Ciclos de Vida de Dados; Infraestrutura de Dados de Pesquisa; Biblioteconomia e Gestão de Dados; Análise de Dados (voltada para pesquisa); Dados Abertos Vinculados a Bibliotecas; Solução de Problemas com Dados; Fundamentos de Dados Digitais; Perspectivas Críticas na Análise de Dados Culturais; <i>Data storytelling</i> (narrativa de dados); Ética dos dados; Metadados; Metadados para Coleções Digitais; Metadados para Profissionais da Informação.
Estudos de Informação	Política de Informação; Propriedade Intelectual; Inteligência Acionável; Análise da Informação e Comunicação (análise de dados para tomada de decisões); Visualização da Informação; Ética e Política; Fontes de Informação e Serviços Avançados; Competência em Informação e Instrução Bibliotecária; Competência em Informação Digital; Competência em Informação Visual e Digital; Serviços de Competência em Informação e Referência; Bibliotecários como Parceiros Instrucionais; Repositórios Digitais.
Estudos de sociedade	Aspectos Sociais da Informação; Análise de Texto; Humanidades Digitais; Teoria e Prática de Humanidades Digitais; Política e Ética na Curadoria Digital; Ética, Dados e Informações; Big Data,

	Algoritmos e Sociedade; Comunidades de Informação; O Indivíduo e a Informação; O Tempo e a Curadoria.
Estudos de arquivo	Arquivamento e Preservação; Descrição de Arquivo e Acesso; Arquivos e Curadoria Digital; Gestão de Arquivos e Registros.
Estudos de computação	Introdução a Ciência de Dados; <i>Design</i> Universal para TICs; Visualização de Dados; <i>Design</i> de Visualização e <i>Design</i> de Metadados; Modelagem de Dados para Profissionais da Informação; Infraestrutura de Dados de Pesquisa; Teoria e Prática de Limpeza de Dados; Semântica de Dados; Ferramentas para Competência em Dados; Solução de Problemas com Dados; Sistema de Banco de Dados; Introdução aos Dados Científicos de Informática. Projeto de Repositório de Dados; Estruturas de Dados e Representação; Computação em Nuvem Aplicadas para Ciências Intensivas de Dados; Ferramentas e Ativos de TICs; Interação Humano-Computador. Introdução às Redes de Dados para Profissionais da Informação; Tecnologias Digitais; Infraestrutura de <i>Big Data</i> ; Interoperabilidade de Dados; Estatística Aplicada para Biblioteconomia e Ciência da Informação; Mineração de Dados; Introdução a Programação; Introdução a Ciência de Dados; <i>Big Data</i> e Inteligência Analítica. Dados Abertos Vinculados e Métodos de Ciências Sociais Computacionais; <i>E-Science</i> e TICs.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Neste quadro 1, na categoria **Estudos em GDP**, a curadoria digital está no centro da organização disciplinar. Destacam-se disciplinas que procuram estimular o entendimento sobre o ciclo de vida, a infraestrutura e que tipos de ferramentas são necessários para lidar com os fluxos dos dados de pesquisa, dos dados corporativos, governamentais e relacionados a bens culturais. Entende-se que os dados são ativos digitais que podem ser utilizados para solucionar problemas, e até mesmo para

contar uma história, o que evidencia o seu caráter interpretativo e contextual. Para os dados de pesquisa, os estudos concentram-se sobre repositórios de dados para gerenciar e preservar a informação digital no contexto do movimento da ciência aberta. Destaca-se que a competência em informação já é utilizada em sua perspectiva crítica como uma disciplina no auxílio da análise e interpretação de dados de pesquisa. Chama-se a atenção para os estudos éticos da gestão de dados.

Em **Estudos de informação**, os eixos temáticos caminham em direção à necessidade de desenvolver políticas de informação quanto à propriedade intelectual dos dados e a sua utilização como inteligência acionável para a tomada de decisão. Observa-se que a ColInfo vem sendo utilizada para a promoção da formação do profissional da informação com destaque para o bibliotecário. Aborda-se o desenvolvimento de habilidades que contemplam a informação em seus variados formatos com ênfase em dados digitais e na formação bibliotecária para a ciência orientada a dados. Destaca-se a necessidade de formular serviços de competência em informação para o ambiente digital, incluindo a visualização de dados e metadados. Essas preocupações vêm sendo estimuladas pelos estudos de bibliotecas acadêmicas, públicas, especiais, jurídicas, da área da saúde e em Humanidades Digitais.

Em **Estudos de sociedade**, percebe-se os dados de pesquisa em sua dimensão social. Entende-se que são um tipo de informação que tem as suas especificidades moldadas de acordo com uma comunidade de práticas. Deste modo, os processos que envolvem a sua curadoria incluem estudos sobre as dimensões éticas encabeçadas por reflexões sobre justiça social e inclusão; humanidades digitais; patrimônio cultural.

Nas contribuições dos **Estudos de arquivos**, reverberam as coleções especiais para a gestão, arquivamento e preservação de registros de dados em bibliotecas, museus, arquivos e repositórios.

Por fim, a categoria **Estudos de computação** apresenta os aspectos técnicos para a gestão de dados e ativos. As disciplinas abordam um panorama de como as tecnologias digitais, as tecnologias em rede, a computação em nuvem, dentre outros, podem configurar o processamento, a modelagem, a análise de grandes coleções de dados. Para sintetizar o resultado da pesquisa foi elaborada uma nuvem de palavras que traduzem os temas identificados, conforme figura 1.

Figura 1: Temas sobre Gestão de Dados de Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Diante da análise dos currículos das instituições credenciadas pela ALA, não foi encontrada uma disciplina que trouxesse em seu título especificamente o termo *data literacy*,

mas aponta a competência em dados para a GDP. Isto denota outro campo de investigação, no qual a competência em dados para as atividades de pesquisa é um termo que provavelmente nasce da dificuldade que os bibliotecários têm para lidar com os seus desafios cotidianos, principalmente no campo das TIC.

No entanto, no conteúdo das ementas das disciplinas há o estabelecimento de um conjunto de práticas de ensino que caminham rumo à competência em dados de pesquisa. Ao que tudo indica, a problemática desta questão está em como atender melhor as necessidades de uma crescente comunidade de usuários / produtores de dados e, ao mesmo tempo, atender os novos desafios que os dados apresentam para as qualificações, fluxos de trabalho e infraestrutura existentes, para a GDP e a promoção da competência em dados.

Nas páginas das universidades licenciadas, os estudos de dados apareciam como uma vertente de especialização emergente para bibliotecários e outros profissionais da informação, foi o que podemos observar a partir da quantidade de disciplinas coletadas para auxiliar na gestão de dados. No entanto, por ser um tema extremamente complexo e interdisciplinar, apenas uma disciplina não dá conta de responder a todas as questões referentes à gestão de dados de pesquisa.

Pode-se dizer, a partir da coleta das disciplinas, que os cursos de mestrado em Biblioteconomia nos EUA estão aumentando seu investimento em recursos de dados para apoiar a inovação nos negócios e na pesquisa em humanidades, ciências sociais e demais ciências. Acredita-se que, como especialistas em gestão de informação e organização, os bibliotecários estão bem posicionados para fornecer uma perspectiva interdisciplinar à ciência de dados. Entende-se que dados de pesquisa são insumos

fundamentais para o avanço da pesquisa em humanidades, assim como em outras ciências. Uma vez instruído, o bibliotecário pode formular serviços em torno de dados de pesquisa na garantia de que as bibliotecas de pesquisa continuem tendo papel relevante no mundo da Ciência. Isto pode ser feito por meio de uma proposta disciplinar, uma especialização, cursos, workshops e treinamentos no âmbito da competência em dados. Por conseguinte, a promoção de palestras e rodas de conversas pode ampliar o interesse sobre o tema, estimular pesquisas e debates, bem como atualizar os planos de ensino das disciplinas e trazer capacitação no uso de novas fontes informacionais para o desenvolvimento de novas habilidades, a fim de aplicar os conteúdos para a construção do conhecimento individual e coletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de responder como se dá a formação do bibliotecário no tocante ao desenvolvimento de competências e habilidades em dados de pesquisa para a sua atuação, este trabalho teve como objetivos específicos a contextualização dos estudos sobre CoInfo e GDP, bem como o mapeamento dos assuntos / temáticas em nível internacional.

Identificou-se que há a dimensão do bibliotecário como um educador em competência em dados e como pesquisador atuando junto com os cientistas desde a criação dos dados até seu compartilhamento e reuso. Foi possível perceber que os currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil apresentam de forma incipiente disciplinas relativas à CoInfo e a GDP. Aliás, de acordo com a investigação, são poucos os cursos

de graduação brasileiros em Biblioteconomia que possuem em suas ementas a disciplina “Competência em Informação”.

Conforme Koltay (2015), a competência em dados é um fragmento, por se aproximar metodologicamente de uma abordagem crítica e pelo interesse da ColInfo na compreensão adequada do uso de dados que são convertidos em informação. Por este motivo, os cursos em Biblioteconomia no Brasil não oferecem disciplinas ou descrições disciplinares com o termo “competência em dados”.

Daí o porquê de investigar como a competência em dados de pesquisa está sendo desenvolvida internacionalmente. Deste modo, com base nos levantamentos feitos nas bases de dados WoS e Scopus, identificou-se que os EUA foi o país que mais se destacou na pesquisa feita sobre ColInfo, a partir de buscas de artigos feitas por país, por autores, por filiação e por ano. Tomando como exemplo as instituições americanas credenciadas pela ALA, a partir da investigação dos currículos de mestrado em Biblioteconomia que abordam a competência em dados de pesquisa como disciplina, verificou-se um conjunto considerável de disciplinas que desenvolvem a compreensão de todas as etapas do ciclo de vida de dados de pesquisa em uma perspectiva crítica e, mesmo que discretamente, consideram a competência em dados como um conjunto de habilidades e base de conhecimento que nos permite transformar dados em informações e em última análise, em conhecimento acionável.

Percebe-se que a competência dos bibliotecários em dados na sua formação pode projetar as práticas biblioteconômicas para atender as necessidades dos pesquisadores quanto às etapas que envolvem os dados de pesquisa. Nesta dinâmica, é urgente fazer com que os estudantes

e pesquisadores se tornem cientistas com conhecimento em dados. Ao mesmo tempo, a educação em dados atua na sensibilização para a formação de profissionais de gestão de dados num constructo de habilidades necessárias para se trabalhar como um especialista em dados.

Pode-se dizer, a partir desta pesquisa, que bibliotecas e outras organizações centradas na informação, nos EUA, estão aumentando seu investimento em recursos de dados para apoiar a inovação nos negócios e na pesquisa em humanidades, ciências sociais e demais ciências. Acredita-se que como especialistas em gestão de informação e organização, os bibliotecários estão posicionados para fornecer uma perspectiva interdisciplinar à ciência orientada por dados.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Directory of institutions offering ALA-accredited master's programs in library and information studies*. Chicago: ALA, jan. 2019. Disponível em: <http://www.ala.org/educationcareers/accreditosprograms/directory>. Acesso em: 17 fev. 2020.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Presidential committee on information literacy: final report*. Chicago: ALA, 10 jan. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). *Acervo de publicações brasileiras em Ciência da Informação*. Curitiba:

Porto Alegre: Universidade Federal do Paraná: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Versão 4.3.20191109 beta c2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior: cadastro e-MEC*. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BORGMAN, Christine L. Research data: who will share what, with whom, when, and why? *In: CHINA-NORTH AMERICAN LIBRARY CONFERENCE*, 5., 2010, Beijing, PEK. *Proceedings [...]*. Beijing, PEK: CALA, 2016. p. 1-21. Disponível em: http://www.ratswd.de/download/RatSWD_WP_2010/RatSWD_WP_161.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARLSON, Jake R. *et al.* Determining data information literacy needs: a study of students and research faculty. *Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research*, Indiana, paper 23, 2011. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1031&context=lib_fsdocs. Acesso em: 17 fev. 2021.

CORREA, Elisa C. D. Competência em informação: conexões no ensino de fontes de informação. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 37-53, 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1399>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COSTAL, Marcelle. *Competência em informação para gestão de dados de pesquisa: um olhar para a formação do (a) bibliotecário (a)*. Orientadora: Marianna Zattar. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DECLARAÇÃO de Maceió Sobre a Competência em Informação.
In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de
Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social, 24., 2011,
Maceió, *Anais [...]*. Maceió: Febab, 2011. [2] p. Disponível em:
http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 13 ago.
2018.

DUDZIAK, Elisabeth A. Information literacy: princípios, filosofia e
prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35,
2003. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em:
17 fev. 2020.

DUDZIAK, Elisabeth A.; FERREIRA, Sueli M. S. P.; FERRARI,
Adriana C. Competência informacional e midiática: uma revisão
dos principais marcos políticos expressos por declarações e
documentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e
Documentação*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, 2017.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São
Paulo: Atlas, 2002.

HEY, Tony; TANSLEY, Stewart; TOLLE, Kristin (ed.). *The fourth
paradigm: data intensive scientific discovery*. Redmond:
Microsoft, 2009. Disponível em: [https://www.microsoft.com/en-
us/research/wp-
content/uploads/2009/10/Fourth_Paradigm.pdf](https://www.microsoft.com/en-us/research/wp-content/uploads/2009/10/Fourth_Paradigm.pdf). Acesso em: 17
fev. 2021.

HORTON JUNIOR, Forest W. *Overview of information literacy
resources worldwide*. 2 ed. Paris, FR: UNESCO, 2014. Disponível
em: [https://www.ifla.org/files/assets/information-
literacy/publications/unesco_composite_document_-_final_-
_2.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/unesco_composite_document_-_final_-_2.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

KOLTAY, Tibor. Data literacy: in search of a name and identity. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 71, n. 2, p. 401-415, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-02-2014-0026>.

MANIFESTO de Florianópolis Sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Brasil, 2013. [2] p. Disponível em: <http://competencia-informacional.blogspot.com.br/2013/11/manifesto-de-florianopolis-sobre.html>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MELO, Ana V. C.; ARAÚJO, Eliany A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185-201, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2020.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete V. Competência em informação e ética: estudo bibliográfico entre 2011 e 2015. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 225-249, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/34529>. Acesso em: 17 fev. 2020.

QIN, Jian; D'IGNAZIO, John. Lessons learned from a two-year experience in science data literacy education. In: ANNUAL INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCIENTIFICAL AND THECNOLOGICAL UNIVERSITY LIBRARIES CONFERENCE, 31., 2010, West Lafayette. *Proceedings [...]*. West Lafayette: Purdue University, 2010. Disponível em:

<https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=iatul2010>. Acesso em: 17 fev. 2020.

RICE, Robin; SOUTHALL, John. *The data librarian's handbook*. London: Facet Publishing, 2016.

SAYÃO, Luis F.; SALES, Luana F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90-115, 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SCHNEIDER, Rene. Research data literacy. In: KURBANOGU, S. et al. (ed.) *Worldwide commonalities and challenges in information literacy research and practice*. Cham: Springer International, 2013. p. 134-140.

VITORINO, Elizete V.; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

ZATTAR, Marianna. Competência em Informação e desinfodemia no contexto da pandemia de covid-19. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5391, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5391/5112>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAPÍTULO 9

QUAIS OS CRITÉRIOS QUE OS BIBLIOTECÁRIOS UTILIZAM PARA A SELEÇÃO DE LIVROS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS?

Daniela Eugênia Moura de Albuquerque

Antonio de Souza Silva Júnior

1 INTRODUÇÃO

A seleção é considerada uma atividade que “[...] não é realizada no vazio, mas efetuada dentro de um contexto sociocultural, com tensões, ambivalências, disputas e negociações.” (VERGUEIRO, 2010, p. 9). A seleção está dentro do processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC), na qual depende de outras atividades como o estudo da comunidade, as políticas de seleção, para que haja um crescimento dinâmico e qualitativo dos acervos que estejam voltados para o público.

A seleção está presente nas unidades organizacionais, mesmo que ela não tenha ainda padrões, pois a prática do bibliotecário faz com que ele em algum momento realize tomadas de decisões que serão significativas para os seus usuários, que requer critérios que estejam de acordo com o contexto da unidade organizacional.

Para a execução do processo de seleção cada Biblioteca precisa então do estabelecimento de critérios. Diante disso, o uso dos critérios de seleção são fundamentais no crescimento do

acervo, pois é através desses critérios que decisões parciais, motivadas por crenças, ideologias, não afetam as tomadas de decisões.

A missão das bibliotecas, principalmente no século XXI “[...] deve ser necessariamente um espaço de novidades e descobertas, e o bibliotecário o agente articulador deste lócus de inovação.” (BRAYNER, 2018, p. 22). À luz disso, as Bibliotecas Universitárias (BU) são o elo principal nesse aspecto, pois é uma das tipologias responsáveis acentuadamente pela produção científica e tecnológica (SILVA, 2009).

Neste contexto, como se estabelecem os critérios de seleção de livros que são indispensáveis no contexto atual das bibliotecas universitárias públicas e que podem auxiliar os bibliotecários nas tomadas de decisões?

2 A SELEÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS E SEUS CRITÉRIOS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Atualmente, os estudos na área da seleção estão ganhando espaços nas pesquisas acadêmicas, acentuadamente nas monografias, dissertações, teses e artigos de periódicos, ainda há uma carência nas publicações em livros. Miranda (1980, p. 65) afirma que:

raras bibliotecas universitárias contam, de fato, com uma tal política de seleção, que planeje o seu crescimento conforme um plano racional, estratégico e equitativo, segundo a programação mesma das atividades de docência, pesquisa e extensão da Universidade.

Litton (1975, p. 33-34) estabelece quatro funções essenciais em relação ao acervo bibliográfico nas BU, que são: 1)

Dar uma orientação cultural ou humanista ao universitário; 2) Ajudar a formação profissional do estudante; 3) Preencher as necessidades de informação do corpo docente e proporcionar-lhe material de pesquisa; 4) Facilitar o trabalho de dirigentes e funcionários, que também necessitam de leituras e de informações.

O bibliotecário precisa conhecer a literatura científica dos cursos oferecidos pela unidade organizacional em que atua e incentivar os professores a fazerem as listas de bibliografias, pois é fundamental a participação do corpo docente. Miranda (2007) destaca que há questões qualitativas e quantitativas relacionadas ao Ministério da Educação (MEC), porém há outros pontos que devem ser elencados, já que as BU não só devem trabalhar com as exigências do MEC, mas também precisa empregar os critérios de seleção pressupondo que já estejam dentro da política de seleção. A avaliação do MEC é importante para as BU, pois é uma obrigação de todo o bibliotecário prestar contas do acervo em geral, mas não deve ser a única diretriz na seleção dos materiais bibliográficos.

Para selecionar um acervo bibliográfico nas BU, é preciso cumprir funções que estejam adequadas à realidade do contexto da instituição, respeitando o público, a estrutura física, as condições econômicas, as questões culturais e as necessidades informacionais do seu público.

A seleção de livros nas BU é importante para a eficiência da aquisição, uma consiste na causa e a outra no efeito. Para que se tenha uma ideal seleção de materiais bibliográficos, os objetivos da instituição, voltados principalmente para pesquisa, ensino e extensão devem ser a base na formação dos critérios e das políticas.

Antigamente o paradigma do armazenamento nas bibliotecas, consistia basicamente em adquirir tudo o que era produzido, priorizando o aspecto quantitativo da unidade organizacional, assim quanto mais livros na composição do acervo, mais a biblioteca teria status e poder.

Vergueiro (1989) enfatiza em sua obra que não é racional ter tudo o que foi publicado, sabe-se que a Biblioteca Nacional recebe muitos volumes por dia e como representante de todas as bibliotecas deve possuir um exemplar de cada publicação produzida no país. Entretanto, quando se trata de BU a realidade é diferente, visto que as obras precisam ser previamente selecionadas com base nos critérios criados pela comissão de seleção ou somente pelos bibliotecários.

Maciel e Mendonça (2006) apresentam um fluxograma de seleção de documentos, em que o estabelecimento dos critérios são o ponto de partida e a organização dos instrumentos de seleção ocupam a posição posterior. Diante disso, Vergueiro (2010, p. 17) traz uma colocação preliminar antes de definir esses critérios. Pinheiro (2017) afirma que o MEC é o mais utilizado, trazendo na sua tese critérios contemporâneos direcionados para questões de acessibilidade, número de usuários e de alunos matriculados, citações bibliográficas nacionais e internacionais.

Na literatura científica internacional existem obras que merecem destaque e que foram importantes para o desenvolvimento de critérios de outros suportes, como por exemplo os e-books. Vale ressaltar a dificuldade em encontrar critérios de seleção para impressos na atualidade é acentuada, já que obras no formato eletrônico ganharam uma atenção maior. Diante disso, reconhece-se que os critérios antigos não podem deixar de serem mencionados, pois foi através deles que as

bibliotecas desenvolveram suas adaptações e criações de critérios que pudessem estar de acordo com a realidade da instituição.

Dan Hazen em sua obra *Collection Development, Collection Management, and Preservation*, elenca cinco critérios: 1) atividade acadêmica ou demanda do usuário, 2) precedente histórico e tradição, 3) volume e custo de materiais, 4) disponibilidade de comprar e 5) modelos de acesso específicos à disciplina para informação. Percebe-se que os critérios citados são mais gerais e voltados especificamente para as BU, sendo que não há uma certa criteriosidade, ocasionando numa visão geral, porém o autor prioriza os objetivos da instituição e o público.

Nota-se a ausência de criteriosidade na seleção e a carência de políticas sólidas que visem o contexto e os objetivos da instituição. Em relação aos critérios mencionados pela BU, o autor demonstra preocupação no que tange a “adotar critérios compreende uma atividade imprescindível, pois eles constituem a via mestra para se consolidar um acervo com qualidade, que atenda necessidades demandadas.” (SANTA ANNA, 2017, p. 17); e acrescenta que as bibliotecas com falta de cautela nos critérios de seleção tendem a se firmar em coleções que nunca serão usadas e que só fazem ocupar lugar nas estantes sem nenhuma finalidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

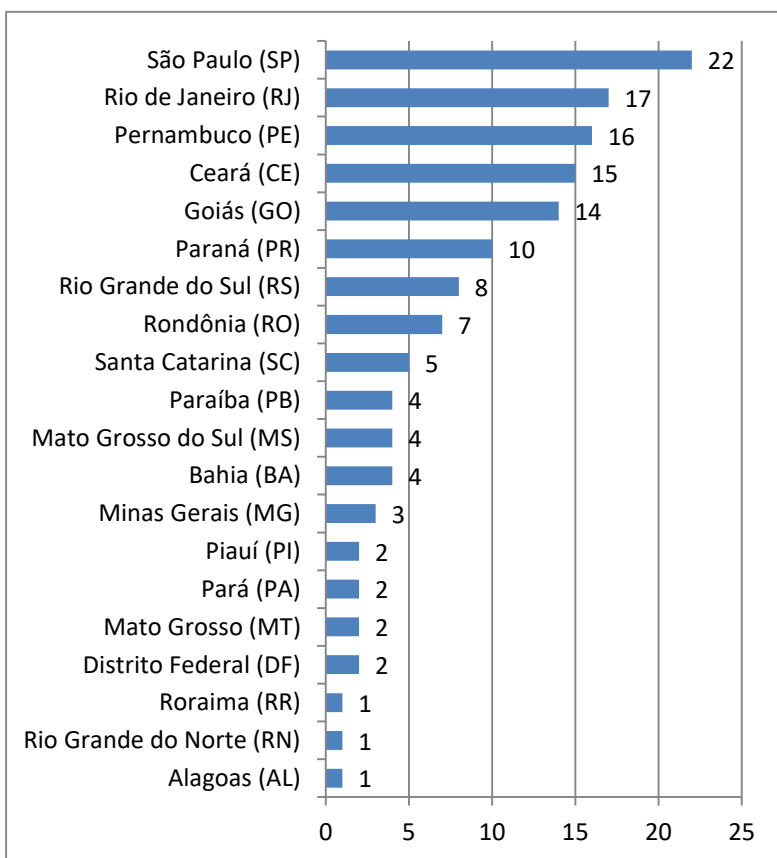
Esta é uma pesquisa exploratória que se constituiu em duas etapas e, segundo Miles (1979), a junção desses dados torna o estudo mais poderoso sob o mesmo fenômeno estudado.

A etapa quantitativa teve como universo os bibliotecários que atuam nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas

Federais e Estaduais do Brasil incluindo o Distrito Federal com foco no setor de coleções, totalizando 52 Universidades Federais e 36 Universidades Estaduais.

O Gráfico 1 abaixo apresenta a participação dos bibliotecários nessa etapa.

Gráfico 1: Quantidade de respondentes por estado



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A população de interesse englobou bibliotecários que já exerceram ou atuam nas IES públicas do Brasil. Houve uma participação de 140 profissionais da informação com ou sem experiência, com o propósito de saber como os critérios de

seleção de livros estão sendo avaliados na atualidade dessas unidades organizacionais.

O questionário foi elaborado de acordo com a literatura científica nacional e internacional sobre os critérios de seleção através do Formulários Google. A coleta foi realizada entre 13 de maio de 2019 à 27 de maio de 2019. Uma regressão linear múltipla foi utilizada para averiguar o fator acerca da importância dos critérios de seleção e descobrir qual a influência dele nas tomadas de decisões.

A partir dos dados que foram obtidos na análise quantitativa, na qual somente uma única variável independente foi identificada (atualidade da informação). Em seguida, foi realizada uma etapa qualitativa com o propósito de entender um pouco melhor a ocorrência desta variável, através de elementos subjetivos das atividades práticas do processo de seleção, buscando depoimentos que se tornaram em dados significativos.

A seleção da amostra foi de quinze entrevistas semi-estruturadas sendo distribuídas pelas cinco regiões do Brasil conforme Tabela 1:

Tabela 1: Quantidade de bibliotecários entrevistados por região

REGIÃO	QUANT. DE ENTREVISTA
SUDESTE	4
SUL	4
NORDESTE	3
NORTE	2
CENTRO-OESTE	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As análises das entrevistas foram efetuadas através da definição e arranjo das categorias analíticas. A coleta foi realizada entre 04 de julho de 2019 a 02 de setembro de 2019 tendo sido

gravadas em meio digital e posteriormente transcritas, respeitando o tópico sete do Art. 1º, parágrafo único da Resolução 510 do Comitê de Ética quando aborda sobre a pesquisa não revelar dados que possam identificar o sujeito e de cunho essencialmente teórico e objetivo (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

4 ANÁLISE DOS DADOS

A etapa quantitativa consistiu na regressão linear múltipla, com o objetivo de identificar quais os critérios de seleção foram os mais significativos para o processo de seleção de livros. Na parte qualitativa foi realizada a análise pragmática da linguagem desenvolvido por Mattos (2005), correlacionando-a com os resultados adquiridos através do referencial teórico do presente estudo, que revelou os depoimentos dos bibliotecários acerca da seleção e dos critérios devido ao resultado da análise quantitativa.

4.1 Etapa quantitativa

O modelo gerado apresentou a seguinte variável independente como mostra a Tabela 2:

Tabela 2: Modelo de regressão gerado

Variável	b*	Erros de estimativas estandardizados de b*	b	t	p
Intercepto			64,14	4,82	<01
Atualidade da informação	0,34	0,12	0,35	2,83	<01

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Esse critério de atualidade da informação (DIAS; PIRES, 2003; MIRANDA, 2007; PINHEIRO, 2017; VERGUEIRO, 2010)

interfere diretamente na maneira de como a seleção está posta nas BU, do cuidado em atender às demandas impostas pelo MEC (Universidades Federais) e pelo Conselho Estadual de Educação (Universidades Estaduais) e principalmente no poder da tomada decisão que esse critério possui como aborda Vergueiro (2010).

Diante disso, essa variável independente se tornou a mais importante dentro da realidade das BU, porque mesmo os bibliotecários não tendo uma política de FDC formalizada e estruturada, muitos utilizam desse critério para tomarem decisões acertadas no processo de seleção de livros, especialmente nas áreas exatas, da saúde e do direito.

4.2 Etapa qualitativa

As entrevistas buscaram um maior entendimento sobre o impacto do critério atualidade da informação de acordo com os envolvidos no processo de FDC trazendo depoimentos acerca da importância do processo de seleção de livros nas BU. Cada entrevistado recebeu a identificação de uma letra do alfabeto que foi da letra A-P.

De acordo com os relatos o principal aspecto relacionado ao processo de seleção é proporcionar uma informação atualizada. O entrevistado H indica que este “é um processo essencial, vai possibilitar ao seu usuário o acesso à uma informação atualizada, ao conhecimento”. (Entrevistado H).

No decorrer das entrevistas a questão sobre a atualização foi sendo apresentada como um dos pontos fundamentais. Nota-se que os bibliotecários priorizam manter o acervo atualizado, possibilitando uma interação com a comunidade acadêmica, visando principalmente o crescimento qualitativo do acervo.

Mostrando para eles a importância de ter o nosso acervo não só cheio de título, mas um acervo atualizado (Entrevistado J).

Vale ressaltar que mesmo com a lista das bibliografias básicas e complementares, os bibliotecários verificam título por título, para buscar as edições mais recentes. O entrevistado C ressaltava que “a gente busca na medida do possível ir as edições mais atuais dos livros. Quando é feito um lançamento a gente tem que estar sempre atento no mercado editorial mesmo.” Há cursos em que os livros estão anualmente sendo atualizados, boa parte dos casos as mudanças são mínimas, não interferindo totalmente no conteúdo, mas por outro lado existem edições em que as informações modificadas fazem muita diferença.

Vergueiro (2010, p. 20) afirma que “uma informação desatualizada perde muito de seu valor”, para o autor esse critério afeta o processo de seleção e caracteriza-se por ser decisivo. Para muitos dos entrevistados a procura por títulos mais recentes está atrelado diretamente aos parâmetros externos, ou seja, ao MEC e ao Conselho Estadual de Educação, na qual uma das diretrizes consiste em um acervo atualizado que garanta informações confiáveis e de qualidade. Como aponta o entrevistado E, “porque apesar de tudo a avaliação do MEC ela não para! Apesar de toda a dificuldade que a universidade tem passado em relação aos recursos orçamentários, as avaliações não param”. (Entrevistado E).

Os bibliotecários das BU precisam ter um cuidado redobrado em relação as áreas que se desatualizam numa velocidade acentuada. O bibliotecário que atua na seleção de livros tem que estar em sintonia com o contexto sociocultural atual de sua comunidade acadêmica, com o objetivo de inserir no

acervo informações pertinentes a esse público, trazendo-os para o ambiente da biblioteca, tornando-os usuários assíduos em utilizar cada vez mais essa unidade organizacional.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os critérios de seleção de livros que são implementados no processo de seleção dentro da realidade atual das BU públicas do Brasil. De acordo com as análises realizadas uma única variável independente influencia no processo de seleção de livros, sendo essa variável o critério de atualidade da informação que explica o estudo como um todo, decorrente principalmente dos parâmetros externos que são as avaliações do MEC e do Conselho Estadual de Educação que interferem no uso desse critério.

Um acervo atualizado é um dos pontos cruciais nas tomadas de decisões, visto que os cursos precisam receber uma nota considerável para a manutenção e reconhecimento das universidades brasileiras. Este contexto revela o esforço dos bibliotecários em trazer conteúdos que acompanhem as mudanças sociais, políticas, econômicas, para buscar um acervo que permita novas descobertas científicas, inovações nos estudos em prol da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRAYNER, Aquiles Alencar. Rompendo o mito do silêncio. *In*: BRAYNER, Cristian. *A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação*. São Paulo: É realizações, 2018. p. 17-22.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 510/2016, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasil: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3bZ7Nse>. Acesso em: 9 out. 2019.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. *Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

LITTON, Gaston. *Como se forma um acervo bibliográfico*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. p. 1-97.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 823-846, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/37FdEzB>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MILES, Matthew B. Qualitative data as an attractive nuisance: the problem of analysis. *Administrative Science Quarterly*, Nova York, v. 24, n. 4, p. 509-601, dez. 1979.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MIRANDA, Antonio. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras. *In*: MIRANDA, Antonio. *Estruturas de informação e análise conjuntural: ensaios*. Brasília: Thesaurus, 1980. p. 63-85.

PINHEIRO, Liliane Vieira. *O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias na perspectiva dos desafios da pós-modernidade: diretrizes sob o olhar da teoria da complexidade e da análise de domínio*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174452>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SANTA ANNA, Jorge. O contexto organizacional e seus reflexos no desenvolvimento de coleções: um estudo à luz das diferentes modalidades de bibliotecas. *Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 22, n. 1, p. 5-22, dez./mar. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1267>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SILVA, Edilene Maria da. *A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis: APB, 1989. (Palavra-chave).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

CAPÍTULO 10

O JARDIM COMO PATRIMÔNIO VERDE: REFLEXÕES SOBRE OS JARDINS DO PALÁCIO PIRATINI

Daniela do Amaral da Silva

Ana Carolina Gelmini de Faria

1 O DESPERTAR DO VERDE

Na vida o que pode parecer um simples gesto nos possibilita traçar novos caminhos, antes, impensáveis. Eu, Daniela do Amaral da Silva, estagiei no final de minha graduação em Museologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Palácio Piratini. Lotada no Setor de Patrimônio Histórico tinha por função trabalhar em torno dos bens móveis tombados dessa instituição. Meu olhar estava diariamente voltado para analisar o estado de conservação, documentar e inventariar o acervo patrimonial móvel.

Mas, após alguns meses, fui transferida para compor outro setor: a Gestão Ambiental do Palácio Piratini. Meu desafio passou a ser trabalhar com os jardins e a horta, conhecendo seus movimentos, convivendo de perto com a natureza. A partir desse momento a matéria prima era viva. Pus-me a olhar a natureza e a aprender com ela.

Esse patrimônio precíval, dinâmico e vivo me fez despertar para o verde, para a importância desses lugares e sua preservação para futuras gerações. Me perguntava

constantemente: como os jardins desse Palácio se inserem nas políticas de manutenção de um espaço tombado? Minhas inquietações foram compartilhadas com a professora Ana Carolina Gelmini de Faria, e, juntas, decidimos pesquisar no meu trabalho de conclusão de curso sobre o patrimônio verde.

Assim, optamos que a pesquisa teria por finalidade investigar os Jardins do Palácio Piratini, a preservação, a manutenção e a conservação desses espaços nas políticas de tombamento da legislação em vigor, verificando sua relevância e desafios enquanto parte do conjunto tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAÉ) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desse modo o estudo se propôs a contribuir para o debate sobre como são tratados esses espaços verdes, planejados para emoldurarem e complementarem o conjunto da edificação do Palácio Piratini.

2 A SEMENTE QUE GERMINA DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL

Os jardins históricos são obras de arte que se relacionam com a época de sua elaboração. São reflexos do autor que os projetou, dos estilos empregados em sua criação, das técnicas utilizadas em sua execução; as espécies vegetais escolhidas os tornam únicos, bem como o contexto sociocultural em que estão inseridos. Portanto:

[...] um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público e, como tal, é considerado um monumento. (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS; COMITÊ

INTERNACIONAL DE JARDINS E SÍTIOS HISTÓRICOS DA IFLA, 1981).

Sua característica mais singular em relação aos demais monumentos, a natureza enquanto materialidade a ser preservada, pesquisada e compartilhada, torna-a seu principal desafio (figura 1). Segundo Delphim (2005, p. 8): “[...] preservá-los é um ato de respeito à vida, ao equilíbrio ambiental, à obra e ao legado humano.”

Figura 1: Jardins Históricos do Palácio Piratini



Fonte: Amaral (2013a).

Nos documentos de associações, comitês e federações são recorrentes a articulação de jardins históricos com o conceito de patrimônio natural, que compreende um lugar onde a natureza se faz esplêndida por sua beleza e seu caráter biológico, pela diversidade de flora e fauna, sendo a natureza o bem patrimonial. Como nos relata Scifone (2008, p. 10), o patrimônio natural:

[...] não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo,

paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Assim, o cenário patrimonial é a própria natureza, sendo uma relação dialógica, uma via de mão dupla com o universo natural e o cultural. Nessa perspectiva o conceito de espírito do lugar (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS/BRASIL, 2008) interliga a relação do homem com elementos materiais e imateriais de lugares naturais ou construídos pelo ser humano. Este “lugar” não é um local qualquer, mas um espaço onde há uma identificação coletiva, social, cultural e espiritual. Paisagens urbanas ou rurais onde uma comunidade interage com a natureza através de suas práticas sociais. Propomos pensar os jardins históricos como o espírito do lugar do Palácio Piratini (figura 2).

Figura 2: Chafariz dos Jardins do Palácio Piratini

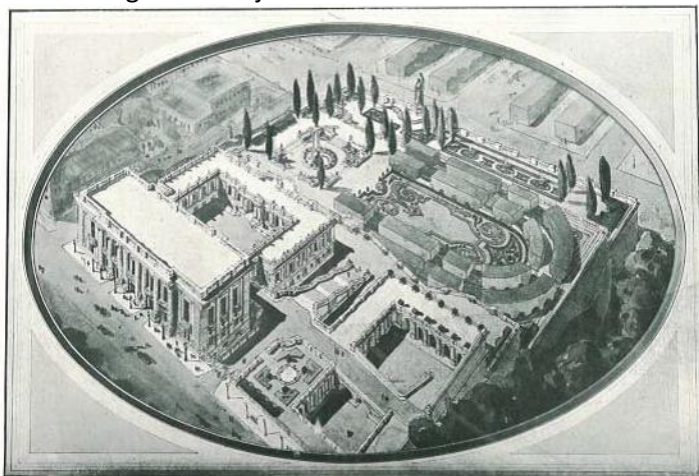


Fonte: Amaral (2013b).

A história do Palácio Piratini começou junto com a história de sua cidade sede: da transferência da capital de Viamão para o Porto dos Casais, hoje a cidade de Porto Alegre. Com a mudança, em 1773, houve a necessidade de se construir um Palácio do Governo, entre outros prédios. A evidência mais antiga do esboço de um jardim para o Palácio Piratini, encontrada até o momento, refere-se não a primeira sede do Governo, mas ao projeto de uma nova edificação, idealizada um século após a construção do primeiro prédio.

Dentre os projetos apresentados para a edificação do Palácio do Governo foi escolhido o do arquiteto francês Maurice Gras (figura 3). Porém, os jardins do Palácio não foram construídos de acordo com os preceitos de seu idealizador, assim como o próprio Palácio do Governo, contudo permanecem elementos da escola francesa como o traçado ordenado dos canteiros e a poda da vegetação em formatos artísticos e geométricos.

Figura 3: Projeto do Palácio de Maurice Gras



Projet d'exécution du Palais du Gouvernement de Rio Grande du Sul (Brésil), — M. GRAS, architecte.

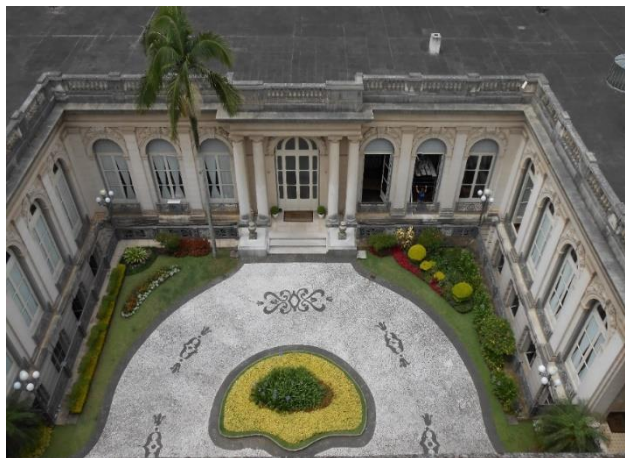
Silhoues d'Architecture, 1922

10

Fonte: Ch (1922, p. 13).

Os jardins são paisagens inventadas para satisfazer interesses, confortar, proteger e expressar desejos. Os Jardins do Palácio Piratini foram construídos para ornamentar a rotina da sede executiva do Estado do Rio Grande do Sul (figura 4).

Figura 4: Canteiro central do Pátio de Honra do Palácio Piratini



Fonte: Amaral (2020a).

No Brasil a cada quatro anos ocorrem eleições para os governos estaduais. No Rio Grande do Sul existe a alternância de partidos políticos no governo do Estado e, conseqüentemente a troca de gestor do Palácio Piratini. Os jardins do Palácio Piratini são abordados de maneiras diferentes a cada nova gestão governamental. Entre os anos de 2011 até 2014 os Jardins Históricos fizeram parte de uma ação específica do setor de Gestão Ambiental do Palácio Piratini, compondo o percurso patrimonial desta atividade educativa. Neste período foi elaborado o projeto “Educação Patrimonial e Ambiental no Palácio Piratini”. Esta ação educativa visava a parceria com escolas públicas estaduais para realizar mediações à docentes e discentes ao Palácio Piratini, destacando os jardins e a horta na narrativa expográfica apresentada aos visitantes (figura 5).

Figura 5: Alunos em visita a horta do Palácio Piratini



Fonte: Amaral (2013c).

Em outras gestões os Jardins Históricos foram apenas um pano de fundo, uma moldura para o cenário patrimonial edificado, que é ressaltado na mediação oficial do Palácio Piratini. Nesta fala institucional o patrimônio valorizado é a arquitetura monumental do Palácio, as pinturas murais, seu acervo histórico e artístico. Atualmente os Jardins Históricos do Palácio Piratini não fazem parte do discurso oficial desta instituição, não há nenhuma informação sobre eles e o público não tem mais acesso a visitação a esses espaços. Além disto, o último patamar dos Jardins Históricos, onde existiam diversos canteiros, a horta e várias cerejeiras japonesas plantadas desde a década de 1970, está desativado, com diversos materiais abandonados no local (figuras 5 e 6).

Figura 5: Canteiros destruídos



Fonte: Amaral (2020b).

Figura 6: Materiais descartados



Fonte: Amaral (2020c).

Planejar as ações que serão realizadas nos Jardins do Palácio Piratini possui a mesma importância que as preocupações em relação às restaurações e cuidados especiais com os objetos de arte e a estrutura do prédio. O conhecimento técnico e/ou a experiência no manejo dos vegetais que farão parte dos jardins é essencial para assegurar a sobrevivência desses espaços.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se ter áreas verdes no perímetro urbano influencia na qualidade de vida dos habitantes das grandes cidades e metrópoles. Na cidade de Porto Alegre existem muitos jardins, parques, praças, árvores e significativas ações da população para que o poder público não diminua essa parcela de natureza que é de extrema relevância para o bem-estar populacional. Nesse sentido, salvaguardar um jardim histórico

envolve tanto o compromisso de evocá-lo como evidência de um tempo, um monumento, como potencializá-lo enquanto um bem cultural a ser usufruído, motivando no presente relações com o passado, visando desse modo, um diálogo para o futuro.

O patrimônio verde ainda é preterido em relação ao patrimônio de pedra e cal no Palácio Piratini, porém, a valorização desses jardins se constrói a cada dia, tentando dessa maneira, ocupar e manter um espaço no discurso oficial da instituição. Que esse monólogo representado pelos jardins se transforme num diálogo, tornando-os quem sabe um dia, protagonistas desse cenário patrimonial, com falas que ecoem para além do Palácio Piratini.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela. *Alunos em visita a horta do Palácio Piratini*. 2013c. 1 fotografia.

AMARAL, Daniela. *Canteiro central do Pátio de Honra do Palácio Piratini*. 2020a. 1 fotografia.

AMARAL, Daniela. *Canteiros destruídos*. 2020b. 1 fotografia.

AMARAL, Daniela. *Chafariz dos Jardins do Palácio Piratini*. 2013b. 1 fotografia.

AMARAL, Daniela. *Jardins Históricos do Palácio Piratini*. 2013a. 1 fotografia.

AMARAL, Daniela. *Materiais descartados*. 2020c. 1 fotografia.

CH, Massin. *Les Salons d'Architecture 1922*. Paris: Librairie Généralé de L'architecture et des Arts Décoratifs, 1922.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS/BRASIL. *Declaration of Foz do Iguaçu*. 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/centre_documentation/declaration-igua%C3%A7u-eng.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS;
COMITÊ INTERNACIONAL DE JARDINS E SÍTIOS HISTÓRICOS DA
IFLA. *Carta de Florença*, 1981. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Manual de intervenções em jardins históricos*. Brasília: IPHAN, 2005.

SCIFONE, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: FFLCH, 2008.

CAPÍTULO 11

DIÁLOGOS COM A ARTE CONTEMPORÂNEA: A EXPOSIÇÃO SOB O VIÉS MUSEOLÓGICO

Aline Vargas de Vargas

Vanessa Barrozo T. Aquino

1 INTRODUÇÃO

Considerada um dos principais meios de diálogo dos museus com seus públicos, a exposição museológica demanda constantes investigações e reflexões a respeito de sua concepção, visando potencializar e otimizar a relação das instituições com a sociedade. Assim, resultado das mudanças de postura frente ao público, iniciou-se uma revisão das dinâmicas expográficas, a partir de estudos teóricos e fazeres práticos.

O que se compreende por exposição se modifica de acordo com o campo em que este está sendo pensado, dessa forma, os profissionais das Artes e da Museologia possuem posturas singulares, concebendo-as sob diferentes premissas. Para os primeiros, esta surge não somente como ferramenta de exibição, mas como legitimador da obra, artista ou curador, com o protagonismo centralizado, comumente, nestes agentes e seus pares. Já para a Museologia, a exposição visa estabelecer uma relação simbólica e de cunho patrimonial entre a obra e o público especialista ou não, onde a narrativa contextualize todos os elementos dispostos no ambiente expositivo.

Nesse sentido, a pesquisa decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia analisou a comunicação

museológica pelo viés expográfico, a partir da exposição *Áspera Melodia: Carlos Asp, 70 anos*¹⁰ (Figura 1) que ocorreu na Pinacoteca Ruben Berta¹¹ em Porto Alegre/RS. A participação do público foi problematizada a partir de um questionário de caráter quanti-qualitativo¹², direcionando-se assim, ao fato de que determinados elementos informacionais, comumente considerados secundários nas exposições de arte, podem auxiliar na compreensão da mensagem proposta.

Figura 1: Registro Exposição *Àspera Melodia: Carlos Asp, 70 anos*



Fonte: Pinacotecas POA (2019).

¹⁰ Inaugurada em 19 de março de 2019, com curadoria de Ana Maria Albani de Carvalho, apresentou obras feitas pelo artista Carlos Asp desde os anos 1970 até a atualidade. Asp utiliza como suporte, sobretudo, materiais reciclados, como embalagens de pizza, bulas de remédio, papelão que são justapostos, pintados e escritos das mais variadas formas, a fim de gerar, como comenta Carvalho, um “alfabeto plástico-poético de infinitas combinações”.

¹¹ Localizada em imóvel tombado na rua Duque de Caxias no Centro Histórico de Porto Alegre e criada em 1960, a instituição possui acervo de caráter fechado com obras de renomadas figuras da arte nacional e mundial.

¹² Considerou-se o nível de escolarização, a frequência dos indivíduos em exposições de arte contemporânea e sua compreensão diante das narrativas propostas, além de observar a autonomia do visitante na exposição. A aplicação ocorreu *in loco* entre os dias 9 de maio a 17 de junho de 2019, data de encerramento da exposição. A análise foi feita mediante a utilização do *Software* estatístico IBM SPSS.

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

A monografia buscou estabelecer interlocuções entre o campo das Artes e da Museologia, sendo curadoria, comunicação museológica, expografia e arte contemporânea conceitos-chaves que nortearam a investigação. Diálogos entre Lisbeth Rebollo Gonçalves (2004), Marília Xavier Cury (2005), Isabel Fernández e Luiz Fernández (2007), Sônia Salcedo del Castillo (2008), Ángela Blanco (2009), Jean Davallon (2010), Bruce Altshuller (2010), Marcelo Cunha (2010), Alejandra Panozzo Zenere (2018) entre outros, foram basilares para compreender o conceito de exposição museológica.

2.1 A expografia museológica: ilha de infinitas narrativas

Acerca do papel que as exposições desempenham no campo museológico, Cury (2005), entende que é através destas que se firma o contato entre o público com os diferentes bens patrimoniais, onde a sociedade se depara com “a poesia das coisas” (CURY, 2005, p. 34). As exposições devem ser percebidas como um fenômeno sociocultural singular do exercício museológico, sendo fundamental para a manifestação, interpretação e divulgação das coleções e objetos (FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ, 2007).

Segundo Blanco (2009) e Cunha (2010), as exposições são espaços privilegiados para o diálogo das instituições com seus públicos, tornando-se por excelência, mecanismos de expor sentidos e valores de objetos considerados patrimônio. Como consequência, elas se apresentam como ferramenta de fomento à produção e difusão de conhecimento, oferecendo para a sociedade possibilidades de problematização e diálogo sobre diferentes temáticas.

Neste contexto, Ángela Blanco (2009), Isabel Fernández e Luis Alonso Fernández (2007) pontuam que a expografia reflete diretamente na forma de transmitir aquilo que se propõe. Os autores têm no público o personagem central da exposição, explorando o fato de que ela deve buscar “se bastar como meio para comunicar” (BLANCO, 2009, p. 36), atentando para a necessidade de que sejam autossuficientes, onde o que se deseja transmitir seja compreensível, sem que o público, para fruir, dependa, por exemplo, do auxílio de mediadores durante seu percurso.

Assim, como resultado de avanços teóricos e técnicos da área, há um vasto universo de possibilidades que recorrem ao didatismo e que possibilitam uma melhor fruição do público, fazendo com que a comunicação se dê de uma maneira mais inteligível. Segundo pontua Meneses (1994, p. 10), a questão expográfica é primordial ao museu, uma vez que “a partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico”, o que a torna auxiliar no processo de interpretação e compreensão da narrativa por parte do público. Neste cenário, os profissionais e instituições devem almejar e direcionar esforços para que o encontro do público com o bem musealizado aconteça.

Nesse sentido, as pesquisas de recepção, baseadas em métodos eficazes e que possibilitem observar diferentes perspectivas, seja sobre o perfil do público ou sobre o êxito dos métodos expográficos aplicados, tornam-se cruciais para o cumprimento da função social dos museus. Ao implementar uma cultura de avaliação, como atesta a Museóloga Marília Xavier Cury (2005), as instituições, através de estratégias próprias, aprimoram seu fazer e qualificam suas atividades.

2.2 Curadoria sob o véu das Artes e da Museologia: aproximações e distanciamentos

A respeito do conceito de curadoria, bastante estimado para o desenvolvimento da monografia, autores como Ulpiano Bezerra de Meneses (1986), André Desvallées e François Mairesse (2013), Maria Cristina Bruno (2008) e Marília Xavier Cury (2005), compreendem a curadoria como estudo sobre uma coleção, e o curador especializado, como o estudioso dessa coleção. Outra vertente museológica entende o processo curatorial como aquele que envolve todas as atividades direcionadas ao objeto ou coleção, partindo de sua aquisição, passando pela pesquisa, conservação, documentação e, por fim, pela comunicação que pode se dar através das exposições e/ou das ações educativo-culturais.

Tal processo não deve ser compreendido como algo linear, pois, embora entendido como cadeia operatória, deve ser encarado como algo cíclico, uma vez que todas as etapas são interdependentes, constituindo um integrado sistema de troca (CURY, 2009). Todavia, trabalhar com curadoria em arte requer considerar suas peculiaridades o que, como explicita Maria Amélia Bulhões (2014), significa observar a multiplicidade de agentes que transitam por esse meio. Críticos, historiadores da arte, revistas e galeristas dialogam entre si, compondo o que se compreende como Sistema da Arte que, somado às instituições museológicas, definem os padrões, bem como, fomentam a produção, comunicação e consumo de eventos e peças por eles reconhecidos como arte.

Nessa perspectiva, para compreender o campo das Artes e, sobretudo, o processo de curadoria das exposições de Arte, é preciso ter em mente de que se trata de um território com

princípios predeterminados: ambiente de convenções que determinam o que é arte, bem como, sua apresentação. Nesse sentido, a autora aponta que as instituições têm o poder de manter e renovar “os rituais, estabelecendo discriminações e hierarquizações dentro do variado universo das atividades artísticas” (BULHÕES, 2014, p. 18).

A curadoria, para o campo da Arte, por possuir seu caráter independente¹³ tende a se direcionar para ações de comunicação, onde o curador tem como foco as exposições e ações educativo-culturais. Dito de outra forma: quando de autoria independente (como no caso da exposição estudada) a curadoria no campo da Arte equivale a extroversão do conhecimento, um dos níveis finais do processo curatorial. Para Cauê Alves (2010) a figura do curador se apresenta como aquele que preza pelo trabalho de arte, defendendo os interesses dos artistas, planejando, monitorando e coordenando exposições. Para ele, o curador tem autonomia a respeito do que será exposto, da mesma forma sobre como será exposto, entretanto, assinala que este deve fazer “uso público da sua reflexão” (2010, p.45), de forma a não cercear as possibilidades de leitura do público. O autor destaca que os elementos secundários não devem, entretanto, invadir a obra. Cabe, sob certos aspectos, considerar que muitos artistas, curadores e museus de Arte acabam propondo que a obra ou as obras falem por si, fato que pode ser problemático, uma vez que isso descarta a utilização de elementos contextualizadores, sejam eles legendas ou demais suportes que auxiliem a fruição dos indivíduos.

¹³ Hans Obrist (2014) utiliza o termo para identificar aqueles profissionais que atuam de maneira autônoma, sem vínculo permanente com instituições ou coleções.

Tal perspectiva que vê o espaço como possível competidor e por isso busca sua neutralização, liga-se ao conceito de cubo branco. Como cânone expositivo, esse modelo propõe que a contemplação é capaz de levar à fruição, o que direta ou indiretamente, sacraliza o objeto, colocando o visitante, muitas vezes, em posição de culto. Diversas instituições, desde o século XX, vem utilizando e entendem este paradigma como o ideal para expor arte, com a intenção de criar um espaço pretensamente neutro, que se afaste do cotidiano.

Tal modelo expositivo ainda se apresenta como o mais comum nas exposições de arte contemporânea. Contudo, o crescente desenvolvimento de estudos empíricos e teóricos questionam essa proposta expográfica, uma vez que ao suprimir informações complementares, pode haver negligenciamento daqueles públicos que por diversas questões, necessitam de mais informações sobre a obra e/ou artista. Tais recursos detém o potencial de aperfeiçoar a experiência, pelo uso de textos introdutórios, textos de núcleo ou mesmo através de estímulos sensoriais diversos, corroborando, desta forma, com a autonomia do visitante.

É significativo pontuar que a expografia de uma exposição é compreendida como o resultado de uma série de procedimentos que devem se interligar, devendo ser pensada de maneira acessível, baseada em uma expologia coerente que busque dialogar com os mais diversos públicos. A expografia trata-se, segundo Cury (2005), do formato visual da exposição, possui base teórica e envolve metodologias e planejamento para sua concepção. Enquanto a expologia se refere ao conteúdo e a mensagem que se ambiciona comunicar pela exposição,

englobando a natureza comunicacional e educacional da mesma¹⁴.

Visando criar proximidade entre o público e a arte, Cauê Alves (2010) aponta para a atribuição social da curadoria ao destacar, por exemplo, que os textos curatoriais possuem importante função para a compreensão do público não familiarizado. A partir de tal postura, Alves elucida a importância da contextualização das obras nas exposições e de como elementos de apoio contribuem para a desmistificação e preconceitos que cerceiam a arte, sobretudo, contemporânea.

Embora muitos profissionais possuam posturas mais democráticas frente à arte e sua disseminação, segundo Ana Albani Carvalho (2012), existem curadores que veem o didatismo como algo negativo, quase como se o público tivesse o compromisso de possuir base prévia para desfrutar da arte. Desta forma, ao delegar a responsabilidade da fruição, diante da multiplicidade de indivíduos, o curador e instituição podem contribuir para a exclusão e afastamento destes. Diante disso, Rejane Cintrão (2010) assinala que uma das missões mais urgentes e, ao mesmo tempo, mais desafiadoras, trata-se de oferecer a possibilidade de apreensão da proposta expositiva, fato que por sua vez, requer inovações e revisão de normas.

¹⁴ Cabe ainda diferenciar o conceito de expografia do conceito de museografia. Esta última corresponde ao aspecto prático da Museologia, ou seja, trata-se da aplicação do conhecimento teórico nos processos que compreendem a administração do museu, direcionada às questões de salvaguarda (conservação preventiva, restauração, documentação) e incluindo questões referentes à comunicação (exposição e educação). Desta forma, a expografia pode ser compreendida como uma das etapas da museografia, uma vez que está ligada à comunicação através do planejamento do *design* de exposições (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Com essa perspectiva dialógica, Moacir dos Anjos (2011) se utiliza da arte contemporânea para explicitar sua percepção sobre a questão: da mesma forma que a arte contemporânea possui uma infinidade de possíveis leituras, sendo ressignificada de maneira única por cada um, uma curadoria promissora é aquela que, partindo da obra, destaca seus sentidos pela sua contextualização, oferecendo ao público a possibilidade de com ela promover variados diálogos.

Apesar do conceito de curadoria ser peculiar em cada campo, essas perspectivas não se anulam. É inegável que existam dificuldades empíricas em equilibrar as distintas visões de diferentes agentes que se relacionam dentro campo cultural, fato que, por vezes, torna o ambiente de trabalho um espaço de embates fervorosos. É notável, da mesma forma, que no interior de uma mesma área do conhecimento algumas concepções contrastem, no entanto, consideramos que tais dissonâncias podem corroborar para ampliar os debates sobre a temática da curadoria de exposições de arte, enriquecendo as discussões.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer reflexões frente à análise expográfica da exposição *Áspera Melodia: Carlos Asp 70 anos*, observou-se que a Pinacoteca Ruben Berta não possui setor específico para planejamento de exposições, sendo que o quadro de profissionais e estagiários os responsáveis por tal demanda. No caso da exposição estudada, houve o convite da instituição para que a curadora convidada, de forma independente, propusesse e executasse o projeto, nesse sentido, ela optou por seguir o modelo cubo branco já comum à instituição.

Na sala principal encontrava-se o texto de abertura da mostra, que apresentava o artista e seu trabalho, de forma poética. Quanto às legendas, estas seguiam o parâmetro comum utilizado em exposições de arte, contendo nome do autor, data, título, materiais utilizados e procedência (do acervo da instituição, empréstimo ou doação), tratando-se, portanto, de informações técnicas. Todavia, frente às evidências de estudos anteriores sobre a baixa proximidade que o público normalmente possui com relação à arte contemporânea, a disponibilização de informações técnicas e intrínsecas à obra poderiam ser acrescidas às legendas de caráter ampliado, isto é, com informações mais pontuais e contextualizadoras sobre o trabalho, tal como uma nota do artista sobre a obra ou alguma curiosidade sobre o processo de criação artística.

Somado a este fator, notou-se que não eram todas as obras que acompanhavam legendas, bem como, verificou-se que o tamanho reduzido e a localização das mesmas poderia dificultar ou impedir sua leitura. É importante pontuar que para que as legendas cumpram seu intuito informativo, estas devem considerar os eventuais limites físicos e sensoriais dos indivíduos: tipografias rebuscadas, letras diminutas e com baixo contraste entre cores, podem acabar por afetar negativamente o acesso daqueles que apresentam baixa visão. Da mesma forma, distâncias exageradas, que impedem a aproximação, formam obstáculos para pessoas utilizando cadeira de rodas ou uma pessoa idosa, dado a pouca ou nenhuma mobilidade.

As obras da exposição foram agrupadas por características similares, no entanto, ainda que o texto de abertura destacasse este fato, legendas não foram disponibilizadas apontando o período que cada trabalho fora feito, além disso, trabalhos que eram formados por partes desprendidas, não foram indicados.

Neste caso, os textos de grupos ou o uso de algum elemento audiovisual poderiam contribuir para a comunicação discursiva, dado que propõem apontar os sentidos acerca da eleição do conjunto, informando e instigando o diálogo.

Diante do que foi apresentado, alguns pontos levantados pela análise expográfica e pelo estudo de público apontaram que a ausência de elementos de apoio pode prejudicar a contextualização e fruição do visitante. A exemplo disso, 57,8%, dos visitantes pontuaram que a presença de legendas que trabalhem para além de informações intrínsecas à obra (como medidas e ano de produção), de forma contextualizada, são muito importantes para a fruição. Nesse sentido, 48% dos respondentes apreciam ter acesso a informações sobre o artista e seu processo de trabalho. Com relação à formação do público, notou-se que 69% dele não possuía proximidade com o ambiente museológico ou artístico, o que evidencia a necessidade da instituição considerar a heterogeneidade de públicos e propor uma configuração que abarque pessoas oriundas de diferentes contextos.

A respeito da autonomia durante sua visita, 62,7% dos entrevistados responderam que sem o auxílio do mediador não seria possível compreender seu conteúdo. É importante considerar que limitar o público à interferência de outros agentes, como, por exemplo, os mediadores, faz com que se comprometa a autonomia. Não são todos os visitantes que se sentem confortáveis, ou mesmo que gostam de receber mediação e estes têm o mesmo direito de fruição.

É necessário salientar que não se pretende menosprezar as ações educativo-culturais nem a figura do mediador, pois estes são essenciais para a dinamização do conhecimento. O que se propõe é a reflexão acerca da dependência dos visitantes que, em

muitos casos, permanecem submissos à presença destes, visto que devem atuar como uma possibilidade e não como elemento obrigatório para que a narrativa seja compreendida.

À vista disso, 69% dos visitantes não eram próximos ao ambiente museológico e artístico quanto a sua formação, pontuando assim, a necessidade de reflexão sobre como propor diálogos entre os diferentes tipos de público com a arte contemporânea. A tendência de muitas instituições é direcionar-se a seus pares e, conseqüentemente, parte do pressuposto que todos possuem o mesmo grau de instrução. Tal postura pode reforçar preconceitos em relação à arte contemporânea, afastando públicos em potencial e comprometendo o viés educativo que o museu possui.

A investigação apontou, nesse sentido, que 52 dos 102 visitantes da exposição *Áspera Melodia: Carlos Asp, 70 anos* possuíam curso superior em andamento ou finalizado, havendo 32 deles com pós-graduação e 18 pessoas que concluíram o ensino médio. Problematisa-se assim, a ausência e escassez, respectivamente, de visitantes correspondentes ao nível fundamental e médio, uma vez que dados oficiais apontam que somente 16,5% dos adultos possuem formação superior (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2018). Em teoria, os museus são por excelência ambientes de acesso universal e democrático, entretanto, o que se nota na prática, é que os indivíduos com maior instrução escolar constituem o público dominante nestes espaços.

Discutir comunicação museológica é tratar sobre trocas e negociações, a respeito de percepções e sentidos que o patrimônio possui para a instituição e para a sociedade. Os objetos não emanam organicamente seus significados e, por isso, é pela comunicação que o diálogo ocorre, socializando a proposta do artista, do curador, da instituição somada à recepção do

público. Frente a isso, a comunicação museológica acontece quando a mensagem proposta chega ao público e, a partir dele, ganha novas configurações, tornando-se necessário amparar aqueles que não são familiarizados a partir de referenciais.

A pesquisa nos aponta que é urgente que os profissionais e instituições compreendam a necessidade de oportunizar acesso e proximidade dos diferentes sujeitos com a arte, rompendo alguns paradigmas históricos e ampliando seus públicos. A inclusão de materiais de apoio na expografia, cria um ambiente receptivo, onde mais que meramente transmitir uma mensagem pronta, proponha comunicar e dialogar, de forma a incluir novos públicos aos museus de arte, integrando aqueles que por muito tempo foram afastados destes espaços culturais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. *Estatísticas Sociais*, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem> Acesso em 04 de ago. 2021.

ALTSCHULER, Bruce. Curadoria, exposição e educação no museu de arte. In: REBOLLO GONÇALVES, Lisbeth. *Sobre museus: conferências*. São Paulo: MAC USP, 2010

ALVES, Cauê. A curadoria como historicidade viva. In: *Sobre o ofício do curador*. São Paulo: editora Zouk, 2010.

ANJOS, Moacir dos. In: TEJO, Cristina (coord.). *Panorama do pensamento emergente*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BULHÕES, Maria Amélia. *As novas regras do jogo: o sistema da arte no Brasil*. Porto Alegre: Zouke, 2014.

BLANCO, Angela García. *La exposición, um medio de comunicación*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria - os caminhos do enquadramento e extroversão da herança patrimonial. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, p.15-23, 2008.

CARVALHO, Ana Maria Albani de. A Exposição como dispositivo na Arte Contemporânea: Conexões entre o técnico e o simbólico. In: *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 2, p.47-58, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12654/11056>. Acesso em 05. fev. 2019.

CASTILLO, Sonia Salcedo del. *Cenário da arquitetura da arte – montagens e espaços de exposições*. Coleção Todas as artes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CINTRÃO, Rejane. As montagens de exposições de arte: dos salões de Paris ao MoMA. In: *Sobre o ofício do curador*. São Paulo: editora Zouk, 2010.

CUNHA, Marcelo Bernardo. A exposição museológica como estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. *Revista Magistro*. n.1, v.1, p. 109-120, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1062/624>. Acesso em 18 det. 2019.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DAVALLON, Jean. Comunicação e sociedade: pensar a concepção da exposição. In: BENCHERIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano e MAGALHÃES, Aline Montenegro (Org.). In: *Museus e comunicação: exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 21-34, 2010. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=19629>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. São Paulo: Armand Colin, 2013.

FERNÁNDEZ, Luiz Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel García. *Diseño de exposiciones: concepto, instalación y montaje*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, v.2, p.9-42, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 02. ago. 2019.

PINACOTECAS POA. *Registro Exposição Àspera Melodia: Carlos Asp, 70 anos*. 2019. Fotografia. Disponível em: <https://www.pinacotecaspoa.com/copia-aspera-melodia-carlos-asp-7>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ZENERE, Alejandra Panozzo. *Se contempla se experimenta: Modos de comunicar del museo de arte contemporâneo*. 1ª ed. Rosario: UNR Editora, 2018.

CAPÍTULO 12

PREMISSAS DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO DIGITAL

Virgínia Vendramini

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

1 INTRODUÇÃO

O momento contemporâneo, com o efeito da evolução tecnológica, redesenha a sociedade alterando seus padrões. O alto grau de adesão às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente arquivístico, estimula novas perspectivas reconfigurando campos de estudo, e conduzindo ao desenvolvimento de novas medidas para aplicação de seus métodos (ARAÚJO *et al.*, 2015).

O mercado de trabalho do profissional de arquivo está cada vez mais incorporado ao novo ambiente informacional, onde a perspectiva é que “[...] os documentos já nascerão eletrônicos, mas há, e haverá, um inevitável legado. E a gestão organizada já é a chave para todos os processos.” (RIBEIRO; RACHID, 2010, p. 8). Sendo assim, para assegurar a longevidade das ações que permeiam a criação e a acumulação dos documentos arquivísticos em ambientes digitais, é fundamental explorar e otimizar as aplicações arquivísticas em sistemas e plataformas, a fim de viabilizar sua adequada “[...] gestão e garantir sua preservação e acesso a longo prazo.” (INDOLFO, 2007, p.41).

Infere-se que Gestão de Documentos (GD) arquivísticos constitui-se como estratégia essencial aos ambientes

administrativos ao abordar o emprego de métodos congruentes que garantam a organização e a preservação das informações presentes nos documentos. Destarte, a assertividade dos posicionamentos teóricos da Arquivologia no ambiente digital aponta prescindir de compreensão mínima do corpo teórico, da linguagem e das perspectivas da Ciência da Computação, no intuito de alcançar o melhor desempenho entre as duas áreas, frente às possibilidades propostas pelas Tecnologias da Informação (TI).

Com a propagação do uso das TIC no desenvolvimento de ambientes informacionais, os novos formatos digitais tendem a crescer exponencialmente. A situação faz despontar a necessidade de ferramentas imprescindíveis no tocante à produção, disseminação e consumo da informação. Tal ótica justifica a investigação sobre a aplicabilidade das estruturas formais da gestão arquivística em ambientes digitais.

Diante de tal cenário, a partir uma pesquisa exploratória por meio de um levantamento bibliográfico explorar as atividades concernentes à GD, a fim de identificar os elementos que seriam investigados, e propor uma aproximação, tendo como perspectiva os ambientes digitais.

Assim, para assegurar a longevidade aos documentos arquivísticos eletrônicos e digitais, faz-se necessário explorar e otimizar as aplicações arquivísticas no ambiente digital, de modo a viabilizar sua adequada gestão e garantir sua preservação e acesso a longo prazo.

2 GESTÃO DE DOCUMENTOS: PRIMAS TEÓRICOS

Os arquivos como apoio ao gerenciamento produtivo

resguardam as informações nos fluxos de trabalho, garantindo a preservação da unidade informacional para as comunicações desencadeadas pelo processo, ou seja, vinculam as ações que deram origem aos fluxos operacionais das organizações, de maneira a embasar as tomadas de decisões e intervir em questões relacionadas ao processo de produção e uso das informações (THOMASSEM, 2006).

Na compreensão da Arquivologia, compete a GD a definição de normas e procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, classificação, avaliação, uso e arquivamento dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, além de definir prazos de guarda e destinação final dos documentos (BERNARDES; DELATORRE, 2008; BRASIL, 2005). Assim, encontra-se o propósito essencial do acesso e da recuperação das informações arquivísticas, garantindo o uso e o reuso das informações contidas no acervo documental de forma precisa e ágil (PAES, 1997).

Compreende-se que a Arquivologia contemporânea enfrenta desafios no tocante à representação da informação e a aplicação de técnicas e o desenvolvimento de políticas efetivas para a manutenção e conservação dos acervos arquivísticos digitais (THOMAZ, 2006), a fim de desenvolver maior habilidade nas atividades da Gestão de Documentos no âmbito da organização, recuperação e compartilhamento da informação na Web.

Como decorrência de tal momento, observa-se que as organizações padecem com a multiplicidade de tecnologias disponíveis com as quais os princípios e técnicas da gestão de documentos acabam deixados em um segundo plano, observando que apenas o uso primário dos documentos e sua

operacionalização são considerados como emergenciais (INARELLI, 2011).

Ao refletir acerca da GD fundamentalmente volta-se para três das sete funções arquivísticas: Classificação, Avaliação e Descrição. No meio digital, “Há transformações em todas as sete funções, as quais acarretam facilidades e desafios aos profissionais do arquivo.” (SANTOS; FLORES, 2016, p. 166).

Contudo, as funções arquivísticas, por expressarem os nichos de saberes e fazeres arquivísticos que permeiam as atividades desenvolvidas na área, instigam a analisar sua aplicabilidade no contexto dos ambientes digitais, a fim de visualizar possíveis aproximações e usos.

3 PREMISSAS TEÓRICAS ARQUIVÍSTICAS APLICADAS NO AMBIENTE DIGITAL

Ao contextualizar o saber e fazer arquivístico frente às estratégias aplicadas no ambiente digital explora-se as atividades relativas às premissas teóricas arquivísticas, indicadas aqui como: Classificação, Avaliação e Descrição. O presente capítulo não esgota as possibilidades de investigação, mas procura desencadear uma reflexão acerca de uma nova agenda de investigação.

3.1 Classificação e Taxonomia

Documentos de arquivo, registros derivados de atividades humanas, têm suas características delimitadas por suas especificidades. Sua compreensão e manutenção são “[...] representadas pelas *relações entre os documentos*, é um dos elementos mais destacados nas pesquisas que estudam a questão

da autenticidade dos documentos digitais.” (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013, p. 132, grifo nosso).

A classificação de documentos tem como propósito integrar os documentos individuais aos seus conjuntos, assim, sua função é exercida por meio das atividades de criação e utilização do plano de classificação de documentos, que parte da “[...] análise dos documentos produzidos frente ao arquivo corrente, sendo esta uma das formas de organização hierárquica.” (SANTOS; FLORES, 2016, p. 169).

Para a GD nos ambientes digitais, um dos métodos possíveis à aplicação do Plano de Classificação de arquivos é a Taxonomia, a qual por definição, pode ser entendida como classificação hierárquica e sistemática. No campo da Taxonomia “[...] O que se representa são os diversos aspectos (fenômenos, objetos etc.) que ocorrem naquele campo de saber.” (CAMPOS, 2007, [n. p.]). Com estas perspectivas, a GD em ambientes digitais depara-se, concomitantemente, com os objetivos da classificação de preservar o elo arquivístico, ou seja “[...] fundamentar a avaliação e a descrição e possibilitar a recuperação da informação contida nos documentos de arquivo.” (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017, p. 132).

Há muito o que se investigar com relação aos métodos e procedimentos capazes de prover o processo de identificação e organização de documentos de arquivos, que estejam aptos a incorporar a representação e estruturação lógica almejada pela classificação arquivística em ambiente digital.

3.2 A Avaliação Arquivística e seus Desdobramentos

A avaliação, dentro do universo teórico metodológico da Arquivologia, surge como um processo de análise e seleção

referente ao uso dos documentos de arquivo, buscando estabelecer os prazos de guarda relativos ao valor primário dos documentos.

A avaliação encontra-se no cerne da GD visto que o principal instrumento derivado da função arquivística, a Tabela de Temporalidade de Documentos, vai respaldar o que se mantém e o que se elimina em um acervo, racionalizando o ciclo de vida dos documentos (SANTOS; FLORES, 2016), e subsidiando as ações que visam a eficiência, a eficácia e a economia propostas pela GD.

No meio digital, devido a sua própria natureza, observa-se a proliferação de documentos de arquivo, que por sua baixa materialidade tende a iludir seu produtor quanto ao seu caráter inofensivo. De fato, o “lixo eletrônico” além de onerar a capacidade de memória dos sistemas de informação, pode ser um grande inconveniente para a busca e recuperação da informação. A avaliação de documentos, cumpre a função de descartar os documentos que já não são mais oportunos para as atividades das organizações.

Desta forma, os critérios de avaliação devem ser elencados com base na visão crítica dos possíveis usos da informação arquivística. Tais aspectos levam a considerar que a tecnologia, por si só, pode não ser capaz de garantir o feito necessário, demandando assim um esforço cognitivo da área em busca de entendimentos e soluções.

3.3 A Descrição e o Ambiente Digital

A descrição apresenta-se como função-chave no que diz respeito à representação das informações de arquivo e suas possibilidades de acesso. A descrição, enquanto função arquivística, antevê e disponibiliza os dados essenciais para que

sejam elaborados instrumentos de pesquisa, propiciando por meio de seus resultados a comunicação e a consulta aos arquivos (RODRIGUES, 2003).

O documento de arquivo em ambiente digital, quando sem uma documentação que o descreva, tem a compreensão de sua informação ou dado armazenado, restrita possivelmente apenas de seu produtor.

Neste sentido, pondera-se que os

Dados armazenados somente são úteis quando inseridos em um contexto conhecido e bem especificado. A documentação que descreve o dado armazenado é denominada metadado e é essencial a plena utilização dos recursos disponíveis. (BARRETO, 1999, p. 16).

Os metadados representam um importante elemento descritivo que emerge como campo de estudo juntamente com a evolução das tecnologias da informação e o surgimento massivo de documentos em ambientes digitais (SANTOS; FLORES, 2016).

Tomando como prisma o documento arquivístico digital, a

[...] descrição deve ser considerada na implementação de softwares e na escolha por padrões de metadados que estejam em conformidade com as normas de descrição, seja a ISAD(G) ou suas adaptações. (SANTOS; FLORES, 2016, p. 170).

Para culminar, metadados têm o potencial de atestar a autenticidade e integridade do conteúdo verificado, indicar e analisar as relações estruturais internas e externas ao objeto e ordenar diversos pontos de acesso específicos para usuários distintos (CAMPOS, 2007).

A descrição aplicada em Sistemas de Informação, por meio

da atribuição de metadados aos documentos, faculta a identificação de características físicas e de conteúdo, de maneira a viabilizar a recuperação das informações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate revisitou a literatura científica da área, em busca de aprofundamento teórico relativo às teorias e métodos alicerçados da gestão de documentos arquivísticos, o que resultou no destaque de três das sete funções Arquivísticas, a saber: Classificação, Análise e Descrição, sendo esta tríade o clássico “coração das práticas arquivísticas”.

Reafirma-se a Arquivologia como uma área que propicia o desenvolvimento e a aplicação de Teorias, princípios, metodologias e práticas voltadas à tornar o informação produzida ou recebida no decorrer das atividades e relações estabelecidas pelas organizações e/ou indivíduos acessível, seja por meio da organização, ou propiciando ferramentas que preconizam sua disponibilização e recuperação.

Outrora, nota-se que há um caminho a ser percorrido no que se refere à necessidade de uma proximidade entre os posicionamentos teóricos da área com o corpo teórico e as práticas da Ciência da Computação, para que haja um desempenho e uma troca de experiências entre as duas áreas.

Sem dúvida, faz-se necessário que as indagações e posicionamentos destacados na presente pesquisa sejam apenas o primeiro passo para o desenvolvimento de novas discussões que possibilitem que a Arquivologia uma contínua renovação, para a construção de novas propostas e conhecimentos.

Demonstra-se que a diligência e o aprofundamento teórico por parte do profissional de arquivo é uma constante, a fim de propiciar o entendimento de como a GD poderá interagir no ambiente digital. Assim, acredita-se que as temáticas relacionadas na presente pesquisa propiciarão uma gama de conhecimentos essenciais e pertinentes às atividades correlatas à área da Arquivologia, que poderão ser disseminadas por meio de futuras publicações e debates, com o intuito de estimular profissionais arquivistas a desenvolverem conhecimentos que os capacite ao novo contexto de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudialyne da Silva *et al.* O Papel Social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. *Ciência da Informação em Revista*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 53-61, mar. 2015.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 232 (Publicações Técnicas; 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

BARRETO, Cássia Maria. *Modelo de metadados para a descrição de documentos eletrônicos na Web*. 1999. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Sistemas de Computação) - Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.comp.ime.eb.br/pos/arquivos/publicacoes/dissertacoes/1999/1999-Cassia.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de

São Paulo, 2008.

CAMPOS, Luiz Fernando de Barros. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. 23, 2007.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. *RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 9, n. 1, p. 72-87, 2011.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

RIBEIRO, Claudio; RACHID, Pedro. Experiência Dataprev. In: DATAPREV. *Caderno de debates* n. 7: Gestão de Conteúdos Empresariais e Corporativos. Brasília: Dataprev, abr. 2010. p. 9-11. Disponível em:
http://portal.dataprev.gov.br/sites/default/files/arquivos/publicacoes/ecm.pdf?fbclid=IwAR2A8KtIYcczxi664yI6IWAnMuTrb-tYmKPwT_XSXA9oIpc0MX4OsVcTzrc. Acesso em: 22 mar. 2021.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (orgs.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2. p. 210-230.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. O documento digital no contexto das funções arquivísticas. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, p. 165-177, 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, v. 11, n. 4, 2017.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

CAPÍTULO 13

OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO

Nádia Dévaki Pena Garcia

Ana Célia Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual se caracteriza por uma maior complexidade das ações governamentais, o que gera um crescimento constante na produção de documentos. Esses documentos contêm informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão da administração e garantir direitos e deveres, o que faz com que a demanda por essas informações esteja, também, em constante crescimento. Esse fator, combinado à incessante evolução das tecnologias de informação, demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas para a gestão de documentos, as quais asseguram o acesso à informação, a racionalidade e eficiência na administração e a transparência dos atos da gestão pública.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que "compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 1988). Esse

preceito constitucional estabeleceu as bases para a publicação da Lei Nacional de Arquivos (BRASIL, 1991), como ficou conhecida, que define que a Administração Pública deverá franquear a consulta aos documentos públicos. Nesse contexto legal fundamentou-se a aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011), com o propósito de regulamentar o acesso a informações no âmbito da administração pública brasileira, sendo seus dispositivos aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Embora a transparência e o acesso à informação já estivessem previstos como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição Federal e em outros atos normativos anteriores¹⁵, a LAI se destaca pelo seu princípio basilar, que reconhece o direito amplo à informação, no qual documentos e informações produzidas e conservadas pelo Estado brasileiro constituem bem público, e como tal, devem ser preservados e ter seu acesso garantido à sociedade.

Dessa forma, verifica-se que o efetivo atendimento aos dispositivos da LAI depende da recuperação e acesso aos documentos públicos, uma vez que neles são registradas as informações produzidas, recebidas e acumuladas pelos órgãos e entidades da Administração Pública no exercício de suas funções e atividades. São instrumentos essenciais para a tomada de decisões, para a garantia e comprovação de direitos individuais e coletivos, além do registro da memória coletiva, e sua gestão e guarda compete aos arquivos públicos (BERNARDES, DELATORRE, 2008).

¹⁵ Os referidos direitos estavam previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (BRASIL, 2000) e na Lei da Transparência (BRASIL, 2009).

Ana Célia Rodrigues (2013) salienta que é fundamental repensar o papel representado pelos arquivos públicos para a sociedade brasileira hoje.

É necessário dotar os arquivos de condições que garantam seu adequado funcionamento e as administrações públicas de instrumentos de gestão de documentos que permitam o acesso pleno às informações por ela produzida e acumulada no exercício de suas funções. (RODRIGUES, 2013, p. 71)

Nos municípios brasileiros essas questões são ainda mais sensíveis, pelas peculiaridades que envolvem a formação e organização dos órgãos dessa esfera de governo, as quais se refletem nos documentos que eles produzem, e que formarão os acervos dos Arquivos Municipais.

É importante ressaltar que os arquivos públicos brasileiros “[...] permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Carecem de institucionalidade no âmbito da administração e conseqüentemente encontram-se ausentes das políticas públicas” (CONARQ, 2012, p.84).

Esse quadro vem dificultando o acesso à informação, além de provocar o acúmulo desordenado de documentos, razão pela qual no cerne da discussão sobre a qual esta pesquisa se debruça estão os municípios e os arquivos municipais. Esse contexto orientou a definição do objetivo geral da pesquisa, que foi desenvolver estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como requisito para aplicação da LAI.

Trata-se de resultado de pesquisa defendida como TCC de Arquivologia em 2017, desenvolvido com bolsa do Programa de

Iniciação Científica PIBIC/UFF/CNPq 2016-2017, recorte temático do projeto de pesquisa “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio”, financiado pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado 2015 - FAPERJ, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues e que integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa, que se insere no campo teórico da Arquivologia, se propôs a investigar questões ligadas à implementação de procedimentos de gestão de documentos, à atuação dos arquivos municipais e ao atendimento à LAI nos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi instituída pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. É a segunda maior área metropolitana do Brasil, composta pelos municípios de Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Sua expressividade econômica, política e social dentro do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil faz com que seja ainda mais relevante a observação do panorama do acesso à informação nessa região.

A metodologia utilizada alia uma dimensão teórica a uma

aplicada. Do ponto de vista teórico foram estudados os fundamentos teóricos relacionados aos arquivos municipais e às políticas públicas arquivísticas. Na dimensão aplicada, investigou-se de que forma estes parâmetros são atualmente executados no âmbito das Prefeituras Municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através de análise de suas páginas eletrônicas institucionais e Portais da Transparência.

A pesquisa foi realizada a partir das informações disponíveis na internet, e também obtidas através de Requerimento de Acesso à Informação protocolado nos Sistemas Eletrônicos do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), quando disponíveis. Buscou-se identificar nos Portais da Transparência e páginas eletrônicas institucionais das Prefeituras dos municípios da RMRJ informações relativas aos arquivos, orientações para o acesso aos documentos, publicação e implementação de políticas arquivísticas e legislação arquivística, procedimentos e instrumentos de gestão de documentos, além de analisar os textos das Leis Orgânicas destes municípios, em busca de menções aos arquivos, documentos e patrimônio arquivístico. Analisou-se também como se dá o acesso à informação através da web nesses municípios, tendo sido analisados os Portais da Transparência e páginas eletrônicas institucionais das Prefeituras quanto ao cumprimento às determinações da LAI.

2.1 Menções aos arquivos nas leis orgânicas dos municípios

Foram analisadas as leis orgânicas dos municípios, em busca de menções aos arquivos, documentos, patrimônio arquivístico, etc. A figura do Arquivo Público Municipal (ou instituições correlatas) aparece em oito textos legais. Entretanto, embora tenham sido previstos nos textos das leis, constatamos

na pesquisa a existência de somente cinco Arquivos Públicos Municipais, o que demonstra que, no que tange à criação de instituições de arquivo, essas determinações não saíram do papel. Além disso, verificamos que a maior parte das ocorrências são relacionadas à característica de patrimônio histórico e cultural dos documentos, e à necessidade de sua proteção e preservação; ou à garantia dos direitos dos cidadãos, como o de receber certidão e a proibição ao município em recusar fé aos documentos.

2.2 Política municipal de arquivos e legislação arquivística

A implementação de uma política municipal de arquivos é fundamental para a gestão de documentos, a preservação e institucionalização dos arquivos municipais. Nessa perspectiva, procuramos identificar a existência dessa política no âmbito dos municípios da RMRJ. Verificou-se que o Rio de Janeiro foi o único município que possui, de fato, uma política municipal de arquivos instituída, promulgada pela Lei nº 3.404, de 05/06/2002.

2.3 Comissão de Avaliação de Documentos

Foi investigada a existência de Comissão de Avaliação de Documentos ou Comissões Setoriais de Arquivos nas secretarias das Prefeituras Municipais. No Rio de Janeiro, está prevista na Política Municipal de Arquivos a criação de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos para cada órgão e entidade da Administração Pública Municipal. O município de Mesquita dispõe de uma Comissão Permanente de Gestão Documental, criada pela Portaria nº 427/2017. Em São Gonçalo, duas comissões semelhantes foram localizadas. A Secretaria Municipal de Administração - SEMAD possuía uma Tabela de Temporalidade de Documentos, aprovada pelo Decreto nº

54/1994. A Portaria nº 352 de 2003 publicou a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo para reformulação dessa TTD. Já na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Decreto nº 147 de 26 de maio de 2008 criou a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo, com prazo de 90 dias para elaborar o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria.

2.4 Instrumentos de gestão de documentos

Com relação à existência desses instrumentos no âmbito dos municípios da RMRJ, foram localizadas informações somente em três municípios: Mesquita, onde foi publicado o Decreto nº 985 de 15 de março de 2011, que dispõe sobre as normas e procedimentos de protocolo, documentação e Arquivo Público Municipal; Rio de Janeiro, onde existe Manual de descrição, guarda e destinação de documentos, porém não localizamos tabelas de temporalidade ou planos de classificação de documentos; e São Gonçalo, onde o Decreto nº 309 de 06 de dezembro de 2007 aprovou a tabela de temporalidade da Secretaria Municipal de Administração, e o Decreto nº 232, de 11 de agosto de 2008 aprovou a tabela de temporalidade das secretarias das unidades escolares municipais.

2.5 Arquivo Público Municipal

Foram investigados nos portais eletrônicos institucionais das Prefeituras estudadas, informações sobre a existência dessas instituições arquivísticas e sua atuação como órgãos gestores das políticas públicas arquivísticas. Essa busca, no entanto, obteve poucas respostas positivas, considerando que em apenas cinco foram localizadas menções aos Arquivos Públicos Municipais, em um universo de vinte e um municípios: Itaboraí, Itaguaí, Mesquita,

Tanguá e Rio de Janeiro, que possui o Arquivo Municipal mais estruturado entre os cinco, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, cuja fundação remonta ao antigo Arquivo da Câmara Municipal, criado em 1567 quando da refundação da cidade do Rio de Janeiro.

2.6 Páginas eletrônicas institucionais

Verificou-se que todas as Prefeituras Municipais analisadas possuem um Portal de Transparência, disponibilizando informações sobre finanças, licitações, contratos, remunerações, Plano Plurianual, prestação de contas, entre outros. Com isso, nota-se a preocupação com o atendimento aos dispositivos legais relacionados à transparência administrativa, mais especificamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação. No entanto, a análise aos dados sistematizados indica que somente os portais da transparência das Prefeituras Municipais de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro atendem a todos os requisitos da LAI, o que demonstra que mesmo o atendimento mínimo à legislação não foi observado em cem por cento dos casos. Além disso, a análise demonstrou que apenas os portais do município de Itaguaí e do Rio de Janeiro disponibilizam rol das informações classificadas, nenhum dos portais apresenta rol de documentos classificados e todos apresentam estatísticas de atendimento, porém, somente quantitativas, sem informações genéricas sobre os solicitantes, conforme determina o art. 30 da LAI (BRASIL, 2011). Isso demonstra que, embora haja uma preocupação com o atendimento à legislação aplicável, o acesso às informações públicas (e aos documentos públicos) pelos cidadãos não acontece de fato.

2.7 Regulamentação da LAI nos municípios

Foi investigada a existência de legislação de regulamentação local da LAI no âmbito dos municípios da RMRJ. Até o momento da realização da pesquisa (dezembro/2017), 57% dos municípios ainda não haviam publicado sua legislação de regulamentação da LAI, parcela composta pelos municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Nilópolis, Paracambi, Rio Bonito, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá.

2.8 Existência de SIC e/ou e-SIC

Foi analisada a existência de Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e de Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), prevista nos artigos 9 e 10 da LAI. Com relação à existência de SIC presencial verificamos que Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Tanguá dispõem desse serviço, perfazendo 57% do total de municípios estudados. É importante ressaltar que isso não significa necessariamente que esse serviço não existe nos demais municípios, porém, demonstra que a informação não está disponibilizada com clareza no portal.

2.9 Atendimento aos pedidos de acesso à informação

Entre os oito portais que não dispõem de e-SIC, a taxa de resposta às tentativas de contato foi bastante baixa, tendo havido apenas uma resposta por e-mail, e mesmo assim, sendo essa resposta insatisfatória. Entre os treze que possuem e-SIC o número de respostas foi mais alto, porém metade foi respondida fora do prazo estabelecido pela LAI para atendimento aos pedidos de acesso à informação, que é de 20 dias, prorrogáveis por mais

10 dias. Mesmo entre os requerimentos encaminhados via e-SIC, houve quatro municípios que não forneceram resposta alguma, e um não foi enviado por problemas técnicos do sistema. Entre as respostas obtidas, seja através de e-SIC, ouvidoria ou e-mail, verificamos que 67% não procurou responder de fato aos questionamentos realizados, ao contrário, fornecendo respostas genéricas, incompletas, ou dificultando mais ainda o acesso à essas informações ao estabelecer, por exemplo que as respostas devem ser obtidas pessoalmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos municípios existe uma demanda maior e mais direta dos serviços públicos, pois os cidadãos têm uma relação mais direta com o município, que é onde as pessoas vivem, criam suas famílias, e estabelecem relações com a sociedade. Quanto maior a demanda de serviços da administração pública, maiores serão as estruturas administrativas criadas para atendê-las e, em consequência, maior e mais complexa será sua produção documental.

Esse contexto torna mais complicada a aplicação da LAI pelos municípios, que carecem de políticas públicas e de institucionalidade na gestão de seus arquivos, documentos e informações. Por esse motivo, se faz urgente a formulação de soluções para lidar com essas questões impostas pela LAI, com o objetivo de garantir o direito constitucional de acesso às informações no âmbito do poder público municipal.

Apesar de possuir grande expressividade política, social, econômica e cultural no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, verificamos que o quadro geral dos municípios da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro, no que tange às políticas arquivísticas e institucionalidade dos arquivos é preocupante. Apenas 5 municípios, entre os 21 que compõem essa região, possuem Arquivo Público, e, mesmo assim, nem todas as instituições identificadas são comprovadamente atuantes e apenas a cidade do Rio de Janeiro, possui uma Política Municipal de Arquivos oficializada. Com relação à regulamentação da LAI no âmbito dos municípios, 9 dos 21 municípios já publicaram seus dispositivos legais de regulamentação da LAI. A publicação dessa legislação é o primeiro passo que os municípios devem dar para garantia do direito de acesso à informação pelos cidadãos.

Os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos municípios ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito à garantia do acesso às informações públicas, e à transparência dos atos da administração pública municipal.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 nov 2017.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 12 ago 2017.

BRASIL. *Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009*. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm Acesso em: 05 ago 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm) Acesso em: 20 jul 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL) *Texto base da I Conferência Nacional de Arquivos*. 2012. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/cnarq/R elatorio_cnarq_completo.pdf. Acesso em: 13 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*, Rio de Janeiro: CONARQ, 2014.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (BRASIL). *Escala Brasil Transparente 3ª edição – Ranking das capitais*. 2016a. Disponível em:

<https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (BRASIL). *Escala Brasil Transparente 3ª edição: Panorama dos governos estaduais*. 2016b. Disponível em:

<https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=22> Acesso em: 10 nov. 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (BRASIL). *Guia técnico de regulamentação da Lei de Acesso à Informação em municípios e checklist*. Brasília: CGU, 2013, 25p. Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_checklist.pdf> Acesso em 03 dez 2017

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Manual de Gestão de Documentos*. Coordenação do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD) – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. 108 p. Disponível em:

<<http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2998476>>. Acesso em: 26 mai 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. 2010a. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 26 nov 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Portal Cidades@ - [Portal que reúne informações sobre todos os municípios do Brasil], 2017. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 20 out 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. 2010b. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247236>>. 216p. Acesso em: 06 jun 2018.

JARDIM, José Maria. *A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais*. In: XIII ENANCIB 2012, XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Gt 5: Política e economia da informação. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68>> Acesso em 15 mai 2017

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395/1573>>. Acesso em: 14 Nov. 2017.

SANTOS, Francyne Maria Firmes. *Arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios de Itaguaí, São Gonçalo, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Seropédica e Rio de Janeiro*. 111 p. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CAPÍTULO 14

SISTEMA DE ARQUIVOS: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A NOÇÃO NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Lohayne Emerick

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século passado no Brasil, é possível perceber um movimento nas grandes instituições arquivísticas do país em relação a uma nova perspectiva para a organização de suas estruturas de arquivo: a perspectiva sistêmica. Pode-se dizer que essa perspectiva foi apropriada pela Arquivologia desde então, passando a ser utilizada neste meio como uma ferramenta para organização dos Arquivos a partir de regras e normas comuns aos diversos setores de uma instituição, empresa ou estrutura arquivística das diferentes esferas políticas do país.

Essa ideia de que os arquivos poderiam ser organizados sistemicamente ganha força no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, época em que José Honório Rodrigues assume a direção do Arquivo Nacional (AN) e dentre seus feitos a frente da instituição, elabora propostas de reestruturação do AN e preside uma comissão voltada para a elaboração de uma proposta para a implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Brasil (SINAR), no ano de 1962. Embora não tenha sido consolidado legalmente, esse anteprojeto permanece como referência na área e base para os futuros anteprojetos de Sistema Nacional de

Arquivos, datados de 1978 e 1994, sendo apenas este último juridicamente consolidado.

Também cabe aqui pontuar o trabalho que se inicia nesse sentido em diversas outras instituições de Arquivo, como por exemplo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que foi pioneira na área de arquivos no Brasil e que conta com um sistema de arquivos que passa a ser implementado na instituição desde 1961.

Percebe-se então que, no decorrer dos anos seguintes, a Arquivologia se solidifica no país, sendo marcada por diversos movimentos como por exemplo a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a Revista Arquivo & Administração, os Congressos Brasileiros de Arquivologia, a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, a profissionalização da profissão, entre diversos outros.

Diante desses movimentos e no decorrer deles, é possível perceber a necessidade latente e a busca constante dos profissionais atuantes em arquivos em prol da implementação de sistemas de arquivos, principalmente no que diz respeito ao SINAR, que deveria compreender todos os Arquivos da nação, além do apoio para a implementação de sistema de arquivos dentro dos órgãos correspondentes as suas devidas esferas na estrutura nacional e, ainda, de sua implementação em outros tipos de instituições públicas ou privadas.

A partir desta breve contextualização, cabe aqui abordar os pontos básicos da noção de sistema de arquivos e como isso é entendido pela Arquivologia brasileira, além de abordar como essa noção é entendida em outros países. Para isso, utiliza-se como metodologia de pesquisa a revisão de literatura, além de pesquisa documental e bibliográfica.

2 COMPREENDENDO A NOÇÃO DE SISTEMA DE ARQUIVOS

Sistema de arquivos ainda é um termo pouco conhecido e não é possível descobrir do que se trata através de uma pesquisa na *web*, pois todos os sites levam a algo relacionado à informática. Contudo, no campo dos arquivos o significado do termo é outro. Trata de interações que ocorrem de forma sistêmica entre arquivos e unidades de arquivo de mesma esfera governamental ou instituição, pública ou privada.

Para uma compreensão aprofundada da noção de sistema de arquivos, é necessário tomar separadamente cada termo e entende-lo, para, depois disso, retomar ao sentido que possuem unidos.

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define sistema como:

1 conjunto de elementos, concretos ou abstratos, intelectualmente organizado [...] 2 estrutura que se organiza com base em conjuntos de unidades inter-relacionáveis por dois eixos básicos: o eixo das que podem ser agrupadas e classificadas pelas características semelhantes que possuem, e o eixo das que se distribuem em dependência hierárquica ou arranjo funcional [...] 2.1 qualquer conjunto natural constituído de partes e elementos interdependentes [...] 2.2 arrolamento de unidades e combinação de meios e processos que visem à produção de certo resultado [...] 2.2.1 inter-relação das partes, elementos ou unidades que fazem funcionar uma estrutura organizada [...] 2.2.1.1 qualquer estrutura que devesse funcionar com este inter-relacionamento ótimo entre as partes (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2585).

A abordagem sistêmica pode ser percebida no contexto arquivístico desde o final dos anos 1950. A partir da década de 1920 com os estudos do biólogo austríaco Karl Ludwig Von Bertalanffy, foi concebida a Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Esta teoria surge superando o modelo mecanicista clássico em favor de um enfoque sistêmico.

De acordo com Bertalanffy (1975, p. 84), “[...] um sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação”. Morin (1977, p. 100) define sistema como “[...] unidade global organizada de inter-relações entre elementos, acções ou indivíduos”. Belém (2016, p. 7) conceitua sistema como “o conjunto de partes que interagem de forma a alcançar uma finalidade”.

Jardim (1995, p. 24) chama a atenção de que:

A partir dos conceitos de sistema e organização, visualizados por Bertalanffy nos fenômenos biológicos, tais categorias ganham paulatinamente um caráter generalizante, atingindo as ciências sociais e outros campos do conhecimento.

Jardim (1995, p. 27) evidencia que “[...] a literatura sistêmica aponta, porém, para quatro conceitos fundamentais que permeiam a definição de sistema: complexidade, interação, organização e totalidade.” Contudo, privilegia os conceitos de organização e totalidade em seu estudo.

A totalidade sistêmica é algo além da soma das partes, implicando qualidades emergentes que as suas partes isoladamente não possuem. Essa nova unidade, que resulta das relações entre as partes, é forjada simultaneamente a uma organização que isola o caos, o imprevisto e o conflito, sendo não

apenas um estado como também um processo (JARDIM, 1995, p. 27, grifo do autor).

Jardim (1995, p. 27) afirma ainda que “[...] o todo é uma unidade complexa que dispõe de qualidades próprias e irreduzíveis, mas tem de ser produzido e organizado.”

No Brasil, sistema de arquivos é definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE) como:

Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 156).

O Dicionário de Terminologia Arquivística define o termo como:

Conjunto de arquivos de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pública ou privada, que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos técnicos comuns (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 7).

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, é definido como:

Conjunto de arquivos de entidades governamentais ou privadas, inter-relacionados de forma lógica, sem levar em consideração seu posicionamento na estrutura administrativa a que pertencem. Esses arquivos possuem objetivos técnicos comuns (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 340).

Belém (2016, p. 7) define o termo como

O conjunto de arquivos de uma nação, estado, município ou instituição que interagem por meio de

diretrizes, normas e políticas visando à preservação de uma totalidade da informação arquivística produzida no seu contexto.

Para Garcez (2017, p. 27):

A noção de sistema de arquivos presente na literatura apresenta características comuns, propondo um sistema como conjunto de arquivos posicionados em uma estrutura organizacional, sendo que essa posição, não necessariamente apresente uma subordinação específica no organograma.

Belém (2016, p. 8) traça um breve histórico sobre o conceito de Sistema de Arquivos no Brasil, evidenciando que:

No Brasil o conceito de sistema de arquivos começa a ser explorado e trabalhado na década de 60, com vínculo direto na administração pública. Em 1962 é criada a primeira versão para o projeto de Sistema Nacional de Arquivos, que foi sucedida pela versão de 1978 (ambos não foram implantados) e, posteriormente, pela versão de 1994. Observamos a inserção da ideia sobre sistemas de arquivos antes mesmo da criação dos cursos acadêmicos. Os cursos de Arquivologia foram criados a partir de 1977. Talvez isto demonstre uma fragilidade teórica dos projetos iniciais para Sistemas de Arquivos Nacionais. Uma vez que a falta de produção científica na área pode ter acarretado pouco embasamento às práticas.

No contexto internacional, encontramos a definição de sistema de arquivos no *Lenguaje y vocabulário Archivísticos*, de Heredia Herrera (2011, p. 170, tradução nossa), que diz que

Partindo de que sistema é um conjunto de elementos e suas relações que funcionam como um todo, no contexto arquivístico é a estrutura

administrativa integrada pelos Arquivos sobre os quais tem competência, que é responsável pelo desenvolvimento e execução de uma política arquivística.

A autora ainda traz uma observação sobre a ideia de que as expressões sistema de arquivos e sistema arquivístico sejam sinônimos, já que, segundo ela, sistema de arquivos refere-se exclusivamente aos Arquivos como instituições e sistema arquivístico seria uma expressão mais ampla, que pode afetar tanto os documentos quanto os Arquivos (HEREDIA HERRERA, 2011, p. 170).

Neste sentido, coube observar em outros dicionários especializados sobre a definição de sistema arquivístico, a fim de tentar complementar o sentido do conceito. No dicionário de Cruz Mundet, encontramos a definição de Sistema arquivístico como “[...] conjunto de normas, órgãos, centros e serviços, responsável pela gestão eficaz dos documentos e dos arquivos.” (CRUZ MUNDET; DÍEZ CARRERA, 2011, p. 328, tradução nossa).

Heredia Herrera (2011, p. 171, tradução nossa) ainda menciona que

Também se utiliza sistema de Arquivos para referir-se ao conjunto de Arquivos de uma organização, relacionados pelo ciclo de vida de seus documentos, o qual algum chamam de rede de Arquivos e outros de sistema arquivístico.

No DIBRATE, encontramos a menção ao termo “rede de arquivos” de Portugal. Essa definição pode ser encontrada no Dicionário de Terminologia Arquivística do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Portugal (1993 apud JARDIM, 1995, p. 45) como:

O conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na prossecução de objetivos comuns.

Jardim (1995) expõe a diferença entre redes e sistemas sugerida por Balduino (1988, p.43):

Quadro 1: Redes x Sistemas

<u>REDES</u>	<u>SISTEMAS</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Elementos interligados • Objetivos comuns • Componentes autônomos • Características individuais • Cooperação • A ausência de um componente não compromete a realização dos objetivos da rede como um todo 	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos integrados • Objetivos específicos • Componentes interdependentes • Padronização • Funções específicas e interdependentes-complementação • A ausência de um componente compromete a realização dos objetivos do sistema como um todo

Fonte: Balduino (1988 apud JARDIM,1995, p. 59).

Ainda na obra de Jardim (1995), o autor menciona Vasquez (1994, p. 93 apud JARDIM, 1995, p. 46), pois este

[...] sublinha a importância dos sistemas de arquivos como instrumentos de racionalização arquivística, sejam estes nacionais, estaduais, municipais, de instituições estatais ou empresas privadas. Na sua perspectiva, um 'sistema integrado de arquivos é um conjunto orgânico de arquivos, vinculados por uma direção central que normaliza os processos arquivísticos e focaliza a informação em um ponto acessível à consulta interna e externa'.

A partir desta última definição do conceito, é possível

chegar à conclusão de que Sistema de Arquivos diz respeito à integração de conjuntos de arquivos, dispostos de forma sistêmica e, por isso, interdependentes para realizarem funções específicas de forma coordenada e normalizada, na persecução de objetivos comuns.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessante perceber que a noção de que se trata todo esse trabalho é ainda muito desconhecida no meio arquivístico, sendo alvo de confusão terminológica que, na maioria das vezes, é confundido como sendo uma noção voltada para sistemas eletrônicos de arquivos, *softwares* ou documentos digitais.

Diante desse cenário é importante apresentar as bases da noção de sistema de arquivos da forma como foi apresentada neste trabalho, como sendo uma ferramenta para a organização de Arquivos e, até mesmo, para a gestão de documentos.

É necessário, ainda, a realização de pesquisas sobre essa temática, de forma a clarificar a compreensão de como a perspectiva sistêmica passa a ser utilizada pela Arquivologia brasileira, que se apropria desta objetivando um uso totalmente voltado para a organização de seus Arquivos de forma coesa e normalizada.

Portanto, diante de toda a informação apresentada e diante das bases trazidas para este trabalho, pode-se dizer que sistema de arquivos trata de interações que ocorrem de forma sistêmica entre os diversos Arquivos de uma instituição, seja ela de natureza pública ou privada, de forma a seguir normas e padrões comuns e visando alcançar os mesmos objetivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p.27-100. (Publicações técnicas, 51).

BELÉM, Fabiane Marques. *Gestão documental sistêmica e as adversidades na implantação de um sistema de Arquivos na esfera governamental*. São Paulo: Revista do Arquivo, 2016.

Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/index.php. Acesso em: 04 jun. 2018.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (Coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CRUZ MUNDET, J. R.; DÍEZ CARRERA, C. *Diccionario de archivística: con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

GARCEZ, Igor José de Jesus. *Proposta para a Política e o Sistema de Arquivos da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro, 2017.

HEREDIA HERRERA, A. *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2011.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. D. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e Políticas Públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

MORIN, Edgar. *O Método: 1. A Natureza da Natureza*. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/b3/Morin_Edgar_O_metodo_1_A_natureza_da_natureza.pdf. Acesso em: 14 maio. 2018.

CAPÍTULO 15

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE RECENSEAMENTO ARQUIVÍSTICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONJUNTOS ORGÂNICOS DE DOCUMENTOS DAS UNIDADES DA REITORIA E PRÓ-REITORIAS DA UFPB

Indalécia de Andrade dos Santos

Julianne Teixeira e Silva

Clodemir da Costa Nascimento

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) gera documentos e informações decorrentes de suas atribuições. Bem como necessita recuperar informações relevantes de suas atividades registradas em gestões anteriores e de outras informações conjunturais que comumente são utilizadas nas tarefas rotineiras e nos planejamentos estratégicos para atender as demandas das atividades fim e meio.

Santos (2017), afirma que no desempenho de suas relações administrativas e acadêmicas as universidades geram documentos que são a comprovação dos atos ocorridos no decorrer das gestões. A autora destaca que, em particular, os registros arquivísticos também atendem as demandas de acompanhamento e controle dos recursos recebidos do governo federal, através dos seus órgãos de controle e fiscalizadores.

A construção do legado documental da UFPB ao longo dos seus 60 anos de federalização, apresenta-se numa evolução de registro de informações que deveriam ser facilmente acessadas através dos documentos produzidos ao longo de sua trajetória. Contudo esse aspecto, de pleno acesso às informações, não se aproxima do ideal, considerando que a realidade arquivística da UFPB necessita de cuidados.

Os arquivos e conjuntos documentais das instituições, de modo geral, têm passado por uma ressignificação, pois as tecnologias digitais tem ganhado relevância social e impactado sobremaneira a vida das pessoas e das instituições. Com isso as unidades arquivísticas estão em busca da adequação necessária, para que se viabilize o apoio à administração, a manutenção da memória institucional, bem como das questões cultural, organizacional e social, disposta para que pesquisadores, estudantes e servidores possam usufruir e acessar informações de seus acervos arquivísticos. Contudo, até o momento, a UFPB não possui uma política institucional de gestão de documentos e como agravante, nem mesmo conhece todas as unidades de custódia de documentos existentes nos seus *campi*.

Este capítulo é originário do trabalho de conclusão de curso de graduação em Arquivologia da UFPB. Motivado por Santos (2017), que justifica a escolha do tema a partir da dificuldade em saber quais são e em que condições estão às unidades arquivísticas no contexto da UFPB? A indagação levou à investigação, contudo, houve a necessidade de delimitar o campo da pesquisa, por questões de exequibilidade, ficando restrita ao âmbito do prédio da Reitoria, visto que não haveria tempo hábil para percorrer todos os *campi*.

Desse modo, a pesquisa foi empreendida com a finalidade de conhecer as unidades arquivísticas contidas no prédio da Reitoria da UFPB,

[...] onde se fez necessário um recenseamento nas unidades de arquivo com o intuito de obter informações sobre a realidade e a abrangência das ações arquivísticas. Para tanto, o recenseamento foi realizado nas seguintes unidades: Reitoria, Pró-reitorias e unidades adjacentes. (SANTOS, 2017, p. 13).

Diante dessa questão matricial a pesquisa teve como objetivo principal recensear as unidades arquivísticas e conjuntos orgânicos de documentos da Reitoria e Pró-reitorias da UFPB. Desse modo, foi possível ver de perto a situação que os documentos se encontravam e como a UFPB lidava com esse legado.

2 ARQUIVO: TERMO CONCEITUALMENTE CONTROVERSO

Via de regra, arquivos são unidades custodiadoras de documentos, entretanto seu entendimento precisa ir além dessa elementar constatação. São mais que simples depósitos de papéis antigos. É fonte de memória, que possibilita a preservação do legado institucional e social, uma vez que toda instituição, pública ou privada, estão inseridas em contextos sociais dinâmicos. Neste aspecto, compreender o conceito de ‘arquivo’ é condição essencial para este trabalho.

Para Ruiz (1999) o conceito de arquivo é confuso, pois engloba três vertentes num mesmo conceito, a saber: um com acepção de instituição arquivística, outro como conjunto orgânico

de documentos e o terceiro como depósito de documentos. O autor, ainda, explica que o arquivo para ser considerado como tal, são necessários alguns elementos essenciais, tais como: o conteúdo, o lugar, profissionais e uma gestão arquivística.

Ao analisar o conceito de ‘arquivo’ no Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160) é possível identificar a ambiguidade do termo que traz definições para cada uma das três idades, arquivos correntes de valor primário (de consulta frequente); intermediários de valor primário (de uso pouco frequente); permanentes de valor secundário (preservados em caráter definitivo e histórico).

A diversidade terminológica exigiu nesse trabalho, compreender até que ponto pode-se denominar de ‘arquivo’ uma sala com massa documental acumulada ou mesmo um conjunto documental desorganizado. Para tanto, foram delimitados e teoricamente analisados três conceitos basilares para essa pesquisa, a saber: **conjuntos documentais, sala depósito e arquivo**. A partir dessa determinação, Santos (2017), recorreu à literatura da área (trabalhos publicados em língua portuguesa e espanhola) levantando autores que abordassem estes termos ou seus similares em que foram analisadas suas acepções.

Nesse aporte teórico foram considerados os seguintes autores: Associação dos Arquivistas Holandeses (1973), Bellotto (2006/1989), Bernardes (1998), Espanha (1995), Cunha e Cavalcanti (2008), Arquivo Nacional (2005), Martins (2005), Paes (2004), Ruiz (1999), Schellenberg (2006), Sousa (1997) e Brasil (1991). Com as análises realizadas, Santos (2017), chegou às seguintes definições:

Conjuntos Documentais: são conjuntos de documentos, que na maioria das vezes, estão presentes nos ambientes de trabalho, em pouco volume ou empilhados na mesa, armários, gaveteiros e prateleiras com documentação corrente de valor primário.

Sala Depósito: considerado como o local que armazena a documentação intermediária de valor primário. Lugar onde concentram grandes acúmulos documentais de pouca consulta. Usualmente os documentos são acondicionados em salas, geralmente próximo ao atendimento, com algum tipo de ordenação, ou não, visto que os documentos podem estar em situação crítica, entulhados em pilhas, sem nenhum princípio arquivístico. É comum que esses espaços sejam institucionalmente denominados e identificados como: arquivo morto, centro de documentação, pré-arquivo, custódia temporária, anexo, arquivo semi-ativo, dentre outras denominações.

Arquivo: são aqueles regulamentados, oficializados, com regimento próprio, ou constituídos no organograma de uma instituição, que custodiam documentos obedecendo critérios arquivísticos e com recurso humano dedicado às tarefas arquivísticas e de atendimento.

No momento da análise dos dados, esses conceitos foram representados e considerados com o propósito de notabilizar aos resultados da pesquisa realizada.

3 RECENSEAMENTO DE ARQUIVOS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Censos são meios de apoio à prestação de contas para a população envolvendo diversas áreas como: dimensão demográfica, territorial, serviço militar, cobranças de impostos entre outros. Invariavelmente são baseados na coleta, análise e fornecimento de informações quantitativas e qualitativas.

Sob um olhar etimológico, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a origem da palavra Censo vem do latim *census*. O verbo recensear refere-se ao ato de arrolar, enumerar ou examinar algo. Um recenseamento é uma “lista ou rol das pessoas e dos bens, feito pelo censor, etc,” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 435).

Neste trabalho, o conceito de recenseamento está voltado para o campo da Arquivologia. O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 76), trata censo no âmbito dos arquivos como “diagnóstico de arquivos”, assim é possível perceber que recensear é levantar dados quantificáveis para retratar a realidade que os arquivos se encontram, para possíveis tomadas de decisões através de estimativas e parâmetros, como por exemplo: suas condições, qual o tipo, qual o volume documental, e onde se encontram.

Na literatura arquivística brasileira o termo recenseamento de arquivo não é recorrente e, por isso, pouco utilizado. Ribeiro (1998, p. 39), esclarece que “o chamado “recenseamento de arquivos” ou “censo de arquivos”, procede de uma análise das unidades arquivísticas”. Nesse sentido, assinala-se que tanto o termo Censo como Recenseamento possuem a

mesma noção, posto que ambos possuem a finalidade de levantar dados estatísticos de unidades documentais.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.46), aborda censo de arquivos, como “levantamento oficial, em geral periódico, dos arquivos de um determinado universo, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos”.

Segundo Santos (2017), a relevância do recenseamento no campo da Arquivologia diz respeito em identificar unidades arquivísticas existentes em determinada localidade, seus fundos, quantificar e identificar questões estruturais, datas-limite da documentação, a descrição, classificação da informação produzida e fazer um reconhecimento geral da informação contida nos mesmos.

No contexto deste trabalho, o recenseamento arquivístico foi realizado nos acervos documentais dos Órgãos da Administração Superior da UFPB, bem como, nos Órgãos Deliberativos, Controle Interno, Assessorias e Pró-reitorias da UFPB, objetivando conhecer a situação em que se encontram essas unidades arquivísticas. A metodologia de coleta de informações serve também como ferramenta utilizada para a organização, o controle e a divulgação de informações dos acervos compostos nos arquivos, bem como, do patrimônio documental de toda a instituição.

4 O QUADRO SITUACIONAL ARQUIVÍSTICO DA UFPB

A UFPB é uma instituição de ensino superior federal da região Nordeste, com uma estrutura *multicampi*, criada a partir da junção de algumas escolas superiores isoladas, denominando-

se Universidade da Paraíba, por Lei Estadual nº 1.366, de 02.12.1955, sendo federalizada após cinco anos através da Lei nº 3.835, de 13.12.1960, nesse momento denominada como Universidade Federal da Paraíba.

O recenseamento arquivístico na UFPB foi um relevante instrumento para a instituição, uma vez que, apesar da longa trajetória e com um rico legado não havia o conhecimento do número e das condições de suas unidades arquivísticas bem como do real volume.

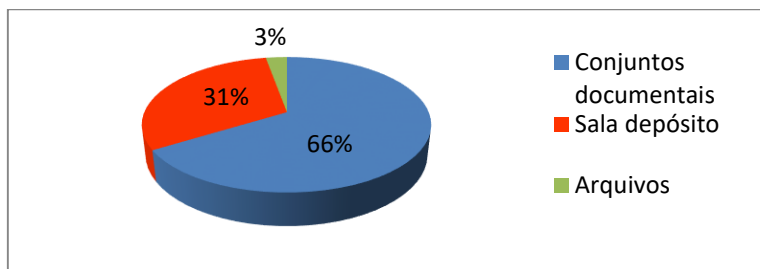
Nascimento (2010, p.12) enfatiza que as universidades públicas brasileiras, em decorrência de suas próprias características, produzem volume considerável de informações, “tanto de caráter interno quanto externo, provenientes quer sejam de suas ações acadêmicas (atividade-fim) ou administrativas (atividade-meio)”. Entretanto, os documentos quando não tratados sob critérios técnicos arquivísticos, com o passar do tempo, transformam-se em ‘massa documental acumulada’ que não oferece nenhum valor agregado à instituição. Ao contrário, torna-se um problema no tocante aos custos elevados para tratar esses documentos de acordo com as normas arquivísticas e, conseqüentemente, valida o descaso com a memória institucional.

Pesquisar os arquivos da UFPB, assegurou aos profissionais dos arquivos e à própria gestão superior, inteirar-se das condições e do valor dos arquivos uma vez que essas unidades prestam serviços de apoio às atividades administrativas e acadêmicas o que oportuniza mais eficiência na execução dessas funções, bem como no atendimento ao público interno e externo que buscam informações nessas instituições.

No universo pesquisado foi revelado, de acordo com Santos (2017) que, apenas dois arquivos estão formalmente constituídos. Outro dado significativo da pesquisa diz respeito à estrutura organizacional da universidade e mostra que 94,83% dos setores pesquisados estão com seus organogramas desatualizados.

O Gráfico 1, elucida a situação dos ambientes que armazenam documentos em que foram caracterizados de acordo com o referencial teórico.

Gráfico 1 – Caracterização das unidades arquivísticas UFPB



Fonte: Santos (2017, p.99)

Além da caracterização das unidades arquivísticas na UFPB, os dados evidenciam uma situação curiosa em relação ao fluxo dos documentos. A noção de ‘conjuntos documentais’ refere-se aos documentos na fase corrente. A acepção ‘sala depósito’ comporta documentos não avaliados, mas que correspondem às fases intermediária e permanente. Isso mostra que há, intuitivamente, uma movimentação dos documentos de acordo com sua frequência de utilização, contudo, sem a devida intervenção de técnicas arquivísticas. Quanto à noção de ‘arquivo’, no universo pesquisado, se mostra confusa e informal. Considerando o escopo dessa pesquisa, foram contabilizados na Reitoria um total de 22 (vinte e dois) espaços que podem ser

denominados como sala depósito e apenas 2 (dois) são arquivos formalmente constituídos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recenseamento foi realizado no ano de 2017. Os dados apresentados foram significativos e serviram de subsídio para que os arquivistas sensibilizassem os gestores da instituição para a necessidade de se criar um Arquivo Central, o Sistema de Arquivos, bem como, implementar uma política institucional de Gestão de Documentos, caso contrário, o cenário de descaso com os documentos não modificaria e as dificuldades em recuperar documentos, processos e informações só iriam se agravar. Foi mencionado, ainda, os problemas advindos com as ações dos órgãos de controle.

Os arquivos da UFPB e todas as ações arquivísticas são de significativa importância e, se bem administrados e as ações bem executadas, visam desenvolver a eficiente disseminação de um legado social nos âmbitos administrativos, de pesquisa, de ensino e extensão universitária, gerando conhecimentos de sua realidade interna em simbiose com toda sociedade paraibana e com cenário nacional.

Com os resultados da pesquisa em mãos, os profissionais que atuavam nos arquivos se engajaram na sensibilização dos gestores num projeto de mudança de paradigma organizacional. Desse modo, conseguiram planejar e implantar o Arquivo Central e o Sistema de Arquivos da UFPB oficializados em dezembro de 2018, por meio da Resolução CONSUNI/UFPB Nº43/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019).

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51).
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. *Transinformação*, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set./dez. 1989.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 1).
- BRASIL. Lei 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1991.
- CUNHA, Murilo Bastos da. CAVALCANTI, Cordélia, Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2008.
- ESPAÑA. Ministério de Cultura. *Diccionario de terminología archivística*. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARTINS, Neire do Rossio. *Manual técnico organização de arquivos correntes e intermediário*. Campinas: UNICAMP, 2005.

NASCIMENTO, Clodemir da Costa. *Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pró-reitoria Administrativa da UFPB: relato das barreiras e desafios para uma gestão arquivística*. 2010. 73f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. *O acesso à informação nos arquivos*. Parte II: Os instrumentos de acesso à informação. 1998. Dissertação (Doutorado em Arquivística) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 1998.

RUIZ, Francisco Fuster. Archivistica, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. *Anales de Documentación*, v. 2, p. 103-120, 1999.

SANTOS, Indalécia de Andrade dos. *Recenseamento arquivístico na UFPB Campus I: uma visão geral das unidades arquivísticas e conjuntos orgânicos no âmbito da Reitoria*. 2018. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, v. 21, n. 1, 1997, p. 31-50.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. *Resolução nº 43/2018, de 08 de janeiro de 2019*. Cria o Arquivo Central e o Sistema de Arquivos da UFPB. Boletim de Serviço n. 06, p. 71 – 72. João Pessoa: Conselho Universitário, 2019.

CAPÍTULO 16

ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DA ATIVIDADE FIM DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Fernanda Ferreira de Souza Ladislau

Julianne Teixeira e Silva

1 INTRODUÇÃO

Estudos relacionados às atividades arquivísticas são capazes de impulsionar a área em novas perspectivas no uso de recursos tecnológicos e inovadores, como também, para alertar sobre situações inadequadas existentes nos arquivos e que colocam acervos e pessoas em risco.

Documentos de arquivo, no âmbito organizacional, são relevantes, pois são criados a partir das ações realizadas nos contextos institucionais. Portanto, empresas devem asseverar o tratamento, a organização e disponibilização das informações registradas em documentos pois, são fontes confiáveis de informação e promotores da memória institucional.

Este texto é um compilado do trabalho de conclusão de curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) cujo objetivo foi conhecer as tipologias documentais da atividade-fim do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB (CIA-UFPB).

De acordo com o percurso metodológico estabelecido pela pesquisa, como primeira etapa, realizou-se o diagnóstico arquivístico no setor o que permitiu identificar uma massa documental acumulada sem o devido tratamento arquivístico, posteriormente, foi realizada a identificação das tipologias documentais da atividade fim do CIA. Com a expectativa de que esse estudo corrobore com ações arquivísticas no sentido de facilitar a organização e uso desses documentos garantindo acesso e direitos aos seus usuários.

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade desenvolve ações que dão assistência à pessoa com deficiência no âmbito da UFPB, para discentes, docentes, servidores, terceirizados e todos aqueles que circulam na Universidade Federal da Paraíba que solicitam seus serviços.

A análise tipológica é utilizada na metodologia arquivística para permitir esquadrihar o conhecimento que se tem dos atos e atividades que dão origem aos documentos no âmbito institucional. No cenário das organizações, a forma, o teor e os elementos de validação dos documentos que atribuem seu valor probatório são conferidos a partir de sua organicidade e autenticidade.

Conhecer os tipos documentais do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, conforme aponta Ladislau (2018), proporcionou identificar, os gêneros, espécies, tramitações e funcionalidades, desses documentos, bem como, a relevância que este acervo arquivístico possui para a instituição e para todos os usuários e demais pessoas envolvidas com as atividades do CIA.

2 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR E AS AÇÕES PROMOVIDAS PELA UFPB

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento da Organização das Nações Unidas, assinada em 1948, a educação é legitimada a todos. Dessa forma, podemos incluir as pessoas com deficiência. De acordo com o artigo II da Legislação Internacional: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional” (BATISTA JÚNIOR, 2016, p.35).

Segundo Ladislau (2018), a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é determinante para as modificações na educação brasileira, embora os documentos internacionais de 1990 e 1994 já haviam afirmado essa transformação de paradigma para um método de ensino-aprendizagem mais inclusivo.

No decorrer das últimas décadas, inúmeras discussões em torno do assunto ocorreram, propiciando ampla categorização de pessoas com deficiência e reafirmando que todas as pessoas, com todos os tipos de deficiência devem usufruir de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, verificando os espaços onde devem ser feitas as adaptações para que haja a proteção e prevaleça os seus direitos.

Na educação superior a temática sobre inclusão começa a ganhar espaço, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei 9394/96.

Para se inserir uma pessoa com deficiência em uma instituição de ensino superior, faz-se necessário, implantar dentro do sistema de ensino, políticas de inclusão e acessibilidade, retirando todas as barreiras, pois estas, que são de variados tipos e formas, quer físicas, quer conceituais, constituem-se no maior obstáculo a entrar ou limitar o acesso de quem possui algum tipo de necessidade especial ou diferente ao ambiente de ensino, aprendizado e convívio comum.

Sendo assim, torna-se necessário, primeiro, a mudança de consciência e atitude da instituição de ensino e de todos da comunidade que a compõem e participam do ambiente para que seja possível, proporcionar a reavaliação de todo o encadeamento que impede a efetiva, definitiva e justa inclusão e acessibilidade. Feito isso a instituição aproxima-se da legítima liberdade de movimento, circulação segura, adequação pedagógica e de um ambiente de aprendizado compartilhado por pessoas diferentes entre si, espaço este de comunicação e acesso ao conhecimento e informação ao qual estão sendo inseridas.

De acordo com Ferreira (2007), inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas preparar esse ambiente para recebê-la. Aqui cabe suscitar o conceito de inclusão, que pode ser considerado como o:

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 1997, p. 21).

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, define pessoas com deficiência como àquelas que têm impedimentos de

longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Em seu artigo 9º, que trata sobre a acessibilidade o Decreto diz que:

As instituições devem possibilitar as pessoas com deficiência a viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2009).

Para se inserir uma pessoa com deficiência é necessário, conforme destaca Ladislau (2018), mudar o panorama universitário e os conflitos entre aprendizagem, capacitação docente e adaptação ao ensino.

No entanto, ainda ocorrem situações administrativas e regionais que dificultam a ampla inclusão, além da permanência de barreiras mantidas, mesmo após o ingresso de alunos com diferentes especificidades e demandas de assistência.

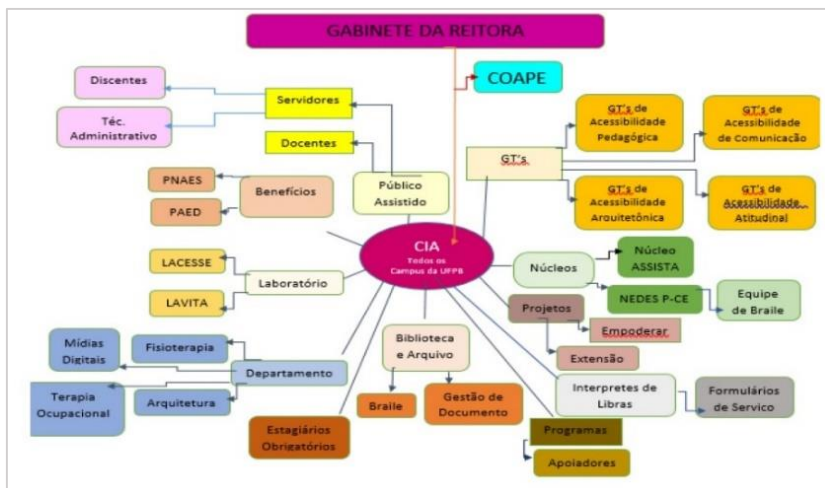
O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB foi pioneiro entre as universidades federais. Criado, oficialmente no dia 26 de novembro de 2013, por meio da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI), e está vinculado ao Gabinete da Reitoria. O CIA desenvolve ações que dão assistência à pessoa com deficiência dentro da UFPB, para discentes, docentes, servidores, terceirizados e todos aqueles que

circulam na Universidade Federal da Paraíba que solicitam seus serviços. Dentre os acompanhamentos podem ser citados os que são dirigidos às pessoas com deficiência física, deficiência visual parcial, cegueira, transtorno psicológico, deficiência temporária, deficiência auditiva, deficiência múltipla, deficiência intelectual, surdez total e transtorno do espectro autista, dentre outros casos. Dantas, et al (2017) deixa claro que além do acompanhamento e assistência às pessoas com deficiência o CIA, também, atua na promoção de conscientização junto à comunidade acadêmica.

O Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal, contribui para a sensibilização da comunidade universitária quanto às pessoas com deficiência; identificando e aplicando dinâmicas em salas de aula, promovendo eventos em ambientes da UFPB, elabora material com informação sobre formas corretas e eficazes para apoio às pessoas com deficiência. Quanto ao Grupo de Trabalho Acessibilidade e Comunicação cuida da manutenção das ferramentas de comunicação do CIA, planejando e executando, conjuntamente com o CIA, ações de comunicação e acessibilidade, contribuindo para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB.

Conforme detalhado por Ladislau (2018), as atividades do Comitê estão distribuídas entre: Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, LACESSE (Laboratório de Acessibilidade), Núcleo ASSISTA - Núcleo Integrado de Acessibilidade - Inclusão e Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas e os Grupos de Trabalho. Como está representado na figura 1, atualmente o CIA possui uma interessante rede de cooperação que conta com diversos setores, projetos e núcleos da universidade.

Figura 1 - Rede de cooperação de inclusão e acessibilidade da UFPB



Fonte: Ladislau (2018)

No caso específico dos estudantes, a UFPB garante ao aluno deficiente o acompanhamento por um Apoiador, que é um discente o qual faz parte do Programa de Apoio de Aprendizagem ao Estudante com Deficiência, ofertado, via edital de seleção, pela Pró-Reitoria de Promoção e Assistência ao Estudante (PRAPE) juntamente com o CIA. Sendo assim, o estudante apoiador quando necessário, está presente em sala de aula junto ao estudante com deficiência, auxiliando-o nas atividades acadêmicas, trabalhos, provas e apresentações, podendo transcrever as aulas ou gravá-las.

O acervo documental da atividade fim do CIA é objeto de consultas frequentes seja por parte dos usuários da instituição, quanto dos órgãos de controle que frequentemente auditam a Pro-reitoria de Assistência Estudantil. A demanda de identificar essa documentação, analisar e organizá-la faz-se urgente. Principalmente porque a maior parte desses tipos documentais e

dos assuntos que os cercam são todos agrupados numa única classe do Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades–Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, (BRASIL, 2013), a saber a notação 529.1.

3 ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DA ATIVIDADE FIM DO CIA/UFPB

O acervo arquivístico do CIA é constituído por documentos das áreas fim e meio. O conjunto documental encontra-se em fase de tratamento técnico, por esse motivo, parte da documentação em fase intermediária está no Arquivo Central e, a outra parte, que se refere aos documentos correntes estão no ambiente do Comitê.

O foco desse trabalho foi o de identificar os tipos de documentos da atividade finalística. Para tanto foram realizadas visitas *in loco*, entrevistas com os gestores do CIA, diagnóstico do acervo e levantamento das tipologias documentais da atividade fim, seguida das respectivas análises, por meio de ficha elaborada pelo Arquivo Central com adaptações baseadas em Bellotto (2008). A autora diz que para se realizar uma análise tipológica faz-se necessário traçar dois pontos de partida: a diplomática e a arquivística. Desse modo os alicerces teóricos desse estudo foram tratados sob os arcabouços dessas duas disciplinas.

Analisando a literatura e a ficha disponibilizada pelo Arquivo Central que, diga-se de passagem, já estava teoricamente embasada, foi possível fixar aos elementos básicos necessários para a identificação das tipologias que são: tipologia documental, termos equivalentes, unidade produtora do documento, suporte, gênero documental, forma, definição do documento, código de

classificação, classificação quanto ao acesso, elementos de autenticidade e validação, documentos em anexo (quando houver), temporalidade, critérios de arquivamento em cada fase e data da análise.

De acordo com Ladislau (2018), na fase de identificação dos documentos, foram aplicados os princípios da proveniência e da ordem original, justificando-se para isso o fato de que o primeiro define a organicidade dos fundos e dos arquivos, determinando a sua classificação, enquanto o segundo, conforme elucida Herrera (2003), indica a ordem sequencial dos documentos no conjunto que integram e, por consequência, reflete o procedimento do qual se originou cada documento.

Com a pesquisa foram identificadas 44 (quarenta e quatro) tipologias documentais da atividade fim diretamente vinculadas às atribuições do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB.

Destaca-se que no transcorrer das análises das tipologias documentais, foi constatado um problema terminológico de complexa resolubilidade que diz respeito aos ‘nomes dos documentos’. Ao longo do tempo, no decorrer das atividades diárias do Comitê e, por falta de orientação arquivística, inúmeros documentos receberam denominações aleatórias desconstruídas dos atos que os geraram. O que demandou pesquisas e entrevistas além do previsto. Constatou-se para esse tipo de atividade há uma premência necessidade de se realizar o controle de sinonímias e padronização dos tipos documentais, bem como, da implantação de um vocabulário controlado na instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico desenvolvido permitiu identificar que no Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, existe um conjunto de documentos em fase de tratamento arquivístico, os quais registram os atos de uma atividade finalística de caráter pioneiro no âmbito das instituições federais de ensino superior. O diagnóstico foi a primeira etapa dessa pesquisa o qual proporcionou um estudo prévio do setor, fornecendo informações relevantes para realizar as etapas posteriores da pesquisa e, principalmente, realizar as análises das tipologias documentais.

Dessa forma foi possível elencar as tipologias documentais sob os preceitos teóricos da Arquivística e da Diplomática, bem como, realizar as análises. Na elaboração do pré-inventário foi constatado um problema terminológico em relação aos nomes dos documentos do CIA/UFPB. Isto gerou, no decorrer da pesquisa, demanda para novas entrevistas e pesquisas, as quais não estavam planejadas. Desse modo foram necessárias incursões sobre os conceitos das espécies documentais, assim como, das atividades que geraram os documentos. Tal aprofundamento foi necessário para indicar os nomes adequados para os documentos e, assim, propor as melhores designações terminologicamente representativas para cada tipo de documento.

Buscou-se atingir o objetivo desta pesquisa aplicando a metodologia da análise de Tipologia Documental, a qual assegura o reconhecimento do documento em suas principais características a saber: conteúdo, entidade produtora e forma. O percurso metodológico alcançou os objetivos esperados, uma vez

que, a identificação das tipologias ocorreu dentro do esperado e com o aprofundamento das pesquisas referentes às demandas terminológicas e suas relações com os contextos de criação dos documentos.

A guisa de conclusão destaca-se que o trabalho do Arquivista vai além do conhecimento das funções arquivísticas e da aplicação das técnicas de organização dos documentos, ele envolve todo um aporte com o desenvolvimento de habilidades investigativas e de pesquisa que devem ser habituais no fazer arquivístico, demandando do profissional o aprimoramento dessa habilidade intelectual, foco no contexto da entidade, despertando a curiosidade e o desejo de manter-se teoricamente atualizado.

REFERÊNCIAS

BATISTA JÚNIOR, J. R. L. *Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas*. José Ribamar Lopes Batista Júnior. Recife: Pipa Comunicação, 2016. (e-book)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de agos. 2009. Art. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria AN/MEC nº 1.261*, de 23 de dezembro de 2013. Determina a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, pelas IFES e dá outras providências. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 dez. 2013

DANTAS, Raíssa Gabriela et al. *Comitê de Inclusão e Acessibilidade: histórico e perspectivas*. João Pessoa: [s.n.], 2017.

FERREIRA, Lucianne da Costa. MELO, Denise G. Pereira de. Diagnóstico de Arquivo: Instrumento de Ação Efetiva na Gestão Documental. In: *Fórum Internacional de Arquivologia, 1 – UEPB*. João Pessoa, 2007.

HERRERA, Antonia Heredia. *Archivística general teoria y practica*. Sevilha: Diputación Provincial de Sevilha, 1988.

LADISLAU, Fernanda Ferreira de Souza. *Análise tipológica dos documentos da atividade fim do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba*. 2018. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Resolução nº 09/2016*. Aprova o Regimento Interno do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba, criado pela Resolução CONSUNI UFPB nº 34 de 26/11/2013. João Pessoa, 2016.

CAPÍTULO 17

PROPOSTA DE APLICABILIDADE DO MARKETING DE SERVIÇOS NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA

Eduardo Baldini Dorico

Rosângela Formentini Caldas

1 INTRODUÇÃO

Devido a grande produção de informação, vivenciada nas últimas décadas, voltamos a nossa atenção, para a análise e tratamento do conteúdo gerado. A evolução e a utilização das tecnologias no suporte de armazenamento informacional, deve ser observado com o foco na: Produção, disponibilização, guarda, recuperação, conservação e eliminação e ou migração para outro tipo de suporte mais compatível com o uso. Percebemos então, que o campo da Arquivologia, necessita realizar constantes estudos, que promovam ações referentes às necessidades da sociedade, no que diz respeito a guarda, manutenção, organização e conservação informacional.

A informação que é tratada no ambiente dos arquivos, deve priorizar, a necessidade de seus públicos nas suas mais variadas tipologias institucionais. Portanto, na formação do profissional arquivista, a interdisciplinaridade é valorizada enquanto recurso informacional, pois ao se observar os anseios do público-alvo no tangente ao documento, os estudos de mercado e consequentemente de marketing, deveriam ser mais explorados.

Não dispomos de base teórica vasta na área de arquivologia, que contemple estudos de gestão de marketing e mercado. Pensando nisso, propomos o tema da aplicabilidade do marketing de serviços.

Atualmente, encontramos alguns estudos referentes ao marketing aplicados a unidades de informação, principalmente ligados à Biblioteconomia, contudo, para arquivos, encontramos pouco material. Assim, o objetivo geral da pesquisa, procurou analisar as estratégias do marketing aplicado aos serviços arquivísticos de uma empresa do ramo da construção civil e meio ambiente, do Estado de São Paulo. Como objetivos específicos, verificamos de que forma as estratégias de marketing podem promover os serviços e produtos arquivísticos, causando impacto no ambiente interno e externo institucional e contribuindo para a gestão da informação.

Entendemos que a aplicabilidade das estratégias do marketing de serviços, poderia trazer contribuições às funções arquivísticas para uma gestão informacional eficiente e que atenda à empresa e ao seu público específico.

A metodologia abordou um estudo qualitativo do tipo descritivo. O método utilizado foi o estudo de caso. Segundo Yin (2005), o estudo de caso é escolhido quando queremos responder perguntas do tipo “como” e “por que” dentro da investigação. Nessa modalidade de estudo o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos, e ainda por seu foco estar em eventos atuais e de relevância para a vida contemporânea.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados no estudo de caso foram: A entrevista (aplicada ao gestor administrativo local); uma planilha constituída para realizar a observação participativa;

e o levantamento de documentação existente para o planejamento estratégico e regulamentos de funcionamento e estrutura organizacional da empresa.

Como observamos a carência de direcionamentos, utilizamos a denominação de eixos, como ferramentas para a análise dos dados. Os eixos foram compostos pelos Ps de marketing. Las Casas (2000), retrata que para as empresas, os “[...] quatro Ps dos serviços: produto, praça, promoção e preço” direcionam o ambiente institucional e de mercados e, por se tratar de um estudo no âmbito de unidades informacionais, compreendemos o uso de outros dois Ps, utilizados no ramo de serviços, que são: Processos (procedimentos) e pessoas (perfil).

Diante das considerações resultantes desta pesquisa, esperamos ter contribuído para o incentivo de novos estudos. Utilizamos o composto de marketing e a representação dos “Ps”, para construirmos as relações entre o marketing e os serviços desempenhados pelos arquivistas.

2 MARKETING

Quando pensamos em Marketing o que, em primeira instância, nos vem à lembrança? Basicamente o definíamos como um instrumento facilitador para as vendas, propagandas e/ou promover algum produto ou marca e isso tudo voltado ao lucro. Mas, identificando a literatura nacional e internacional da área, temos que “[...] a venda e a propaganda são meras partes de um grande composto de marketing (ou mix de marketing) [...]” (KOTLER; ARMSTRONG, 1995, p.3).

O marketing evoluiu por três eras: A era da produção (antes da década de 30); de vendas (1930 a 1950); e a de

marketing (após os anos 50). Somente na era de marketing, o mercado alcançou sua melhor projeção ao esperado em produção e consumo. Com o oferecimento em massa de produtos e o livre consumo, o marketing atenta para a exploração dos serviços como um diferencial ao mercado. (CALDAS, 2005).

Para McCarthy e Perreault (1997), o termo marketing, vem da palavra mercado e satisfação de necessidades dos clientes. Assim, o conceito pode e deve ser atrelado “ao processo social e gerencial através do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e que desejam, criando e trocando produtos e valores com outros”. (KOTLER, 2005).

2.1 Marketing de serviços

O marketing de serviços, poderia destacar o trabalho do profissional arquivista. Kotler e Armstrong (1995, p.13), afirmam que: “toda década exige que os gerentes de marketing pensem de novo em seus objetivos e práticas”. Com a entrada no século XXI, novos desafios e problemas sociais e econômicos surgiram para as empresas, porém, esses problemas acabaram criando novas oportunidades para o marketing.

O interesse pelo marketing de serviços, encontra-se ligado à importância econômica dos serviços na economia pós-industrial, ou seja, aquela em que a relevância da manufatura é decrescente, ao passo que a dos serviços, como o da informação e da pesquisa é crescente.

Segundo Fidelis e Cândido (2006), à medida que a diferenciação dos produtos é reduzida, devido ao amadurecimento dos mercados, as empresas são levadas a desenvolver vantagens competitivas centradas na oferta ampliada de serviços.

Para Santos (2009), a informação por contemplar características intangíveis e de consumo, pode ser considerada um serviço. Dentre as diversas classificações de serviços, escolhemos dois tipos para estabelecer qual tem melhor relação com o profissional arquivista, levando em conta o esforço do consumidor em obter os serviços: De consumo e industriais.

Para Rosell (2006, p.141, tradução nossa), no caso dos arquivos, a intangibilidade é relativa, e se caracteriza em dois momentos da troca de informação: na incerteza que o usuário tem sobre onde se dirigir para encontrar a informação; e na busca, propriamente dita, quando estiver dentro do arquivo.

2.2 Composto de Marketing para serviços

Apoiando-nos nas ideias de Las Casas (2000), optamos por utilizar alguns dos “Ps” de serviços e do composto de marketing tradicional, adaptando-os aos fazeres arquivísticos e portanto consideramos: a) Pessoas (perfil); b) Processos (procedimentos); c) Produto; e d) Promoção.

Os arquivos, normalmente estão inseridos nas organizações que não visam lucro e segundo Amaral (2001) enfrentam um problema em relação à falta de interesse dos usuários pelos produtos e serviços e essa questão está diretamente ligada à deficiência na divulgação desses produtos e serviços de informação. As organizações orientadas para o marketing, admitem a importância das atividades promocionais, serem desenvolvidas com profissionalismo.

3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E AS PRÁTICAS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Entendemos que os arquivistas, atuam como gestores das Unidades de Informação, seja qual for a organização que estiverem inseridos. Ramos (1996) complementa esse pensamento:

Cada vez mais a gestão está sendo reconhecida como atividade importante para o sucesso de um empreendimento. Saber gerenciar uma unidade de informação desde o início dos seus trabalhos garante melhor uso de seus recursos, traduzidos em melhores indicadores de qualidade e produtividade. (RAMOS, 1996, p. 1).

A informação é complexa e necessita da formação de equipes multidisciplinares para manter o padrão de competência e dinamismo. Para Valentim et.al. (2008, p.187), a gestão da informação é:

[...] um conjunto de ações que visa desde a identificação das necessidades informacionais, o mapeamento dos fluxos formais (conhecimento explícito) de informação nos diferentes ambientes da organização, até a coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo.

Ao implantarmos uma gestão da informação em uma organização, devemos observar o alinhamento com a missão e os objetivos estratégicos da localidade. Entendemos, que o arquivista deve estar ligado diretamente gestão das empresas, para que possa mapear regularmente as necessidades de informação dos setores da organização.

Julgamos ainda conveniente, destacarmos a importância da gestão para o direcionamento legal das ações a serem tomadas pelos arquivistas nas especificidades de uma gestão de documentos.

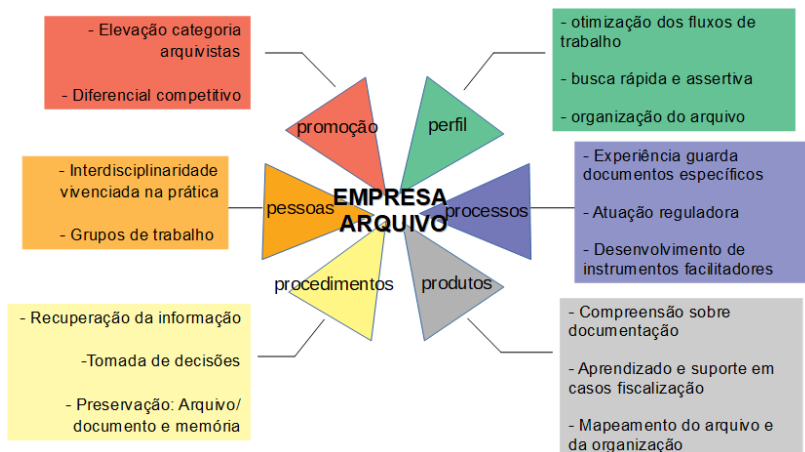
4 CONCLUSÃO

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, possibilitando o aprofundamento dos estudos de marketing de serviços no âmbito da arquivologia. Por meio da análise das estratégias do marketing, aplicado aos serviços arquivísticos de uma empresa do ramo da construção civil e meio ambiente, fundada em 1991, foi possível entendermos, a aplicabilidade dos Ps de marketing como sendo uma excelente prática arquivística.

As delimitações dos “Ps” de marketing, foram determinantes, para demonstrar os resultados da análise dos dados percebida, no tangente a triangulação efetivada para o estudo de caso.

Conforme a figura 1, o Perfil está ligado a possíveis relacionamentos que se inter-relacionam, como: o Espaço físico, a disposição do mobiliário, a aquisição do mobiliário e a limpeza e conservação. Segundo Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (2004), as operações ligadas à gestão de documentos e a organização interna do trabalho, são fatores que contribuem para os resultados positivos obtidos pela empresa.

Figura 1: Representação do Marketing de Serviços com foco na empresa / arquivo



Fonte: Dorico (2014).

Quanto aos Processos (figura 1), encontramos: Normas; Regulamentos e Formulários para registrar entrada e saída do material. No caso da empresa analisada, observamos que no cotidiano do arquivista, a experiência em desenvolver os processos como os de avaliação e classificação, perfaz o crescimento profissional e fica melhor entendida, uma autonomia na elaboração dos instrumentos arquivísticos.

Referente aos Produtos (figura 1), levantamos: Definição dos tipos documentais; criação de instrumentos de busca e identificação / organização e atualização do acervo; eliminação de documentos e reorganização do arquivo; e mediação junto aos processos de fiscalização. Estes aspectos, demonstram o amadurecimento que deve ter o arquivista, frente às diversas situações encontradas no arquivo. Podemos ainda envolver aspectos de um mapeamento, que facilite a criação e o acompanhamento de banco de dados. Estes requisitos são importantes para o arquivista, pois facilita no entendimento da

estrutura organizacional com vistas a inserir a sua representatividade na organização.

Para procedimentos (figura 1), destacamos o relacionamento do setor de arquivo com os demais setores da empresa, ressaltando a figura do arquivista no ambiente da empresa. Relembramos que a recuperação da informação influencia nas tomadas de decisão, portanto o arquivo deve cuidar da preservação. No tópico pessoas, identificamos: Relacionamento entre arquivista x funcionários; o suporte na relação entre empresa e clientes; e melhorias para prestação de serviços.

A promoção na representação do marketing de serviços para a empresa, representa projetos de organização do acervo, fidelização de clientes e a participação e organização de workshops, palestras, treinamentos e jornadas profissionais. Existe um diferencial percebido na trajetória da consolidação do trabalho realizado pelo profissional arquivista para as empresas. Com o decorrer da pesquisa, registramos o desenvolvimento em aspectos de importância para a empresa e que somente foram possíveis, pela aceitação da mesma a participar da pesquisa, incluindo investimentos creditados e que ocasionaram o processo de transformação ocorrido no arquivo, conforme demonstramos na figura 2. Podemos perceber as diferenças encontradas nos dois momentos, tanto em relação aos materiais e suportes, quanto à organização, facilidade e praticidade que foi proporcionada.

Figura 2: Evolução da organização do arquivo na empresa



Fonte: Dorico (2014).

Acreditamos, que ao aplicar as técnicas de marketing aos serviços, o arquivista desenvolve habilidades para divulgar tanto a sua categoria profissional, como a empresa na qual se insere. Isto talvez ocorra, mediante a integração existente entre a sua atuação com a informação, como a proximidade que se firma com os fluxos de gestão nos quais ele se encontra, contribuindo ainda, para destacá-lo com reconhecimento e importância na trajetória da empresa.

Importante registrar, que a nossa preocupação com esta pesquisa, também foi a de criar vínculos entre a arquivística e o marketing. Não apenas nos debruçamos para o composto de marketing para serviços, no enfoque de uma teoria geral, mas tivemos o cuidado de realizarmos um olhar dedicado a base dos ensinamentos, que se voltam ao ambiente de trabalho do profissional arquivista. Assim, a análise da gestão da informação

e documentação, funcionou como subsídio nos momentos em que estabelecemos as relações de comparação entre os fazeres arquivísticos e as técnicas do composto de marketing.

Reconhecemos, que a informação configura-se como a matéria-prima tanto em disciplinas e áreas de estudo em universidades, como para o enfoque das atuações profissionais no mercado de trabalho. Afinal, os recursos informacionais ganharam ainda mais força e importância, nos processos de competição entre as organizações contemporâneas. Observamos ainda, as melhorias no fluxo de trabalho da empresa analisada, como reflexo do projeto de estruturação e gestão da informação e documentação realizados pelo arquivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C.B. de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

AMARAL, S. A do. *Promoção: o marketing visível da informação*. Brasília: Brasilia Juridica, 2001.

BERNARDES, I.P.; DELATORRE, H. *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

Disponível em:

https://www.academia.edu/8756780/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_leda. Acesso em: 31 de março de 2021.

CALDAS, R. F. Composto de Marketing na Abordagem das Unidades de Informação. In: *Simpósio em Filosofia e Ciência*. Universidade e contemporaneidade: produção do conhecimento e formação profissional. Marília – Comissão permanente de publicações – UNESP, 2005, v.1.

DORICO, E. B. *Aplicabilidade do marketing de serviços na Arquivologia: o caso da empresa Muriam Concreto*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

FIDELIS, J.R.F; CÂNDIDO, C.M. A administração da informação integrada às estratégias empresariais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 424-432, set./dez. 2006.

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/55>. Acesso em: 31 de março de 2021.

KOTLER, P. ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. 1995. 7 ed. Prentice Hall.

KOTLER, P. *O marketing sem segredos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAS CASAS, A. L. *Marketing de serviços*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MCCARTHY, E.J.; PERREAUULT JR., W.D. *Marketing essencial: uma abordagem gerencial e global*. São Paulo: Atlas, 1997.

RAMOS, P. A. B. A gestão na organização de unidade de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 15-25, jan./abr. 1996. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/671>. Acesso em 31 de março de 2021.

RONCAGLIO, C.; SZVARÇA, D.R.; BOJANOSKI, S.F. Arquivos, gestão de documentos e informação. *Encontros BIBLI: Revista Eletr. Bibl. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. especial, 2º sem. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p1>. Acesso em 31 de março de 2021.

ROSELL, A.T. *Márquetin y archivos*. Propuestas para una

aplicación del márquetin em lós archivos. Gijón: Ediciones Trea, 2006.

SANTOS, E. A. dos. *A interface das estratégias de Marketing e a Ciência da Informação: O caso de uma companhia aérea civil*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

VALENTIM, et.al. Gestão da informação utilizando o método infomapping. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, n. 1, p. 184-198, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/165>. Acesso em 31 mar. 2021.

VALENTIM, M.L.P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2005.

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriana Rosecler Alcará

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde atua nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UEL), em nível de mestrado e doutorado. Possui doutorado em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF) (2012), mestrado em Educação (2007), especialização em Gerência de Unidades de Informação (2003) e graduação em Biblioteconomia (2001) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É pesquisadora e líder do Grupo de Pesquisa Informação e Cognição, cujos projetos e temas de pesquisa estão voltados para o estudo do processo de busca e uso da informação, focando principalmente nos aspectos cognitivos e afetivos inerentes às ações das pessoas ao realizar esses processos; formação e desenvolvimento de habilidades para a competência em informação; bibliotecário educador; metacognição e motivação relacionadas à competência em informação. Contato: adrianaalcara@gmail.com.

Ágata Nelza Gomes de Souza

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário SENAC. Bacharela em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, práticas educativas e processos psicossociais (GEPEP/UFSCar Sorocaba). Atualmente, atua como Bibliotecária-documentalista no Instituto Federal de São Paulo/Câmpus Jacareí. Tem experiência na área de Educação e Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, leitura e cultura. Contato: agata.souza@ifsp.edu.br.

Alessandra dos Santos Araújo

Primeira Tesoureira na ABECIN, Gestão 2019-2022. Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe. Docente do curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Coordenadora de Disciplina no Curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância. Possui Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB) . Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. (UNB). Especialização em em Gestão de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF/UNB). Na graduação ministra as disciplinas: Metodologia Aplicada às Ciências Biológicas e da Saúde; Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Biblioteconomia I e II; Representação do Conhecimento em Ambientes Digitais; Tópicos Especiais em Gestão da Informação; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II. Áreas de interesse: Tecnologia da Informação e Comunicação, Web semântica, Ontologias, Arquitetura da Informação, Arquivos Digitais, Competência Informacional, Arquivos na área da saúde, Acervos imagéticos, Gestão da informação em ambientes digitais.

Contato: alearaujo1@academico.ufs.br.

Alexandre Fernal

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Campus Marília), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2015). Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (2012). Áreas de interesse: gestão documental - records management, repositórios digitais, preservação digital, gerenciamento eletrônico de documentos (GED), certificação digital, gestão de conteúdos empresariais - Enterprise Content Management (ECM) e Blockchain. Contato: alexandre.fernal@gmail.com.

Aline Vargas de Vargas

Museóloga e Mestranda em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui experiência prática em projeto, montagem, desmontagem e avaliação de exposições, além de experiência em conservação preventiva de acervos Sacros. Possui curso introdutório em Conservação e Preservação de Têxteis, cursos de Acessibilidade em Museus, Conservação Preventiva e Educação Patrimonial. Também possui cursos voltados à história da curadoria e arte (2019). Atuou como estagiária voluntária na reorganização do acervo Sacro e reserva técnica da Igreja Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre/BR (2017- 2018). Áreas de interesse: curadoria, educação patrimonial, comunicação museológica, arte contemporânea, conservação preventiva e ações educativo-culturais. Atualmente atua como pesquisadora no Projeto de Pesquisa Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas (UFRGS) e no Projeto de Extensão NuTAL- Núcleo

Transdisciplinar de Arte e Loucura Tania Galli da Fonseca (UFRGS).
Contato: aline2vargas@hotmail.com.

Ana Carolina Gelmini de Faria

Museóloga formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com especialização em Psicopedagogia Institucional e Educação Especial pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Experiência na área museológica atuando principalmente nos seguintes temas: Museologia, Educação em museus, História dos museus, Teoria museológica e Pesquisa museológica. Atualmente é professora adjunta do Curso de Bacharelado em Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/ FABICO/ UFRGS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma Universidade (PPGMUSPA/UFRGS). Membro dos grupos de pesquisa do CNPq Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades, e do GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio, no qual atualmente é vice-líder. Coordenadora substituta da Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS (27/4/2021 a 26/4/2023). Contato: carolina.gelmini@ufrgs.br.

Ana Célia Rodrigues

Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2013-2014), com bolsa CAPES. Doutorado (2008) e Mestrado (2003) em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduação em História pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações (1988). Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto

de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1992) e pela Escuela Nacional de Archiveros do Peru, OEA (1993). Bolsista Jovem Cientista UFF (2009-2013), coordenando a pesquisa para metodologia do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ), parceria APERJ/UFF. Pesquisadora do projeto Evaluación de Documentos en Iberoamerica, financiado pelo Conselho Internacional de Arquivos (2009-2012). Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2016-2019), coordenando a pesquisa Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio. Membro do Comitê Assessor de Pesquisa (2013-2018) e coordenadora da área de Ciências Sociais Aplicada do Comitê Multidisciplinar de Pesquisa da PROPPI/UFF (2017). Coordenadora do Curso de Arquivologia (2011-2013) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, PPGCI/UFF (2015-2019). Líder do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq. Coordena o projeto de pesquisa "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", financiado pelo Programa PDPA, parceria UFF/Prefeitura Municipal de Niterói. Atualmente é Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PGCI/UFF). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: diplomática, tipologia documental, identificação arquivística, classificação em arquivos, avaliação documental, gestão de documentos e arquivos municipais. Contato: anyrodrigues@yahoo.com.br.

Antônio de Souza Silva Júnior

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco (2006). Mestre em Administração pela PROPAD/UFPE (2009). Doutor em Administração pelo PROPAD/UFPE (2014). Professor da Universidade Federal de Pernambuco Campus Recife, Departamento de Ciência da Informação. Possui experiência profissional em recursos humanos, consultoria e gestão de projetos, tendo atuado em locais como Philips, Fundação Joaquim Nabuco e Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco no EGP-PE. Atuou como Coordenador dos Cursos de Comércio e Administração no EAD-PE, pela Secretaria e Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Contato: silvajunior.as@ufpe.br.

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutora em Ciência da Informação (2012) pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Sua Tese intitulada “Arquivologia e a construção de seu objeto científico: trajetórias, concepções, contextualizações”, foi a vencedora do II Prêmio Maria Odila Fonseca, oferecido pela AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros. Graduada em Arquivologia (2015) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em História Social (2005) sendo bolsista CAPES, e bacharel em Ciências Sociais (2001), ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF, além de pertencer ao quadro diretivo da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) a partir de 2008,

ocupando desde 2015 o cargo de Vice-presidente. Coordenadora do Curso de Graduação em Arquivologia (06/2017) e Vice-Diretora do Instituto de Arte e Comunicação Social (01/2020). Contato: clarissaschmidt@id.uff.br.

Cláudio César Pereira

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (2015), Mestrado Acadêmico, pelo Centro de Estudos, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina. Graduado em Biblioteconomia (2016) e em Arquivologia (2008). Atua profissionalmente para o Governo do Estado do Paraná desde 2008. Desenvolve pesquisas relativas ao Comportamento Informacional, Tecnologias da Informação e Comunicação, Banco de Dados e Ontologias, Competências informacional e digital. Contato: claudiocesarpe@gmail.com.

Clodemir da Costa Nascimento

Bacharel em Ciências Contábeis (UFPB - 1987), Bacharel em Biblioteconomia (UFPB - 2010). Pós-graduação Lato Sensu / Especialização em Gestão de Unidades de Informação (UFPB - 2006). Técnico de Arquivo, registro profissional no Ministério do Trabalho e Previdência Social nº 0000429/PB. Servidor técnico-administrativo, cargo: Contador, da Universidade Federal da Paraíba. Contato: clodemir@gmail.com.

Daniela do Amaral da Silva

Museóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009-2014) com formação complementar em História da Arte pela Universidad Autónoma de Madrid (2014). Atual Coordenadora do Museu do Sport Club Internacional - Ruy Tedesco e mestranda do Curso de Museologia e Patrimônio da UFRGS. Ex-presidenta do

COREM 3ª região, Gestão 2018-2019. Participou como tutora em EAD da disciplina Acessibilidade em Ambientes Culturais do curso de especialização em Acessibilidade Cultural da UFRJ em 2015. Foi auxiliar de pesquisa na área de arqueologia sub-aquática. Foi bolsista de pesquisa no Projeto Diretrizes para Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo da Bandeira, em Jaguarão - RS coordenado pelo Prof. Eber Pires Marzulo. Atuou também como estagiária no Palácio Piratini do Estado do Rio Grande do Sul no setor de Gestão Ambiental e como técnica e pesquisadora na criação do Acervo Digital Bar Ocidente. Possui experiências nas áreas de Fotografia, Educação Patrimonial, Educação Ambiental, Acessibilidade em Museus, Documentação museológica, gestão de museus, Jardins Históricos e Futebol de Mulheres. Contato: danielamaral9@yahoo.com.br.

Daniela Eugenia Moura de Albuquerque

Bibliotecária formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora na área da Memória da Informação Científica e Tecnológica, com enfoque no Patrimônio Documental. Possui experiência nas áreas: Biblioteconomia dos Livros Raros; Patrimônio Cultural e Imaterial; Memória Coletiva; Bibliotecas Universitárias; Desenvolvimento de Coleções. Contato: daniela.eugenia@ufpe.br.

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

Doutora em Ciência da Informação (2020) pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília), na Linha de pesquisa Informação e

Tecnologia. Mestre em Ciência da Informação (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, na Linha de pesquisa Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Escola de Comunicação e Artes (ECA) na Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (2003). Professora Colaboradora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde 2008. Colaboradora no Projeto CoDAF desde 2016. Atua como docente nos cursos de graduação de Arquivologia, Biblioteconomia e Secretariado Executivo na Universidade Estadual de Londrina. Consultora independente em gestão e organização de arquivos desde 2008. Contato: dianavbsouto@gmail.com.

Eduardo Baldini Dorico

Bacharel em Arquivologia pela UNESP - Marília/SP, na área de Ciência da Informação. Participou da Diretoria Executiva da Empresa Junior de Gestão da Informação e Documentação 2009 - 2011. Contato: etu449@hotmail.com.

Emeide Nóbrega Duarte

Professora do nível titular da Universidade Federal da Paraíba. Realizou Pós-doutorado em Ciência da Informação na UNESP - Marília. Doutorado em Administração e Mestrado em Biblioteconomia realizados na UFPB. Possui curso de graduação em Biblioteconomia pela UFPB. Curso de Especialização em Documentação Científica realizado na UFRJ/IBBD. Curso de especialização em Organização e Administração de Arquivos realizado na UFPB. Credenciada no PPGCI da UFPB. Membro do

comitê interno de pesquisa (PIBIC/PIVIC/PRPG) da UFPB, durante o período de 2014 a 2016. Coordenadora do GT4 do ENANCIB - 2013 e 2014. Vice-coordenadora do GT4 do ENANCIB – 2017-18. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Informação, Aprendizagem e Conhecimento" (GIACO). Atua nos seguintes eixos temáticos: produção científica, gestão da informação e do conhecimento, aprendizagem organizacional, cultura informacional, competências e inteligência organizacional. Nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Graduação em Arquivologia ensina a disciplina "Gestão da Informação e do conhecimento ". No curso de pós-graduação em Ciência da Informação, ensina a disciplina "Gestão: informação, conhecimento e inteligência" e Informação, Aprendizagem e Conhecimento. Contato: emeide@hotmail.com.

Evanda Verri Paulino

Possui graduação em Curso de Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1970). Professora titular das disciplinas Gestão de Serviços de Informação e Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; coordenadora do Setor de Estágio do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Presidente da 15ª gestão - 2009/2011 do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo - 8ª Região. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: biblioteca escolar, comunitária e especiais, diagnóstico e planejamento de Unidades de Informação, planejamento físico, centro de documentação e estágio curricular. Contato: evandapaulino@gmail.com.

Fernanda Ferreira de Souza Ladislau

Bacharel em Arquivologia pela UFPB. Contato: ffsouzaladislau@hotmail.com.

Fernando Luiz Vechiato

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação (DECIN) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGIC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciência da Informação (2013), Mestre em Ciência da Informação (2010) e Bacharel em Biblioteconomia (2007) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP - Campus de Marília). Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Encontrabilidade da Informação; Serendipidade; Arquitetura da Informação; Usabilidade, Acessibilidade; Comportamento Informacional; Repositórios Digitais. Líder do Grupo de Pesquisa "Tecnologia e Gestão da Informação e do Conhecimento" (UFRN). Membro dos Grupos de Pesquisa: "Novas Tecnologias em Informação" (UNESP), "IMclusoS - Informação, Memória, Tecnologias e Sociedade" (UFPB) e "Tecnologias para Construção de Observatórios" (IBICT). Contato: vechiato2008@gmail.com.

Indalécia de Andrade dos Santos

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2021). Contato: indaleciasantos27@gmail.com.

José Domingos Padilha Neto

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Biblioteconomia pela UFPB. Integrante do Grupo de pesquisa Informação, Aprendizagem e Conhecimento (Giacó), atualmente registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq e liderado pela Professora Pós-doutora Emeide Nóbrega Duarte e pela Professora Doutora Alzira Karla Araújo da Silva. Atua em pesquisas nas temáticas: Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Ensino da Gestão em Biblioteconomia, Inteligência Competitiva Organizacional e Monitoramento Ambiental. Contato: neto-padilha@hotmail.com.

Julianne Texeira e Silva

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFPB (2012-2016). Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Possui mestrado em Ciência da Informação (2005) e bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), Doutorado sanduíche na Universidade de Murcia, Espanha (2014-2015), financiado pela CAPES. Graduanda em Arquivologia e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Foi Diretora do Arquivo Central - UFPB e Membro do Comitê de Governança Digital - UFPB (2016-2020). Foi coordenadora do curso de Graduação em Arquivologia da UFPB no biênio 2011-2013. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais. Trabalha com os seguintes temas: Gestão de Documentos e Registros Arquivísticos Digitais; Arquivística no entorno digital; Records Continuum, Representação da Informação, Transformação Digital. Contato: julianne.teixeira@gmail.com.

Karina Xavier Holstein

Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016) e atualmente é Técnica Judiciária no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia. Contato: kaka.holstein@hotmail.com.

Lohayne Emerick Soares

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2019, na linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade", bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2018, graduanda em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2018. Possui experiência em arquivos correntes e intermediários, organização de acervos documentais e microfimes, base de dados, digitalização e indexação, atendimento a público interno, análise da documentação e consultoria interna. Contato: lohayneemerick@id.uff.br.

Luana Farias Sales

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação do IBICT/UFRJ (2011-2014). Mestre em Ciência da Informação pelo convênio UFF/IBICT (2004-2006), Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2003). Bolsista de Produtividade Pq2. Atuou como Analista em C & T da CNEN, no Instituto de Engenharia Nuclear, participando da criação da linha de pesquisa de Gestão do Conhecimento Nuclear. Atuou ainda como docente do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense, ministrando disciplinas relacionadas à Organização

do Conhecimento. Exerceu o cargo de Coordenadora Geral de Acesso e Difusão de Acervos do Arquivo Nacional entre 2019 e 2021 e atuou como editora científica da Revista Acervo no mesmo período. Atualmente é Analista em C&T do MCTIC/IBICT, atuando como docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT-UFRJ e Coordenadora-Geral da Rede de Implementação do GO FAIR Brasil. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação do Conhecimento e Recuperação de Informações, com interesse em tópicos ligados à Comunicação Científica, Tecnologia de Informação, Gestão do Conhecimento, e-Science, Curadoria digital; Dados de pesquisa, Bibliotecas científicas, Biblioteca digital, Metadados, Repositórios, Sistemas CRIS, Objetos digitais, e Sistemas de Organização do Conhecimento, como vocabulários controlados, tesouros, taxonomias e ontologias. Contato: luanafsales@gmail.com.

Marcelle Costal de Castro dos Santos

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação do IBICT/ECO/UFRJ. Graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela UFRJ. Atualmente é bolsista de pesquisa no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/SNJ/SINAJUVE e OCID) e bolsista bibliotecária da Fiocruz/ICICT. Foi bolsista de Iniciação Científica do Instituto de Engenharia Nuclear IEN/CNEN e membro do corpo editorial da Revista Progress Report IEN. Possui graduação em História pela Universidade Gama Filho. Foi docente na área de História, Filosofia e Sociologia para o Ensino Fundamental e Médio no Instituto Nossa Senhora das Dores (2013-2016). É membro da Rede de Competência em Informação (CoInfo) e integrante nos grupos de pesquisa: BRIET:

Biblioteconomia, Recuperação de Informação, E-Science e suas teorias do(a) IBICT; e no Laboratório de Competência em Informação e Prática Informacional (LabCoInfo) da UFRJ. Atua principalmente nos seguintes temas: Gestão e curadoria de dados de pesquisa. Competência em informação, competência em dados. Prática informacional. Desinformação. Sistemas de organização do conhecimento. Tesouros. Contato: costalcastro@gmail.com.

Márcia Ivo Braz

Primeira Secretária na ABECIN, Gestão 2019-2022. Vice-coordenadora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco nas disciplinas de Organização da Informação. Foi Professora do curso de Biblioteconomia - Departamento de Ciência da Informação/Universidade Federal de Sergipe (2013-2015). Possui Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (2020), Mestrado em Ciência da Informação (2013) e bacharelado em Biblioteconomia (2010) pela UFPE. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa "Organização e Representação do Conhecimento" e "Laboratório de Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (LOGIC)". Contato: marciabraz.ufpe@gmail.com.

Marco Aurélio Alencar de Mesquita

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014). Atua como Bibliotecário e Editor independente. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Contato: marcoaum@gmail.com.

Marianna Zattar

Doutora e mestre em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Inteligência Competitiva e Gestão Estratégica da Informação pelo SENAC-RJ. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG). Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Competência em Informação e Prática Informacional. Membro da Rede de Competência em Informação do Estado do Rio de Janeiro. Atua nos temas: Competência em informação, Competência em mídia e em informação, Prática informacional, Recursos informacionais, Fontes de informação e Desinformação. Contato: mzattar@facc.ufrj.br.

Martha Suzana Cabral Nunes

Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. É professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Administração com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade Tiradentes (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2008) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2015), com período de doutorado sanduíche realizado na Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França (2014). É pesquisadora PQ2. Atua como coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). É membro

associado da ANCIB e da ABECIN. Coordena o grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação, Gestão da Informação e do Conhecimento (NEMAGI). Também coordena o Laboratório de Referência, Editoração e Mediação (REM) e é editora da revista *Convergências em Ciência da Informação* (E-ISSN 2595-4768), da *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação - REBECIN* (E-ISSN 2358-3193) e administradora do Portal de Periódicos da UFS. É membro da Rede de Pesquisadores franco-brasileira MUSSI (Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação) desde 2014. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Gestão Pública, atuando principalmente nas seguintes áreas: mediação da informação, mediação editorial, gestão da informação e do conhecimento, Ciência da Informação, biblioteca universitária, gestão pública. Contato: marthasuzana@hotmail.com.

Moisés Rockembach

Pós-Doutorado na Universidade do Porto (Portugal). Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto / Universidade de Aveiro (Portugal), aprovado com distinção, título revalidado em 2014 no Brasil como Doutor em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Mestre em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade e Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Núcleo de

Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do Grupo de Comunicação Científica (UFRGS) e do Grupo de Informação, Comunicação e Cultura Digital - CITCEM (Universidade do Porto). Tem projetos de pesquisa financiados pelo CNPq, UFRGS, FAPERGS e RNP/IBICT. Atuou como membro e parecerista da Comissão de Pesquisa da FABICO e como Chefe do Departamento de Ciências da Informação. Membro do corpo editorial e parecerista de revistas científicas das áreas de Ciência da Informação e Comunicação no Brasil e no exterior. Contato: moises.rockembach@ufrgs.br.

Nádia Dévaki Pena Garcia

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Arquivista no Grupo NSC Comunicações, em Florianópolis/SC. Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2017), onde foi bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq de 2016 a 2018. Graduada em História pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS (2009). Atuou profissionalmente nas áreas de gestão de documentos e organização da informação, tendo integrado a equipe de gestão de documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, onde atuou como uma das coordenadoras do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio do Janeiro - PGD/RJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Organização do Conhecimento e Gestão Documental - KoD/UFSC. Contato: nadevaki@gmail.com.

Rosangela Formentini Caldas

Docente da UNESP é membro do conselho departamental em Ciência da Informação e da Comissão de Ações Culturais. Na

graduação ministra aulas nas disciplinas de: Marketing; Organização, Sistemas e Métodos e Teoria Geral da Administração e no âmbito da pós-graduação atua no Programa de Ciência da Informação da instituição. Participa do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (ICIO) e tem interesse em temas como: Cidades Inteligentes, Estruturas Organizacionais e Desenvolvimento de Comunidades. Contribuiu na estruturação do curso de Arquivologia, reestruturação do curso de Biblioteconomia e no relatório para implementação do curso de museologia da UNESP. Com o apoio da Capes realizou seu doutoramento pleno na escola de engenharia da Universidade do Minho e seu campo de recolha de dados foram regiões da França, Escócia e Inglaterra que possuíam requisitos reconhecidos de cidades inteligentes da comunidade europeia. Contato: r.caldas@unesp.br.

Sheila Silveira

Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), especialista em gestão de serviços de informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) com MBA em gestão e uso da informação em saúde pela Universidade de Santo Amaro (UNISA). É bibliotecária pleno no Sistema Einstein Integrado de Bibliotecas, da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. Contato: sheila_shesilveira@hotmail.com.

Simone da Rocha Weitzel

Professora Associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2006), Mestre em Ciência da

Informação pelo convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal Fluminense (1988). Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFF (2020). Faz parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) onde leciona e orienta na Linha de Pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia. Lidera o Grupo de Pesquisa Espaços e Práticas Biblioteconômicas que estuda princípios e conceitos clássicos no ambiente contemporâneo. Desenvolve a pesquisa “Em busca de uma abordagem histórica em desenvolvimento de coleções a partir das obras identificadas por Jacques-Charles Brunet”. Atua nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação com ênfase em desenvolvimento de coleções, comunicação científica e acesso aberto. Foi bolsista do Programa Pesquisador UNIRIO Produtividade em Pesquisa-PROPG (PQ-UNIRIO), da FBN e recebeu auxílio APQ1 FAPERJ. Contato: sweitzel@unirio.br.

Valéria Martin Valls

Doutorado e Mestrado em Ciências da Comunicação e Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela ECA/USP, além de extensão universitária em Docência pela FGV e Aperfeiçoamento em Tecnologia na Educação, Ensino Híbrido e Inovação Pedagógica pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora acadêmica e docente do curso de graduação em Biblioteconomia e Docente de pós-graduação da área de Ciência da Informação da FaBCI/FESPSP (Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo FaBCI/FESPSP). Membro do Conselho de Administração da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura.

Coordenadora Regional São Paulo da ABECIN (Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação) gestão 2019-2022. Contemplada com o Prêmio da ABECIN de melhor TCC de graduação nos anos de 2014, 2016 e 2020, como orientadora. Consultora associada em projetos ligados à gestão da qualidade, informação e conhecimento. Palestrante nos seguintes temas: gestão do conhecimento, inovação e aspectos contemporâneos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Contato: valls@fespsp.org.br.

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Professora adjunta do Curso de Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui Doutorado (2017) e Mestrado (2013) em Educação, com ênfase em História da Educação e Graduação em Museologia (2010) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É Vice-Líder do SÉPIA: Preservação - Memórias / Acervos (DGP/CNPq) desde setembro de 2020, Pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), da FaE/UFPEL e do Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio (GEMMUS/UFRGS) e membro da Rede de Professores e Pesquisadores em Museologia - Coordenação 2019-2021 - e da Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo (RIDPHE). Tem experiência na área de Museologia com ênfase em curadoria de exposições, atuando diretamente nas disciplinas voltadas às práticas curatoriais no Curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA/UFRGS), atuando principalmente nas seguintes temáticas: Expografia, Cultura material, Conservação Preventiva e Comunicação

Museológica. Possui registro profissional de Museóloga pelo COREM (Conselho Regional de Museologia) da 3ª Região. Contato: vanessa.barrozo@ufrgs.br.

Virgínia Vendramini

Mestranda do Programa de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL - 2021). Graduada em Arquivologia (UEL - 2019). Participa do Projeto Biblioteca Comum, colaborou na elaboração do "Biblioteca Comum - kit Escola " (2020) e "Buscador da Biblioteca Comum - BBC" (2016), ambos resultando em patentes junto ao INPI. Aprofundou durante a graduação conhecimentos específicos acerca de Gestão do Conteúdo Corporativo através da ferramenta, Enterprise Content Management - Alfresco. Na Arquivologia tem especial interesse nas humanidades digitais assim como nos desdobramentos pertinentes a área. Atualmente, desenvolve plano de pesquisa de mestrado voltado às possibilidades de uso do método netnográfico pela Ciência da Informação, como ferramenta de apoio à organização e representação da informação em meio digital. Contato: vivi.vendra@gmail.com.

Zaira Regina Zafalon

Vice-Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. Atua como docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio pós-doutoral junto à Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Ciência da Informação (2012), mestre em Comunicação e Semiótica (2006), especialista em Sistemas Automatizados de Informação em Ciência & Tecnologia (1996), em Administração (2002) e em Ensino Superior (2003), e bacharel em Biblioteconomia e Documentação (1993). Lidera o Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação -

GPTAI (UFSCar) e colabora com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEPcat). É membro da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), da International Society for Knowledge Organization (ISKO) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação da Informação. São temas de seu interesse e de pesquisa: ambientes informacionais digitais, dados e metadados, patrimônio, memória e identidade cultural. Ao longo dos anos especializou-se em discussões sobre catalogação e catalogação automatizada; modelos conceituais do universo bibliográfico, museológico e arquivístico; metadados, padrões e estruturas de representação da informação; intercâmbio e conversão de dados em unidades de informação. Desenvolveu o Scan for MARC, um interpretador sintático e semântico de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico, pelo qual foi premiada na ANCIB e no Conselho Regional de Biblioteconomia - 8. Região. Foi homenageada na Câmara Municipal de São Carlos/SP. Contato: zaira@ufscar.br.